



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E FRONTEIRAS**

**LEON DENIS PIRES DE LIMA**

**ESPÍRITO DE LUTA E VIVÊNCIA SOCIOTRANSFORMADORA DAS MULHERES**  
**CAMPONESAS NO SUL DO ESTADO DE RORAIMA**

**BOA VISTA, RR**

**2024**

**LEON DENIS PIRES DE LIMA**

**ESPÍRITO DE LUTA E VIVÊNCIA SOCIOTRANSFORMADORA DAS MULHERES  
CAMPONESAS NO SUL DO ESTADO DE RORAIMA**

Dissertação apresentada em cumprimento às exigências do curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima.

Orientação: Prof. Dr. Evânio Mascarenhas Paulo.

Coorientação: Profa. Dra. Luziene Corrêa Parnaíba.

Área de Concentração: Sociedade e Fronteiras na Amazônia.

Linha de Pesquisa 03: Territorialidades e Conflitos Socioambientais na Amazônia

**BOA VISTA, RR**

**2024**

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)  
Biblioteca Central da Universidade Federal de Roraima

L732e Lima, Leon Denis Pires de.

Espírito de luta e vivência sociotransformadora das mulheres camponesas no sul do estado de Roraima / Leon Denis Pires de Lima. – Boa Vista, 2024.

114 f. : il. Inclui Apêndices e Anexos.

Orientador: Prof. Dr. Evânio Mascarenhas Paulo.

Coorientadora: Profa. Dra. Luziene Corrêa Parnaíba.

Dissertação (Mestrado em Sociedade e Fronteiras) - Universidade Federal de Roraima. Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras (PPGSOF).

1. Movimentos sociais. 2. Mulheres camponesas. 3. Política pública. 4. Protagonismo feminino do sul de Roraima. I. Título. II. Paulo, Evânio Mascarenhas (orientador). III. Parnaíba, Luziene Corrêa (coorientadora).

CDU (2. ed.) 327.33(811.4)

Ficha Catalográfica elaborada pela Bibliotecária/Documentalista (UFRR):  
Maria de Fátima Andrade Costa - CRB-11/453-AM

**LEON DENIS PIRES DE LIMA**

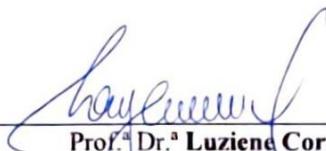
**ESPÍRITO DE LUTA E VIVÊNCIA SOCIOTRANSFORMADORAS DAS  
MULHERES CAMPONESAS NO SUL DO ESTADO RORAIMA**

Dissertação apresentada como pré-requisito para conclusão do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima. Área de Concentração: Sociedade e Fronteiras e Linha de Pesquisa 3: Territorialidades e Conflitos Socioambientais na Amazônia. Defendida em 8 de março de 2024 e avaliada pela seguinte banca examinadora:

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** EVÂNIO MASCARENHAS PAULO  
Data: 21/03/2024 12:22:35-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

---

**Prof. Dr. Evânio Mascarenhas Paulo**  
Orientador/Presidente/PPGSOF/UFRR



---

**Prof.ª Dr.ª Luziend Corrêa Parnaíba**  
Coorientadora/PPGSOF/UFRR

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** JOAO PAULINO DA SILVA NETO  
Data: 18/03/2024 16:07:04-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

---

**Prof. Dr. João Paulino da Silva Neto**  
Membro Externo/UFRR

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** MARCIA MARIA DE OLIVEIRA  
Data: 14/03/2024 10:21:27-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

---

**Prof.ª Dr.ª Márcia Maria de Oliveira**  
Membro Interno/UFRR

Dedico este trabalho aos meus filhos, às mulheres camponesas da região sul de Roraima, à minha turma de Mestrado 2022 do PPGSOF, aos meus amigos, Rosângela e Helton, a todos os professores que muito contribuíram pela minha formação e me ajudaram a encontrar as respostas que buscava, e a todas as mulheres e homens que lutam por um mundo mais humano, ou digno de humanos, onde o amor ao próximo seja os objetivos centrais.

## AGRADECIMENTOS

A Deus pela sua grandiosidade, pelo seu amor por mim, ao longo da caminhada. Agradeço aos meus pais (*in memoriam*) que, de onde estiverem, estarão torcendo pelo meu sucesso. Aos meus 9 irmãos que, mesmo distantes, me davam força para lutar. Aos meus filhos, Romero e Dayana, que sempre estiveram presentes nos momentos especiais da minha vida. A minha neta Leticia, meus netos Joaquim e Josué, que me alegra nos momentos tristes. A meus sobrinhos e sobrinhas que sempre estão presentes nos momentos de alegria.

A minha turma do PPGSOF 2022, que contribuíram muito pela minha formação, pelos momentos de alegrias e tristezas, pelas contribuições fundamentais nesse estudo. Aos meus amigos que construí laços de amizade ao longo de minha vida social e profissional.

Agradeço especialmente às cinco mulheres que, diretamente, contribuíram com minha pesquisa: Rosângela, Alzira, Izaquiane, Roseli e Helena.

Agradeço ao meu mano de coração, o Professor Dr. João Paulino da Silva Neto, que muito contribuiu para a construção dessa dissertação. Ao meu orientador, Professor Dr. Evanio Mascarenhas Paulo, e à coorientadora, Professora Dra. Luziene Corrêa Parnaíba, que muito contribuíram com as orientações desse trabalho. A minha professora Dra. Márcia, que nos momentos de incertezas me dava forças para continuar.

A todos os mestres e doutores que passaram pela minha vida, dos primeiros passos dados, da escola à Universidade. Levo comigo todos vocês.

Enfim, a todos e a todas que, de forma direta ou indiretamente, me motivaram e torceram para que este momento se realizasse.

## RESUMO

Na década de 1980, a organização do movimento rural das mulheres revelou um processo que expressou diferentes formas de resistência e mobilização na luta pela terra, por direitos e o reconhecimento do trabalho nas áreas rurais no Brasil. Com isso, destaque-se ao protagonismo das trabalhadoras rurais, historicamente excluídas dos espaços políticos, incluindo os movimentos sociais, a divisão trabalhista nas áreas rurais e a definição de trajetórias e formas políticas de resistência. O objetivo principal é analisar a aplicabilidade das políticas públicas para as mulheres camponesas e identificar a participação das mulheres camponesas na luta por seus direitos e deveres e quais os avanços e as conquistas alcançadas no sul do Estado de Roraima. Os objetivos específicos são os seguintes: a) Compreender os determinantes do acesso à terra como uma problemática social na formulação de políticas públicas de gênero em Roraima; b) Identificar a participação dos movimentos de mulheres camponesas na região sul do Estado de Roraima, como atores fundamentais na formulação de políticas públicas relacionadas a gênero e acesso à terra; c) Descrever os efeitos das políticas públicas de acesso à terra sobre as mulheres camponesas na região sul de Roraima. As análises teóricas fundamentam-se na perspectiva de gênero, conferindo às mulheres um olhar epistêmico a partir do seu contexto. O caminho metodológico dar-se-á por uma pesquisa qualitativa conduzida por trabalho de campo, entrevistas atreladas às trajetórias de vida, que buscam dar sentidos aos seus percursos de organização social e política. As mulheres se destacam também na luta por melhores preços de suas produções no campo, desenvolvendo a agricultura familiar, produzindo alimentos saudáveis para seu consumo e o excedente vendendo nos mercados mais próximos para subsidiar outros itens necessários que não se produzem no campo. Pelo exposto, a seguinte interrogante de pesquisa é: como a política pública de acesso à terra tem se efetivado conforme seu Plano de Ação (2013–2015) para as mulheres camponesas do sul de Roraima? Nas considerações finais, apontam-se que ao envolver-se nas atividades do movimento de mulheres camponesas, elas adquiriram uma formação abrangente, abordando aspectos tanto sociais quanto acadêmicos. Suas expressões evidenciam uma clara consciência na busca por direitos, indicando a superação de inúmeras adversidades. Essas mulheres abriram caminho para o desenvolvimento de uma consciência política e ambiental, além de adquirirem um conhecimento profundo das leis que respaldam as trabalhadoras rurais. E mostra também algumas leis criadas para regulamentar o trabalho no campo, bem como também a luta pela posse de terra, pela produção de alimentos no campo e o cuidar da mãe terra na Amazônia.

**Palavras-chave:** Movimentos sociais. Mulheres camponesas. Política pública. Protagonismo feminino do sul de Roraima.

## ABSTRACT

In the 1980s, the organization of the rural women's movement revealed a process that expressed different forms of resistance and mobilization in the struggle for land, rights, and recognition of work in rural areas in Brazil. It highlights the protagonism of rural workers who are historically excluded from political spaces, including social movements, the labor division in rural areas, and the definition of trajectories and political forms of resistance. The main objective is to analyze the applicability of public policies for peasant women and to identify the participation of peasant women in the struggle for their rights and duties and what advances and achievements have been made in the southern region of the state of Roraima. The specific objectives are as follows: a) To understand the determinants of land access as a social issue in the formulation of gender public policies in Roraima; b) To identify the participation of peasant women's movements in the southern region of the state of Roraima, as key actors in the formulation of public policies related to gender and land access; c) To describe the effects of public policies on land access for peasant women in the southern region of Roraima. The theoretical analyses are based on a gender perspective, providing women with an epistemic view from their context. The methodological approach will be through qualitative research conducted by fieldwork, interviews linked to life trajectories, aiming to give meaning to their paths of social and political organization. Women also stand out in the fight for better prices for their produce in the field, developing family farming, producing healthy food for their consumption, and selling the surplus in the nearest markets to subsidize other necessary items that are not produced in the field. Therefore, the following research question is raised: how has the public policy on land access been implemented according to its Action Plan (2013-2015) for peasant women in southern Roraima? In the final considerations, it is pointed out that by engaging in the activities of the peasant women's movement, they have acquired comprehensive training, addressing both social and academic aspects. Their expressions demonstrate a clear awareness in the pursuit of rights, indicating the overcoming of numerous adversities. These women have paved the way for the development of political and environmental consciousness, as well as acquiring a profound knowledge of the laws that support rural workers. It also shows some laws that have been created to regulate work in the field, as well as the struggle for land ownership, food production in the field, and the care of mother earth in the Amazon.

**Keywords:** Social movements. Peasant women. Public policy. Female protagonism in southern Roraima.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa de Roraima com destaque nos municípios em que foi realizada a pesquisa.....	23
Figura 2 - Plantação da Palma de Dendê.....	25
Figura 3 - Rosângela Piovisani Cordeiro.....	59
Figura 4 - Izaquiane Rodrigues Feitosa.....	60
Figura 5 - Alzira Santiago de Lima. ....	61
Figura 6 - Roseli Azevedo do Bonfim.....	62
Figura 7 - Helena Milhomem de Souza.....	63
Figura 8 - Bandeira do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).....	81

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Municípios da Região Sul do Estado de Roraima, em que foi realizado a pesquisa...24

## MEMORIAL DESCRITIVO ACADÊMICO

**LEON DENIS PIRES DE LIMA**, filho de Nelson Pires de Lima e Sebastiana Fonseca de Lima, nascido 16 de março de 1964 na cidade de Rondonópolis, no Estado de Mato Grosso – Brasil. Pai de Romero e Dayana e avô de Leticia, Joaquim e Josué. Professor de ensino básico técnico-técnico. Formado em História pela Universidade Federal de Roraima-UFRR, concluído o curso em 1997, e Filosofia como uma segunda Licenciatura pela Universidade Estadual de Roraima – UERR, concluído em 2011. E uma Pós-graduação Lato Senso em Informática da Educação pela Universidade Federal de Lavras-UFLA, no ano de 2000, no Estado de Minas Gerais.

A escolha do objeto de pesquisa tem relação direta com minha história de vida. Minha trajetória educacional não foi muito fácil. Nascido em uma família humilde, aos 7 anos fui pela primeira vez a uma escola, no interior do município de Rondonópolis, no Estado de Mato Grosso. Em 1972, meus pais foram para Rondônia, onde fomos morar em uma região do interior em Ouro Preto do Oeste que não tinha escola. Era um sertão de matas amazônicas, onde passei um ano sem estudar. Posteriormente, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, foi aberta uma escolinha no assentamento, onde tive uma infância tranquila e passei a estudar com minha tia Lídia, pessoa maravilhosa que tinha o maior carinho por todos os seus alunos. A escolinha do assentamento chamava-se Orlando Villas Boas, onde aprendi a ler e escrever e concluí a quarta série primária. Como no interior é sempre tardio os avanços na educação, somente foi implantada uma escola de ensino fundamental de 5ª a 8ª série quatro anos após minha conclusão das séries iniciais. Meus pais, como trabalhadores rurais assentados, não tinham condições financeiras de manter nenhum filho estudando na cidade.

Posteriormente, passei a estudar o ensino supletivo. Era um ensino modular, estudava os cadernos em forma de jornal em casa, e a cada quinze dias ia até a escola realizar a prova. O professor Joãozinho ficava à disposição, de segunda a sexta-feira, para tirar dúvidas. Não cheguei a concluir meu ensino fundamental nesta escola, pois me alistei no quartel e fui para a capital servir ao exército no ano de 1983. Após seis meses em que estava no quartel, mediante um colega soldado, começamos a estudar. Descobri que havia uma escola de suplência. Então, consegui concluir o ensino fundamental, me ingressei no ensino médio. Ainda no quartel, concluí três disciplinas no sistema modular do ensino médio. Após dois anos servindo ao exército em Porto Velho–RO no 5º BEC, resolvi dar baixa e vir para Roraima. Aqui casei-me e passei a trabalhar na área da educação, na alfabetização de jovens e adultos, em uma

vicinal no município de Caroebe. Na época, havia um convênio entre a prefeitura de São João da Baliza e a Fundação EDUCAR do Rio de Janeiro. Cabe destacar que Caroebe ainda não era desmembrado do município de São João da Baliza, em 1986. Depois de um ano, consegui me matricular no projeto Logos II. Devido à distância de 35 km para a sede do município e sem transporte, tive algumas dificuldades para concluir o magistério. Mudei para a sede do município de São João da Baliza e ali consegui concluir em 1993.

No ano seguinte, a Universidade Federal de Roraima abriu uma extensão no município de São Luiz do Anauá. Fiz o vestibular para o Curso de Licenciatura em Letras, fui aprovado e estudei durante um ano. Foram momentos de enfrentamentos difíceis, tendo que trabalhar durante a semana e estudar aos sábados e domingos. Isso tudo acontecia no ano de 1993. No ano seguinte, a universidade abre um curso de história em São João da Baliza. Consegui fazer a remoção de curso e concluir minha graduação no campo da história. Como na época não havia muitas possibilidades de pós-graduação, fiquei ainda dois anos sem estudar e descobri que a Universidade Federal de Lavras-UFLA/MG ofertava cursos de Pós-graduação à distância, sendo que na metade do curso e no final teria que fazer as provas presenciais. Me matriculei e fiz todas as atividades à distância, e as avaliações presenciais na cidade de Lavras, em Minas Gerais. Imagine fazer um curso de informática no ano 2000 com todas as dificuldades de comunicação, internet precária e tantos outros obstáculos.

Como mencionado, após iniciar trabalhando como professor de educação de Jovens e Adultos, no ano de 1987, surgiu a oportunidade de trabalhar como professor de ensino básico. Lecionei numa classe multisseriada nas séries iniciais do ensino fundamental. Ali, lecionei para alunos de segunda, terceira e quarta série do ensino fundamental. Foi um desafio ensinar todas as disciplinas nessas séries num mesmo espaço. Além de ser professor, também me tornei líder sindical, colaborando na organização dos trabalhadores rurais. Fui eleito vereador no município de São João da Baliza pelo Partido dos Trabalhadores – PT, no ano de 2006.

Devido às dificuldades para continuar estudando, veio a necessidade de mudar para a cidade de São João da Baliza. Fui convidado para assumir uma direção do pré-escolar. Fiquei um ano nessa escola e, no ano seguinte, passei a trabalhar na assessoria pedagógica do Centro Regional de Ensino. Este centro ofertava cursos de formação para professores dos municípios de Caroebe, São João da Baliza, São Luiz do Anauá e Rorainópolis. Foram cinco anos fazendo acompanhamento pedagógico juntamente com uma equipe de professores. Muitas coisas boas aconteceram nesse período, por exemplo, nos encontros pedagógicos, onde fazíamos trocas de experiências exitosas que cada um desenvolvia em sua escola. Isso enriquecia a aprendizagem dos alunos.

Após sair dos trabalhos administrativos, dei aula para o ensino fundamental e médio, atuando como professor de história na Escola Estadual Francisco Ricardo de Macedo e, depois, na Escola Estadual Henrique Dias, ambas em São João da Baliza. Entre 2003 e 2004, fui professor do Curso Normal Superior, pela Universidade Estadual de Roraima (UERR). Nesse ano, lecionei nas extensões dos municípios de São João da Baliza e São Luís do Anauá. Fiquei dois anos sem lecionar na universidade e voltei em 2006, atuando como professor no curso de história em São Luís do Anauá.

Nos anos seguintes, consegui minha cedência provisória para a UERR. Nesse período, atuei como professor nos cursos de Matemática, Engenharia Florestal, Física, Letras, Sociologia, dando aulas de disciplinas introdutórias no campo da filosofia e história. Fui Diretor do Campus São João da Baliza por um ano e meio e, devido meus filhos terem optado em fazer curso superior que não era ofertado na região, pedi transferência para Boa Vista.

Na área social fui agente da Pastoral da Saúde, trabalho voluntário que me foi muito gratificante, adquiri conhecimentos populares sobre a cura através dos fitoterápicos, homeopias populares, massoterapia entre outros.

Em 2011, mudei para Boa Vista. Passei a trabalhar no Centro Estadual de Ensino Profissional Antônio de Pinho Lima (CEEP), onde atuei como assessor educacional por seis anos. No ano de 2018, me candidatei a um cargo de conselheiro, onde fui eleito para um mandato no Conselho Permanente de Pessoal Docente do Estado de Roraima (CPPD). Fui reeleito por dois mandatos. Hoje trabalho na assessoria técnica da CPPD.

Meu ingresso no Mestrado em Sociedade e Fronteiras da UFRR reforça meu interesse em desenvolver uma pesquisa voltada para a região sul do Estado de Roraima, buscando dar visibilidade ao protagonismo das mulheres camponesas daquela região. A justificativa surge a partir das reflexões de minhas experiências como professor de História e Filosofia ao longo de minha vida profissional, onde trabalhei por muito tempo com as mulheres camponesas, colaborando para que todas alcançassem seus direitos em uma sociedade em que, na maioria das vezes, são excluídas. A opção pelo mestrado é seguir com o compromisso de educador, desde uma responsabilidade social, histórica e política para o Estado de Roraima, especialmente vinculado com as questões ligadas às mulheres camponesas.

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>1</b>	<b>CONTEXTO DA PESQUISA: DIREITOS SOCIAIS DAS MULHERES CAMPONESAS.....</b>	<b>22</b>
1.1	MOVIMENTO DAS MULHERES CAMPONESAS.....	27
1.2	LUTA POR DIREITOS E CONQUISTAS DAS MULHERES CAMPONESAS.....	31
1.3	DO FEMINISMO CAMPONÊS AO ECOFEMINISMO: A MULHER E SEU DESTAQUE NO ESPAÇO RURAL.....	36
1.4	AS LEIS QUE AMPARAM AS MULHERES CAMPONESAS.....	42
<b>2</b>	<b>DIREITOS E DEVERES: AVANÇOS E CONQUISTAS.....</b>	<b>44</b>
<b>3</b>	<b>MULHER CAMPONESA E MEIOS DE PRODUÇÃO.....</b>	<b>50</b>
<b>4</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>56</b>
4.1	OBJETO DE ESTUDO.....	57
4.2	JUSTIFICATIVA.....	57
4.3	OBJETIVOS DA PESQUISA.....	58
4.3.1	<b>Objetivo Geral.....</b>	<b>58</b>
4.3.2	<b>Objetivos Específicos.....</b>	<b>58</b>
4.4	PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	58
<b>5</b>	<b>ANÁLISES DO PROCESSO HISTÓRICO DA ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS EM RORAIMA.....</b>	<b>64</b>
	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>80</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>83</b>
	<b>ANEXO A – ROTEIRO DA ENTREVISTA.....</b>	<b>96</b>
	<b>ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIMENTO-TCLE.....</b>	<b>98</b>
	<b>ANEXO C – ENTREVISTAS.....</b>	<b>100</b>
	<b>APÊNDICE A-FOTOS REGISTRADAS DURANTE AS ENTREVISTAS.....</b>	<b>111</b>

## INTRODUÇÃO

O objetivo da pesquisa é analisar o protagonismo das mulheres camponesas da região sul do Estado de Roraima na busca por políticas públicas, identificando a participação política na luta por seus direitos. As análises teóricas fundamentam-se na perspectiva de gênero, conferindo às mulheres um olhar epistêmico a partir do seu contexto.

Além disso, a pesquisa de campo apresenta dados da participação das camponesas nos processos organizativos em redes e em parcerias com outras instituições que promovem, dentre outras atividades, a produção de artesanatos de fibra de bananeira. As mulheres se destacam também na luta por melhores preços de suas produções no campo, desenvolvendo a agricultura familiar, produzindo alimentos saudáveis para seu consumo e vendendo o excedente nos mercados mais próximos para subsidiar outros itens de suas necessidades que não se produzem no campo.

A intenção neste estudo é aprofundar conhecimentos sobre a organização de mulheres do campo a partir de movimentos sociais, e problematizar as políticas públicas de acesso, formuladas para essas – e por essas – mulheres. Chama-se a atenção para a construção histórica, política e social da luta feminina demonstrada por Simões e Matos (2012), que observam que a luta das mulheres e a busca por direitos e sua efetiva materialização pode ser dividida em quatro momentos: o primeiro seria a conquista do sufrágio em 1932; O segundo, a luta contra a ditadura, nos anos de 1970; O terceiro, a luta no processo de redemocratização do país, nos anos de 1980, considerado passagem para o quarto momento, que, com efeito “alcançou um novo nível de institucionalização através da criação, em 2003, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, na entrada do Partido dos Trabalhadores no Governo Federal”.

Diante do exposto, considerando a proposta de pesquisar a efetividade da política pública de acesso à terra para as mulheres camponesas da região sul de Roraima, bem como, a relação existente no contexto atual entre gênero e políticas públicas territorialmente localizadas, permeado pela necessidade de obliterar a ação política historicamente inócua no que concerne às políticas de gênero no Brasil, a pesquisa foi guiada pela seguinte interrogação: como a política pública de acesso à terra tem se efetivado para as mulheres camponesas da região sul do Estado de Roraima?

A metodologia utilizada é de abordagem qualitativa, onde a pesquisa de campo conta com a observação participante, além de entrevistas orientadas pela técnica de trajetória de vida. Entende-se que o protagonismo das camponesas deve ser, através desta pesquisa, amplamente

reconhecido e valorizado. O estudo tenta mostrar também algumas leis criadas para regulamentar o trabalho no campo, bem como a luta pela posse de terra e pela produção de alimentos, ambas consideradas políticas públicas.

Os procedimentos adotados nesta pesquisa durante a análise e interpretação dos dados coletados foram conduzidos de maneira a diminuir possíveis dúvidas e erros, procurando seguir fielmente o significado da temática e dos objetivos propostos. Após a coleta dos dados, ocorreu a organização do material para ser analisado. Bardin (2016) propõe que para analisar o material coletado, se faz necessário a realização de quatro fases: pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados e codificação.

A organização e a análise possibilitam a contextualização das informações da pesquisa, através da análise e da interpretação dos dados. Conforme Bardin (2016), “a fase de análise propriamente dita não é mais do que a aplicação sistemática das decisões tomadas”, o objetivo é organizar os dados, responder o problema apresentado na investigação.

Os autores Bardin (2016) e Marconi e Lakatos (2003) relatam em consonância que a análise e a interpretação dos fatos apurados na coleta de dados, são procedimentos estreitamente relacionados, possibilitando ao pesquisador, obter resultados que atinjam os seus objetivos, demonstrando assim, o real sentido do material coletado.

Mascarenhas (2012) sugere que é necessário medir a frequência dos fenômenos e entender a relação entre eles para compreendê-los. Assim, o fenômeno estudado passa a ser mensurado por meio de um processo de análise, de sua ocorrência e de suas relações com outros fenômenos.

A análise, no referencial metodológico proposto por Gil (2014), tem como objetivo organizar e resumir os dados de tal forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para a investigação. Já a interpretação procura o sentido amplo das respostas, o que é realizado perante a interação com conhecimentos adquiridos.

O fenômeno de interpretar dados está presente em vários momentos da investigação, diferenciando-se da análise após a coleta de dados em algum momento e tornando-se mais sistemática e formal no encerramento do processo. Marconi e Lakatos (2003) destacam que a interpretação “é a atividade intelectual que tem em vista dar um significado mais amplo às respostas, vinculando-as a outros conhecimentos”.

Nesta investigação foram analisados e interpretados os dados obtidos através da entrevista. O objetivo neste processo foi identificar se houve relação entre esses dados coletados com o referencial teórico abordado, visto que a relação entre ambos compreende o resultado afirmativo da alteridade que se espera comprovar. As respostas para comprovar os resultados

foram provenientes das entrevistas abertas, aplicadas às mulheres camponesas que vivem no sul de Roraima.

Neste sentido, a interpretação teve a função de identificar os dados coletados a partir das entrevistas com base nas normativas e fontes teóricas voltadas ao tema. Logo, a análise realizou-se com a tabulação dos dados coletados, obtidos através das entrevistas realizadas com os participantes, e posterior interpretação dos dados.

A pesquisa qualitativa apresenta diversas abordagens que, segundo Flick (2009) se diferenciam por suas suposições teóricas, modo de compreender os objetos e seus focos metodológicos. Uma das perspectivas da pesquisa qualitativa assume que os “pontos de referência teórica são extraídos, primeiramente, das tradições do interacionismo simbólico e da fenomenologia” e, nessa perspectiva, “há um predomínio das entrevistas semiestruturadas ou narrativas e dos procedimentos de codificação e de análise de conteúdo” (Flick, 2009).

A entrevista aberta foi selecionada como instrumento para a coleta de dados desta investigação por ser mais flexível e por gerar opiniões mais elaboradas dos informantes, permitindo obter mais dados que não se encontram na literatura.

Para Mattar (1994), as questões abertas permitem melhor análise das questões estruturadas, deixam o respondente mais à vontade para a entrevista a ser feita, cobrem pontos além das questões fechadas, têm menor poder de influência nos respondentes do que as perguntas com alternativas previamente estabelecidas. E exigem menor tempo de elaboração, proporcionam comentários, explicações e esclarecimentos significativos para se interpretar e analisar.

A entrevista é uma técnica muito utilizada pelo pesquisador, o que deixa mais próximo dos participantes, tendo a oportunidade de aplicação dos questionamentos em busca de respostas sobre o que está sendo investigado.

De acordo com Campoy (2018):

A entrevista é uma técnica de investigação científica que utiliza o verbal para coletar informações em relação a uma determinada finalidade. O pesquisador é o instrumento da pesquisa e não um simples protocolo ou formulário de entrevistas. Através dela se aspira compreender e conhecer, como se define a realidade e os vínculos que se estabelecem entre os fenômenos que se estudam.

Antes da realização das entrevistas com as participantes, foi criado um roteiro como guia para o alcance dos objetivos, metas e resultados esperados, mas com liberdade para que tanto o pesquisador quanto as participantes envolvidas na pesquisa pudessem escolher como alcançá-los.

Para tanto, a entrevista permaneceu direcionada para as mulheres camponesas, foco deste estudo, sendo estruturada de acordo com cada objetivo proposto. As entrevistas foram realizadas individualmente com cada participante presencialmente, por *WhatsApp*, via chamada de vídeo e por telefone.

A ética na condição social, de acordo com Vázquez (2008), está embasada em perspectivas filosóficas cujos valores são pertinentes com a natureza e os objetivos do homem. Principalmente, a atitude ética do ser humano, que tem relação com o conceito de si e com a sua intenção de experiência de vida, determinando o seu potencial científico e técnico, mantendo seu propósito de exercer os princípios éticos.

De acordo com Prodanov e Freitas (2013), os pesquisadores precisam assumir uma conduta moralmente correta, atuando assim conforme as questões éticas que também conduzem a investigação científica. Com isso, a ética na pesquisa “indica uma conjunção de conduta e de pesquisa, o que traduzimos como conduta moralmente correta durante uma indagação, a procura de uma resposta para uma pergunta” (Prodanov; Freitas, 2013).

Partindo desses pressupostos, a presente pesquisa iniciou com a aplicação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo B) aos participantes, obtendo-se a autorização do entrevistado indispensável para a participação voluntária. O termo torna os participantes cientes sobre os objetivos do trabalho, tornando compreensível os benefícios e possíveis limitações da pesquisa.

E ainda assegura aos participantes o anonimato com o intuito de preservar sua identidade na apresentação dos resultados, além de assegurar a integridade das informações coletadas. É importante ressaltar que durante a realização das entrevistas não foram utilizadas nenhum tipo de imagem e vídeos que expusessem os participantes, aferindo a preservação de sua identidade.

A pesquisa realizada neste trabalho contribui com o enriquecimento científico por ser atual no levantamento sistemático, metódico e crítico, permitindo reflexão sobre o assunto abordado, essencial para o avanço do conhecimento humano. No âmbito acadêmico, a pesquisa fortalece as etapas de investigação construtiva, a partir do aprofundamento sobre os tipos de pesquisa disponíveis e quais os melhores métodos para se alcançar os objetivos definidos.

Cabe citar ainda que, diante do *locus* de pesquisa aplicado, esta pesquisa consegue revisitar significados importantes, pois os movimentos de mulheres camponesas vêm mostrar que um dos meios para alcançar e mexer nas estruturas sociais da sociedade em que vivemos está na organização coletiva. Que somente com lutas em conjunto é possível promover mudanças nas estruturas quando conseguem influenciar na elaboração das leis.

Após muitas lutas, entende-se que algumas das políticas públicas voltadas para as mulheres camponesas têm sido alcançadas, mas estão longe de terem conquistado totalmente seus objetivos, mas continuam suas lutas e conquistas trabalhistas.

Com o avanço das lutas por políticas públicas, muitas conquistas podem ser comemoradas pelas mulheres nos governos Lula e Dilma, mesmo com algumas críticas de que poderia ter avançado mais na reação e resistência ao capitalismo, no combate ao racismo, entre outras. Porém, com estas conquistas e avanços nas políticas de gênero, não obtiveram muito sucesso no período entre 2018 e 2022, onde o Governo Federal excluiu as políticas de gênero conquistadas pelas mulheres.

Conforme definido no inciso II da Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) (Brasil, 2012), os riscos da pesquisa abrangem “a possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano, em qualquer pesquisa e dela decorrente”.

Normalmente, toda pesquisa com seres humanos pode ocorrer riscos. Às vezes, as mulheres camponesas não se sentem à vontade de conversar com uma pessoa alheia e especificamente com homens realizando a pesquisa. Poderá não se sentir segura em responder à pergunta apresentada. Será assegurado o direito de fazer parte ou não da entrevista. Portanto, as mulheres camponesas que se sentirem à vontade em responder às perguntas, terão assegurado o total sigilo de suas respostas, que serão utilizadas exclusivamente para a pesquisa em questão. Isto poderá minimizar os possíveis riscos.

Após a conclusão da pesquisa, as participantes serão informadas sobre a importância desta para produção de conhecimentos, sobre a luta das mulheres camponesas na região sul de Roraima, bem como suas conquistas registradas em uma dissertação de mestrado. Os resultados dessa pesquisa constarão na elaboração da Dissertação de Mestrado, que poderá contribuir com a produção do conhecimento sobre o protagonismo das mulheres camponesas do sul de Roraima.

Diante disso, constata-se que a presente pesquisa não ocasionou nenhum tipo dos riscos citados, sendo tomado todo o cuidado necessário no decorrer da pesquisa, para que a entrevistada não fosse exposta a situações vexatórias, de constrangimento, medo e possíveis retaliações, sendo garantido sobretudo, o anonimato na apresentação dos resultados.

A continuar, analise-se e se discute sobre quatro categorias analíticas criadas, a saber: 1) Motivos para entrar no movimento social; 2) O movimento de mulheres camponesas como motor de mudanças de vida; 3) Políticas governamentais e mulheres camponesas e 4) crédito rural e produção sem agressão ao meio ambiente.

As percepções metodológicas descritas por Gil (2014) definem pesquisa como sendo um processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico, que tem como principal objetivo descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos. A pesquisa científica tem como finalidade dar respostas ao problema.

da investigação, atitude determinada pelo tempo e pela dedicação do pesquisador em buscar um método que dê sentido coerente e real à resolução do problema da investigação.

A metodologia da pesquisa científica deve sempre estar pautada em seu objeto de estudo, problema e objetivos da investigação, para que toda construção metodológica se mantenha coerente e responda à grande questão levantada.

Com intuito de responder aos objetivos do estudo, partindo das questões que deram fundamento a pesquisa, para melhor entendimento dos fenômenos, concepções e sujeitos, a pesquisa teve como enfoque o método qualitativo. Campoy (2018) relata que o “enfoque é a posição, ponto de vista que o pesquisador tem em função da coleta de dados, como se analisam e como se interpretam, em relação a um objetivo”. No âmbito das ciências sociais, “há uma tendência que se utiliza de forma sinônima os termos paradigma e enfoque”.

Diante dessa abordagem, o desenho desta investigação se enquadra como descritiva, de corte transversal com enfoque qualitativo. Conforme relatam Sampieri *et al.* (2013), o desenho é “o plano de ação ou estratégia que desenvolvemos para obter a informação que queremos em uma pesquisa”.

Portanto, a partir do ponto de vista dos participantes, foram selecionadas, interpretadas e registradas as percepções, os comentários e as informações da realidade natural, abstraídas e compreendidas. A fenomenologia é base teórica deste estudo, levando à compreensão e interpretação da realidade, dos significados, das pessoas, das percepções ligadas a determinados fenômenos.

Com base neste desenho fenomenológico, foi possível analisar a aplicabilidade de políticas públicas, no âmbito federal, ao acesso à terra pelas mulheres camponesas nos últimos 10 anos e sua participação nos movimentos camponeses no sul de Roraima. Foi abordado nesta investigação o modelo corte transversal, para analisar o objeto de estudo, ou seja, a participação das mulheres camponesas nos movimentos, em um momento específico, situado nos meses de agosto a outubro de 2023.

A intenção desse estudo foi chegar aos resultados propostos pelos questionamentos, objetivo geral e específicos, mas principalmente responder à pergunta problema central da pesquisa. O estudo, a análise, o registro e a interpretação dos fenômenos no seu estado natural do mundo físico, aqui postulado como a participação das mulheres camponesas nos

movimentos rurais, essencialmente realizada pelo pesquisador, torna-se possível através da pesquisa denominada descritiva.

Com base nas análises de Minayo (2010), as narrativas dos atores não são uma verdade, mas uma versão da maneira de pensamento, como a melhor forma de abordagem para entender o processo de socialização que está presente num determinado grupo de emergência, assim, a estrutura organizacional vem através do nascimento e declínio da relação social, por respostas situacionais às contingências cotidianas.

Todavia, a busca qualitativa está menos preocupada em generalizar de maneira mais a fundo e com maior abrangência de compreensão do que é um grupo social, que existe em uma instituição, organização, política ou até mesmo numa representação. Assim, segue-se a transcrição das entrevistas com as principais personagens deste estudo.

O estudo tenta mostrar também algumas leis criadas para regulamentar o trabalho no campo, bem como a luta pela posse de terra, pela produção de alimentos e o cuidado com a terra. Busca-se sistematizar este estudo em quatro categorias analíticas: 1) Razões que impulsionam a participação no movimento social feminino; 2) O papel do movimento de mulheres camponesas como impulsionador de transformações na vida; 3) Relação entre políticas governamentais e mulheres camponesas; e 4) Abordagem sobre crédito rural e práticas de produção sustentáveis, sem impactos negativos ao meio ambiente para responder a seguinte interrogante: Como a política pública de acesso à terra tem se efetivado conforme seu Plano de Ação (2013–2015) para as mulheres camponesas do sul de Roraima?

O objetivo geral consiste em analisar a aplicabilidade das políticas públicas federais no acesso à terra por parte das mulheres camponesas nos últimos 10 anos, bem como sua participação nos movimentos camponeses no sul do Estado de Roraima. Os objetivos específicos são os seguintes: a) Compreender os determinantes do acesso à terra como uma problemática social na formulação de políticas públicas de gênero em Roraima; b) Identificar a participação dos movimentos de mulheres camponesas na região sul do Estado de Roraima, como atores fundamentais na formulação de políticas públicas relacionadas a gênero e acesso à terra; c) Descrever os efeitos das políticas públicas de acesso à terra sobre as mulheres camponesas na região sul de Roraima.

A pesquisa destaca o papel central das mulheres camponesas em suas jornadas formativas diárias. Ao engajarem-se no Movimento de Mulheres Camponesas, conquistaram uma formação abrangente, tanto do ponto de vista social quanto acadêmico. Suas falas refletem uma consciência aguçada na busca por direitos, demonstrando a superação de diversas barreiras. Essas mulheres desbravaram o caminho para o desenvolvimento de uma consciência política,

ambiental e um profundo conhecimento das leis que amparam as trabalhadoras rurais. Além dessa conscientização, estão ativamente empenhadas na busca por recursos financeiros para viabilizar suas atividades produtivas tanto no campo quanto na cidade.

## 1 CONTEXTO DA PESQUISA: DIREITOS SOCIAIS DAS MULHERES CAMPONESAS

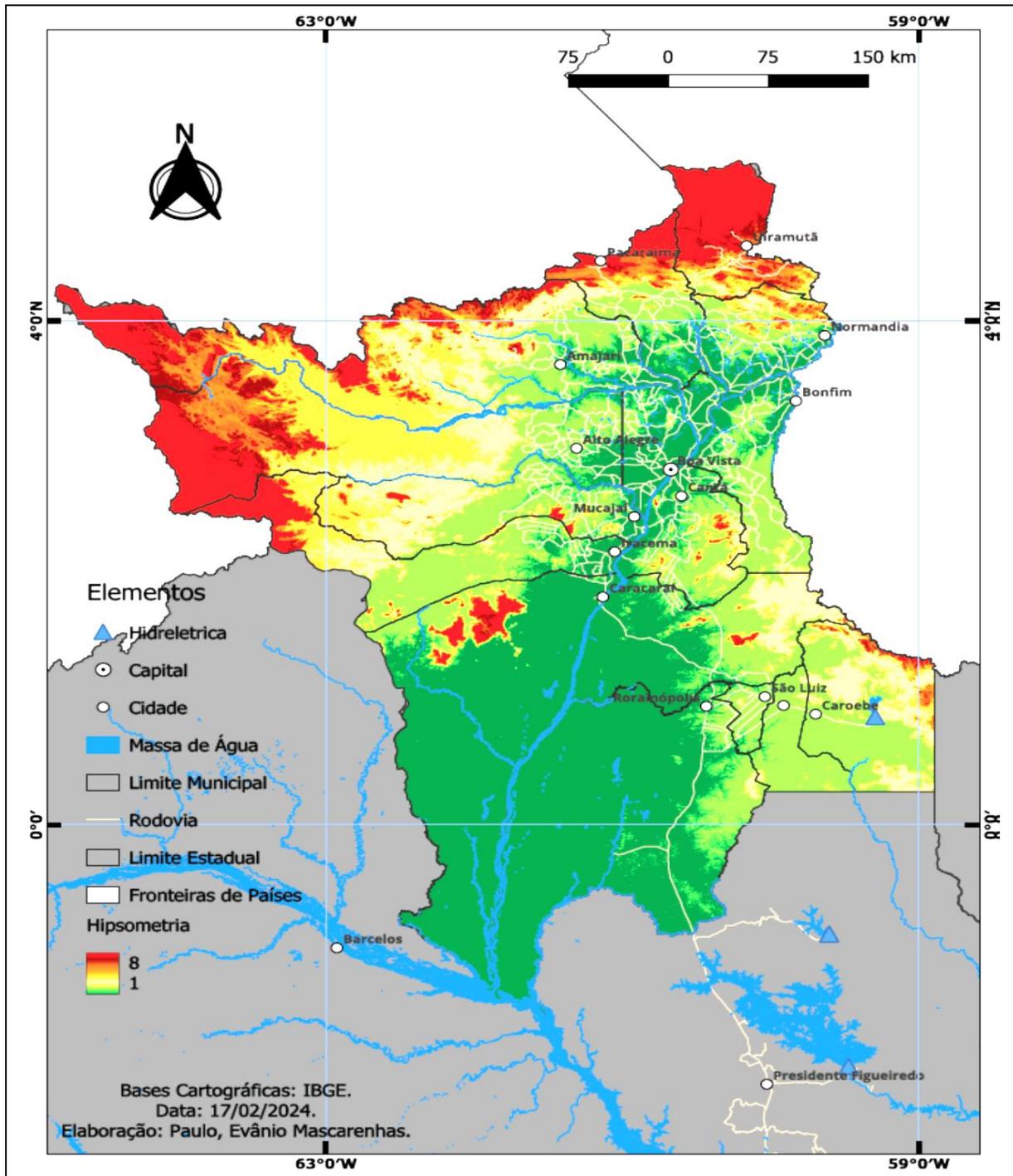
A pesquisa teve como foco o sul do Estado de Roraima, uma escolha estratégica devido à região ser um polo representativo das mulheres camponesas. Nesse contexto, as mulheres camponesas têm evidenciado sua habilidade de organização, empenhando-se na busca de recursos junto aos poderes públicos municipal, estadual e federal. Elas direcionam esses recursos para a construção de sedes próprias, estabelecimento de padarias, realização de cursos de formação para as lideranças do movimento e obtenção de verbas por meio de projetos junto ao governo federal para custear encontros municipais e regionais.

Essas ações ressaltam a resiliência e o papel de liderança das mulheres camponesas na região, as quais, por meio de suas atividades organizativas, buscam aprimorar as condições de vida e consolidar o movimento na região. O Estado de Roraima apresenta duas características distintas e notáveis. Na Região Norte, observa-se uma concentração populacional mais significativa, impulsionada por uma economia fundamentada na produção de grãos e na pecuária de corte. Em contrapartida, na Região Sul, embora mais extensa, predomina uma área com densa cobertura florestal, composta por árvores de grande porte. Nessa região, a população é consideravelmente menor em comparação com o norte do Estado.

A formação do sul do Estado de Roraima iniciou-se por volta dos anos 1970, consolidando-se mais tarde com o desmembramento do município de Caracará. Inicialmente, dividiu-se em dois municípios, São Luís e São João da Baliza. Posteriormente, esses dois municípios foram subdivididos, dando origem a Caroebe, que até os anos 1980 era um distrito de São João da Baliza, tornando-se um município independente. Rorainópolis, que pertencia a São Luís, também se tornou um município e hoje é o que tem a maior população da região sul.

Ao sul, encontra-se a hidrelétrica do Jatapú e, recentemente, o desenvolvimento de duas termoelétricas com foco no funcionamento a partir de biocombustível à base do azeite da palmeira *Elaeis guineensis*, conhecida popularmente como dendê. A economia na região é caracterizada pela cultura da banana e pela pecuária de corte. O mapa a seguir contextualiza os municípios em que se realizou a pesquisa (Figura 1).

Figura 1 - Mapa de Roraima com destaque nos municípios em que foi realizada a pesquisa.



Fonte: IBGE (2022).

A região sul se destaca pelo tipo de vegetação, sendo predominante as matas atlânticas, árvores de grande porte. As rodovias que dão acesso são as Rodovias 210, conhecida por Perimetral Norte, e a Rodovia 174, que liga Manaus à Boa Vista, que perpassa o município de Rorainópolis. A Rodovia 210 liga os três municípios: São Luiz, São João da Baliza e Caroebe.

O mapa rodoviário da região estende ao longo das BRs 210 e 174. Os assentamentos são em forma de espinhas de peixes. Há vários assentamentos na região. No início dos anos 1980, foram criados os primeiros assentamentos agrícolas para povoar a região. Os mais destacados da época eram os Projeto de Assentamento (PA) Jauaperi, PA Jatapú, PA Anauá. O PA Anauá deu origem ao então município de Rorainópolis, o PA Jauaperi deu origem aos municípios de São Luís e São João da Baliza e o PA Jatapú deu origem ao município de Caroebe.

Atualmente, foram criados outros assentamentos pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA). Em São João da Baliza, hoje há o PA São Luizão e o Projeto de desenvolvimento sustentável Sabiá. Em São Luiz, o PA Bom Sucesso, o PA Integração, que está nos municípios de São Luiz e Rorainópolis–PA Ladeiraão em Rorainópolis. Há outras ocupações de terras na região sul que ainda não foram demarcadas para a posse de terras aos agricultores, nem pelo INCRA e tão pouco pelo Instituto de Terras e Colonização de Roraima (ITERAIMA), órgão administrado pelo Governo de Roraima.

Nessa região, segundo o Censo Demográfico Populacional (IBGE, 2022), vivem cerca de 59.476 habitantes. Segue tabela com a população de cada município e o número de mulheres dos respectivos municípios (Tabela 1).

Tabela 1 - Municípios da Região Sul do Estado de Roraima, em que foi realizado a pesquisa

<b>Município</b>	<b>Total de habitantes</b>	<b>Total de mulheres</b>
São João da Baliza	8.858	4.121
São Luiz	7.315	3.423
Caroebe	10.656	4.971
Rorainópolis	32.647	15.800
<b>Total</b>	<b>59.476</b>	<b>28.313</b>

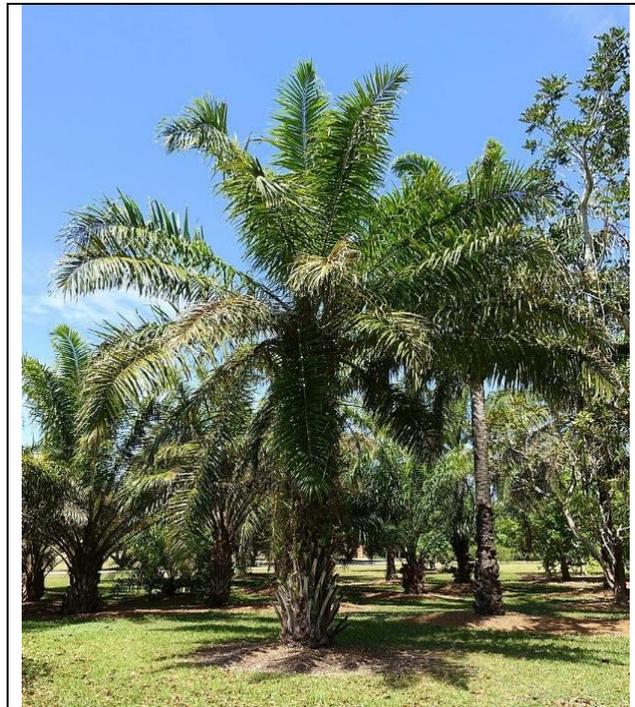
Fonte: IBGE (2022).

A população principal dessa região inicialmente era migrante, na maioria vindas do Maranhão. Hoje é uma região com pessoas praticamente de todo o Brasil. A região sul de Roraima conta com uma hidrelétrica no município de Caroebe que atende parcialmente à região. Conta também com a monocultura do dendê para produção do biocombustível para atender o Sistema Energético de Roraima.

Há uma indústria de fabricação de azeite de dendê para combustível em São João da Baliza e outra em Rorainópolis. No município de São João da Baliza está instalada a Empresa do Grupo BBF (Brasil Biofuels) e em Rorainópolis a Oleoplan (Palmaplan). Com a instalação

dessas empresas na região, muitas mulheres camponesas passaram a buscar uma melhor sobrevivência, por meio do trabalho assalariado, exercendo atividades como: cultivo dos viveiros, plantações das palmas, setor administrativo das empresas, etc. Segue uma foto de uma lavoura de dendê. Sistema de monocultura na região sul de Roraima (Figura 2).

Figura 2 - Plantação da Palma de Dendê na região sul de Roraima



Fonte: Pesquisa de campo (2023).

Conforme indicam pesquisas realizadas pela EMBRAPA, a região demonstra ser propícia para o cultivo dessa palmácea, uma vez que sua proximidade com a linha do Equador resulta em chuvas mais intensas, favorecendo seu crescimento e proporcionando uma produção mais precoce.

As palmáceas de dendê estão sendo plantadas em toda a região sul, abrangendo diversas vicinias, resultando na resistência de poucas famílias. Agricultores têm escolhido vender suas terras para empresas localizadas em São João da Baliza e Rorainópolis. De acordo com informações disponíveis, essas empresas têm absorvido na maioria a mão de obra local. Em outras palavras, muitos dos agricultores que venderam suas terras para essas empresas são agora empregados com carteira assinada, deixando de ser proprietários de seus próprios lotes para se tornarem mão de obra com remuneração modesta.

Apesar desse cenário, vários agricultores resistem à venda de seus sítios e continuam a produzir para sua subsistência, além de comercializarem excedentes. No entanto, devido à

monocultura do dendê, sítios agrícolas foram alvo de ataques de animais predadores, que se viram isolados pelas extensas plantações dessa palmácea. Acredita-se que esses ataques ocorram em decorrência do uso de produtos químicos para combater pragas nas palmeiras, levando os animais a buscarem abrigo e alimento nas proximidades das plantações.

Este contraste entre a adesão à monocultura e a resistência dos agricultores ilustra as complexidades e desafios enfrentados, diretamente ligada ao nosso objeto de pesquisa.

Ao estudar sobre a constituição de direitos e deveres das mulheres, enquanto indivíduos plenos, é necessário apontar que o reconhecimento de direitos e sua integração na legislação nacional não garantiu sua efetiva implementação. E em especial, a ausência de garantia do cumprimento da norma, quando se trata das mulheres camponesas. Na busca de efetivar e tornar-se portadoras de direitos, as mulheres camponesas necessitam, de maneira permanente, pautar a luta e mobilização. A luta, todavia, não se materializa exclusivamente na conquista ou conservação de direitos, mas para garantir o próprio direito e constituir-se como sujeito de direitos, a luta passa a ser por cidadania plena, conforme destaca Chauí (2018).

A atenção aos direitos das mulheres camponesas e aos direitos sociais se faz necessária por dois pontos: o primeiro advém do âmbito de direitos que constituem o ordenamento jurídico brasileiro, que pode ser analisado na Lei n.º 6.260/75<sup>1</sup> (Brasil, 1975). O segundo decorre do fato de que esses direitos representam os direitos mínimos de vida que devem ser garantidos à pessoa humana, uma vez que esses direitos voltados à liberdade e ao exercício da cidadania são chamados de direitos sociais. Portanto, dentre os direitos sociais previstos no Art. 6º da Constituição Federal de 1988, este trabalho considera os seguintes: educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, previdência social e proteção à maternidade, estendendo aos direitos sociais das mulheres camponesas e sua relação com o campo.

Considerando a organização das mulheres e das condições sociais nas áreas rurais, destaca-se que a maioria das pesquisas sobre camponesas é marcada pela masculinização da compreensão do sujeito/objeto que começa em parte com a invisibilidade das mulheres camponesas, não apenas em ambientes acadêmicos, mas também no próprio contexto social rural, o que nos conduz necessariamente a uma análise da realidade social a partir da perspectiva de gênero. Ressalte-se que, seguindo a construção teórica tradicional das agricultoras e camponesas, a discussão se volta para o feminismo camponês e de massa, no qual as mulheres camponesas em todas as suas diversidades, enquanto pessoas na trajetória dos movimentos e lutas sociais, abarcam os conceitos de mulheres ecológicas.

---

<sup>1</sup> A Lei n.º 6.260/75 (Vide Lei n.º 8.213 de 1991) Institui benefícios de previdência e assistência social em favor dos empregadores rurais e seus dependentes, e dá outras providências.

## 1.1 MOVIMENTO DAS MULHERES CAMPONESAS

O movimento, caracterizado por espaços de luta, formação e organização, tem sua origem na chamada ascensão das massas no final dos anos 1970 e meados dos anos 1980. Em Santa Catarina, esse fenômeno ocorreu no contexto da luta pela oposição sindical e pelos direitos dos camponeses, direitos da classe trabalhadora. Assim, por meio do estudo das mulheres bíblicas, aliado na maioria a um processo de formação e reflexão sobre a realidade, as mulheres decidiram se organizar para superar a exploração e a opressão.

Segundo Lobo (1992), a dominação não apenas sugeria passividade, mas também englobava elementos como violência, ação, conflito e relações antagônicas. Ela destacou e enfatizou a presença da luta pela emancipação das mulheres em organizações que, de maneira geral, abrangem a busca por direitos. Assim, evidenciaram a participação de mulheres comuns, seja do campo ou da cidade, na construção de direitos e na busca por justiça social.

Como nos diz Freire (1987), a educação problemática começa com a identidade histórica e a historicidade dos humanos, que diferem dos animais na consciência de sua própria incerteza. Uma tarefa perpétua é assim criada com os seres. É aqui que a análise da realidade ajuda a construir melhor o futuro, um movimento histórico que ainda não está concluído.

No início dos anos 1980, as camponesas ancoradas no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) celebravam seu direito de sindicalização e sonhavam com a participação feminina na política social. Conversavam sobre questões de gênero, mulheres na política, no esporte, nos treinos, mesmo não sabendo muito sobre esses temas na época (MMC, 2018).

Segundo Kroth (1999), no mesmo período, as mulheres participantes do Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA) passaram a considerar a continuidade do acesso à previdência, à assistência médica e à luta pela aposentadoria. Não demorou muito para que a necessidade de mudança fosse entendida como um ato de libertação. As autoras observam que as mulheres organizadas afirmaram a necessidade de se emancipar e encontrar saídas para a situação machista em que viviam.

A busca de direitos das mulheres camponesas era nova para a sociedade, mas quando elas passaram a ocupar espaços fora de casa, os homens tiveram que criar práticas sociais. Da mesma forma, necessitaram estabelecer novas posições consigo mesmas e com os homens. E começaram a questionar as realidades e desigualdades de direitos sob as quais vivem. Percebe-se, pela observação, que as mulheres se organizam e se disciplinam concretamente e questionam gradualmente a autoridade masculina expressa por seu pai, marido e sogro.

A construção de identidades feministas no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) ocorre durante o crescimento da consciência crítica, em que as mulheres começam a se sentir livres do medo de falar o que pensam e serem donas de sua própria vontade. Essa construção é um árduo processo diante de uma sociedade patriarcal machista, privada de voz e espaço por serem mulheres pobres do campo. Acima de tudo, elas aprendem e ensinam novas formas de educação, sem se importar com o cargo que o aprendiz ocupa na sociedade ou que sexo é, para dizer claramente, estas mulheres não discriminam e nem fazem os demais se sentirem inferiores.

Desse modo, forjam-se novas relações entre as pessoas e se modificam cada vez mais, entendendo não ser um processo linear e contínuo. A constituição de uma nova identidade se dá nesse momento em que vão questionando as desigualdades existentes na sociedade e, no interior desta, as desigualdades de classe e de gênero. Assim, a identidade fundamenta-se na cultura, embora ela não seja cultura. Esta é inerente ao ser humano, no entanto, a identidade se manifesta como ação social e coletiva concreta frente a outros. A cultura une as pessoas, a identidade diferencia uma das outras. Afirma-se em uma “disputa de queda de braço”, em total relação de poder, entre imposição e superação, intencionalmente.

Nesse sentido, Silva (2000) esclarece:

Não se trata, entretanto, apenas do fato de que a definição da identidade e da diferença, seja objeto de disputa entre grupos sociais assimetricamente situados relativamente ao poder. Na disputa pela identidade está envolvida uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade. A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes.

As camponesas começaram a formar a consciência do “eu”, ou seja, dando-se conta de sua condição de mulher camponesa. Quando se reúnem para pensar juntas e se organizam para lutar e conquistar seu pedaço de chão, elas acabam formando a consciência do “nós”, legitimada a partir das relações sociais. Ao despertar para uma nova consciência que deu rosto à identidade constituída na luta pela terra, elas tiveram que deixar sua identidade de conformismo, subordinação e assistencialismo, formatada pela classe dominante do campo no exercício do processo de exploração.

Segundo Matos (2010), o conceito de identidade pode ser definido como um conjunto de aspectos individuais que caracteriza uma pessoa. No entanto, entende-se identidade como

plural, constituída a partir das relações sociais, o que em caráter de metamorfose, por compreender o processo de contínua mudança que os encontros nos possibilitam. Mediante o encontro social das camponesas nas suas condições de direitos negados e as circunstâncias em que ele ocorreu, existiam para elas dois caminhos: transferir-se para as periferias das cidades ou levantar-se do chão e ir à luta na defesa da terra.

Ao entrar em movimento, os/as camponeses/as vivenciam a experiência da coletividade, que lhes dá segurança de classe, permitindo-lhes dividir seus sonhos e despertando o próprio desejo de ter seu pedaço de terra, sonho compartilhado por todos. Nessas relações de partilha, coletividade e organização, a identidade se afirma.

Bogo (2008) declara:

As formações da identidade e de classe estão atreladas, pois ambos requerem organização, articulação, compreensão coletiva da realidade e participação nas lutas políticas. Somente a organização permite a formação de identidades combativas voltadas para os interesses de classe.

Nesse sentido, uma identidade se forma a partir das diferenças existentes entre as classes, num processo de relações de poder entre dominados e dominadores. Para que os dominados se emancipem, faz-se necessária a organização e reconhecimento da existência de seu oposto.

Neste momento de luta pelo reconhecimento estatal dos direitos sociais, as camponesas estão envolvidas nas discussões e lutas pelo direito à saúde pública, com movimentos de saúde, movimentos populares e representantes do poder público engajados nessa causa, que ganhou força na 8ª Conferência Nacional de Saúde em 1986, e a partir dessa luta, a Constituição Cidadã assegura que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido por meio de políticas sociais e econômicas (Daron, 2003).

Com base nessa visão, o objetivo era estabelecer um sistema de saúde integral, universal e justo, e uma das importantes reivindicações desses movimentos na época era garantir a participação popular nas discussões das políticas públicas de saúde. Desta forma, as camponesas exigiam espaço nos conselhos municipais e estaduais de saúde, para garantir a efetivação dos direitos aprovados na Constituição e construir uma perspectiva de saúde integral, que ultrapassasse apenas o tratamento das doenças, mas que incluía a prevenção e promoção da saúde, por meio de hábitos alimentares e de vida saudáveis, uso de terapias preventivas, promovendo a vida e a saúde (Conte; Daron; Martins, 2009).

Colocando no debate de saúde pública as condições de vida das populações, do acesso à alimentação diária e de qualidade, da necessidade de saneamento básico, do uso das plantas e ervas medicinais para prevenção e tratamento da saúde, além de outras práticas de tratamento e cuidado com a saúde humana. As camponesas, em 1989, se inserem amplamente na primeira eleição presidencial direta após o fim do período da ditadura militar e estabelecimento da nova república, fixada com a promulgação no ano anterior pela Constituição Federal. Uma eleição marcada pelo confronto entre duas concepções de projeto de desenvolvimento para o país: um novo modelo desenvolvimentista nacional ou um projeto econômico e político liberal.

As camponesas buscavam também colocar mulheres rurais no pleito político como candidatas em seus estados e nacionalmente, para forjar na disputa cotidiana seu objetivo de ocupação dos espaços políticos decisórios e buscar mais conquistas de direitos.

Com o fim do bloco do socialismo soviético, tem-se duas consequências importantes para a reorganização da geopolítica mundial e com efeitos particulares na América Latina: a mudança da correlação mundial das forças em favor do imperialismo, estabelecendo a hegemonia planetária estadunidense, com a globalização neoliberal e a marginalização política e ideológica da esquerda socialista (Regalado, 2012). Esse processo provoca um novo reordenamento territorial no continente, centrado na ampliação das fronteiras capitalistas sobre os territórios com importantes recursos, riquezas e conhecimentos. Usando para isso, uma nova agenda de segurança, que fragmenta o inimigo, pulveriza suas identidades e criminaliza o ideológico (Novion, 2014), para ampliar a criminalização das ações das populações afetadas por estas políticas.

No contexto eleitoral brasileiro, isso repercutiu na derrota do candidato Luís Inácio Lula da Silva que era visto como o representante das ideias socialistas, modelo político dito derrotado pelo capitalismo e com isso, a vitória de Fernando Collor de Mello (1990–1992), representando o modelo neoliberal. Se consolida hegemonicamente naquele momento o pacto liberal-dependente, que não irá estancar a crise econômica, a inflação, altos preços, baixos salários, nem diminuir as desigualdades sociais, pelo contrário, estas seguirão se ampliando e o Brasil ingressa nos anos 1990 com cerca de um terço de sua população em estado de pobreza. (Draibe *apud* Marangoni, 2012).

Nesse processo, faz-se necessário reforçar a organização e luta popular para pressionar a regulamentação dos direitos aprovados na Constituição de 1988, colocados em risco pelas políticas neoliberais de ajustes aos “gastos” públicos com direitos sociais. As camponesas atuam diretamente sobre a regulamentação da seguridade social, e “toda essa luta resultou na regulamentação da Previdência Rural, que está escrita na Lei n.º 8.212/91 que trata do custeio,

e a Lei n.º 8.213/91 que trata dos benefícios e enquadramento das/os trabalhadores/es rurais” (Collet, 2018), que determina a condição de segurados especiais aos beneficiários/as da Previdência Rural.

Assim, destaca-se a condição e realidade diferenciada do trabalho e da forma de economia e renda do trabalhador e da trabalhadora rural, mas principalmente de acordo com Galiza e Valadares (2016), pela condição de penosidade da atividade rural e a inserção precoce na atividade laboral dos trabalhadores/as rurais. Essa condição é ainda mais precária para as mulheres camponesas, onde o trabalho em forma de economia familiar, o trabalho produtivo da mulher “[...] acaba por ser parcialmente desvalorizado ou negligenciado, como o trabalho doméstico, porque se alterna e se funde com esses labores num espaço ampliado do estabelecimento agrícola familiar” (Galiza; Valadares, 2016).

A partir desta compreensão, se reivindica regras diferenciadas das mulheres em relação aos homens, em particular no que se refere ao tempo de contribuição necessária para ter acesso à aposentadoria, assim, as mulheres camponesas e urbanas necessitam um tempo de contribuição 05 (cinco) anos a menos que os homens para acesso à aposentadoria.

## 1.2 LUTA POR DIREITOS E CONQUISTAS DAS MULHERES CAMPONESAS

Para ampliar a mobilização das mulheres camponesas de todo Brasil na luta pelo salário maternidade, elemento fundamental para forçar a aprovação deste direito, a Associação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR/SUL), deslocou dirigentes para outras regiões do país, tirando como estratégia a região norte e nordeste. Como resultado desta mobilização nacional, realizou-se em agosto de 1993 uma caravana à Brasília pelo salário maternidade, reforma agrária e não a revisão constitucional (ANMTR, 1997), com a presença de 19 estados, o que resultou na conquista, em 1994, do direito ao salário maternidade para as trabalhadoras rurais. Levando a uma equiparação de direitos entre as trabalhadoras rurais e as trabalhadoras urbanas, que já gozam deste benefício da seguridade social.

Com a conquista dos direitos previdenciários e a regulamentação dos mesmos, inicia-se o processo de acesso aos direitos pelos beneficiários/as, momento em que se identifica que devido à invisibilidade e submissão histórica das mulheres camponesas pela sociedade patriarcal, muitas delas não possuíam os documentos individuais de identificação como a certidão de nascimento/casamento, carteira de identidade, cadastro de pessoa física, título de

eleitor e carteira de sócia do sindicato de trabalhadores rurais, assim como não possuíam os demais documentos profissionais como: bloco de notas de produtora rural, contrato de arrendamento ou parceria e titularidade da posse da terra. Documentos necessários para comprovar a condição de trabalhadora rural para o acesso aos benefícios previdenciários, mas também para acesso ao SUS, para matrícula na escola pública, acesso a créditos de incentivo à produção agrícola e todos os direitos garantidos pelo Estado.

Segundo dados do Banco do Nordeste Brasileiro (BNB), apresentado pelo Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural, “cerca de 60% das restrições cadastrais das mulheres para o acesso ao Pronaf (Safrá 2003/2004) e ao microcrédito, se refere à ausência de documentação, especialmente o registro civil e o CPF” (Brasil, 2007).

As mulheres, normalmente, têm o acesso ao sítio da terra, apenas em caso de viuvez ou de herança, apesar de que neste último caso, há uma tendência a privilegiar os filhos homens e as mulheres recebem outros itens de menor valor econômico, como animais, enxovais, máquinas de costura e outros afins (Deere; Leon, 2002). As camponesas, junto às mulheres de outros movimentos populares de luta pela terra, protagonizaram a demanda pelo direito ao acesso à terra e pela obrigatoriedade da titularidade conjunta nas áreas de reforma agrária, conquistando:

Em 2003, com a Portaria n.º 981 do INCRA, em que [acrécimo] passou a ser obrigatória a titulação conjunta da terra para lotes da reforma agrária em caso de casamento ou união estável [...]. No caso de separação e onde a terra está em processo de titulação, a área fica com a mulher, desde que ela tenha a guarda dos filhos em respeito ao código civil (Butto, Hora, 2010).

As mulheres com filhos passam a ser prioridade na lista de espera para serem assentadas, assim como em caso de violência doméstica, o homem é afastado do lote e a mulher tem prioridade na permanência do sítio. O direito ao acesso à terra para as mulheres também representa o acesso a outros benefícios-ou direitos-que somente se efetivam com a comprovação do seu sítio da terra, tais como crédito rural e financiamentos, representando autonomia para definir projetos produtivos de geração de renda e autonomia econômica dessas mulheres.

Entende-se que um dos elementos fundantes da manutenção da violência contra as mulheres é a sua naturalização e que as próprias “[...] mulheres oprimidas vão superando a violência enquanto vão tomando consciência das situações de violência e do direito de viver bem e feliz” (MMC, 2005). Portanto, é preciso falar sobre este tema que é tão difícil de ser

tocado pelas mulheres vítimas de violência, porque isso mexe com feridas e sentimentos que elas carregam caladas e sozinhas dentro de suas casas.

Segundo dados do Mapa da Violência (Brasil, 2023), 64,4% dos casos de violência não letal, com vítimas do sexo feminino, acontecem no espaço do domicílio, praticada por companheiros, pessoas conhecidas e com alguma relação afetiva com ela. Para os casos de feminicídio, 27,1% acontecem no domicílio, identificando o espaço doméstico e familiar, em muitos casos, como um local inseguro, de maior incidência dos casos de violência e assassinato das mulheres. Toda essa situação se agrava para a mulher que reside no campo, distante de delegacias ou outras estruturas de atendimento.

São muitas as diferentes facetas da violência a que são submetidas as mulheres do campo, como: a violência de gênero e sexista, a violência pela sobrecarga de trabalho, violência pela desvalorização e condição social, violência patrimonial, violência física, violência moral e verbal, violência psicológica, violência sexual, violência pelo uso de agrotóxicos, violência no campo por conflitos por terra e território, discriminação de sua cultura e identidade e violência institucional, patrimonial e estrutural (Lorenzoni, 2007).

Além da violência doméstica e familiar, as camponesas afirmam que na sociedade capitalista e patriarcal há outras formas de violência contra as mulheres, que manifestam a ideologia de superioridade masculina e inferioridade feminina, como acontece no caso da negação do acesso aos direitos: educação formal, saúde pública, aposentadoria e outros direitos previdenciários, moradia digna e a discriminação que atinge as mulheres do campo, por serem mulheres trabalhadoras rurais, da roça, pescadoras, quilombolas, indígenas que muitas vezes são tratadas como “atrasadas”, “incapazes”, “ignorantes” e desvalorizadas por sua profissão e modo de vida simples.

Assim, parte da mobilização dessas mulheres exige do Estado instrumentos e ações práticas de enfrentamento à violência contra as mulheres, como a Lei Maria da Penha (Brasil, 2006), que criou mecanismos para coibir e punir a violência doméstica e familiar praticada contra as mulheres. Superando a ampla condição de impunidade que gozavam os agressores, por um sistema jurídico, penal e policial que “[...] reflete a complacência que a sociedade tem para com a violência doméstica” (Saffioti, 2015), deixando impunes os agressores, perpetuando a violência contra as mulheres.

Por isso, o conceito de gênero é tão importante para esta pesquisa, ao orientar a compreensão das diferenças que envolvem homens e mulheres, ao enfatizar as relações sociais entre os sexos, das quais a desigualdade de poder é um de seus elementos centrais. Conforme Farah (2004), particularmente nas sociedades ocidentais marcadas por outros “sistemas de

desigualdade”, pode-se confirmar que os “sistemas dominantes” de identidade de gênero envolvem situações de subordinação. Outro aspecto que deve ser enfatizado é o da dominação das mulheres, tanto na esfera pública quanto na privada (Farah, 2004).

Vale a pena mencionar que:

[...] as mulheres, portanto, têm suas próprias histórias e valem a pena perseguir, uma descoberta que decorre das perguntas que elas se fazem em algum momento de suas vidas, rejeitando as estruturas aceitas de supremacia masculina, negando a noção de supremacia masculina. A ideia clássica da inferioridade do sujeito feminino. Para muitas pessoas, viver em um mundo onde são minimizadas pela ideia de um tema universal começa a parecer desconfortável (Bruschini; Unbahaum, 2002).

As políticas públicas, sejam elas de combate à violência contra mulheres, são resultantes da mobilização das mulheres a partir da atuação dos movimentos sociais. Além das políticas públicas de acesso à terra para as mulheres do campo e tantos outros direitos. Nesse sentido, Hofling (2001) afirma que a política pública é entendida como “o Estado em ação”, e assim, os programas de governo são implementados por meio de programas dirigidos a setores e sujeitos específicos da sociedade. De acordo com Santos (2014), cada um possui seu conhecimento, que nem sempre está registrado em livros, porém é conhecimento também. Dentro desse grupo diversificado, têm-se rurais, pescadores, seringueiros, escravos fugidos, fazendeiros, forrageiros, catadores de coco, babaçu, ribeirinhos e indígenas, entre outros.

É uma história de lutas que sempre envolveu mulheres do campo e da floresta, ocupando um lugar de destaque na agenda social e, cada vez mais, sendo objeto de ação governamental. Nessa área, foi conquistado o direito de posse concedido à mulher pela Constituição de 1988, e o Programa Nacional de Reforma Agrária foi concretizado em 2007, por meio da Instrução Normativa n.º 38, do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA). No entanto, a luta por direitos existia não apenas entre os candidatos à reforma agrária, mas também entre outros grupos que viviam em condições semelhantes do ponto de vista social e cultural de suas comunidades, como os escravos fugitivos e os povos indígenas (Brasil, 2007).

Resgatar a questão da demarcação de terras é, portanto, um grande desafio que afeta diretamente a vida dessas pessoas, principalmente das mulheres, que não conseguem reconhecer sua condição de agricultoras por não possuírem terras, ficando assim excluídas de importantes políticas públicas. Como seus proprietários não são reconhecidos, as agricultoras não podem acessar as linhas de crédito oferecidas pelos bancos por falta de registro do seu sítio. Esse benefício ainda é na maioria um privilégio masculino.

Quanto aos direitos e garantias das mulheres rurais trabalhadoras do campo, elas

perceberam que somente a partir de meados da década de 1980 suas lutas e reivindicações passaram a ter espaço e voz política. Suas principais diretrizes são sindicatos, documentação, direitos previdenciários e participação política. A década de 1990 marcou o início de um período de aceitação do sistema, de combate à desigualdade de gênero, com foco nas mulheres. Esses eventos se multiplicaram e se tornaram importantes na vida das camponesas, pois estas mesmas mulheres passaram a entrar na arena política. Em 1995, seguindo um processo de organização dos trabalhadores rurais, estabelecido mediante uma rede de comunicação, criou-se a Articulação Nacional das Mulheres Rurais.

Para corrigir as desigualdades de gênero existentes nos direitos das trabalhadoras rurais, eles criaram vários projetos que consideram as ações solicitadas por essas mulheres. O que teve sua amplitude desencadeada com a Constituição de 1988, no Art. 226, § 5º, reconhece a igualdade de homens e mulheres na família. O Art. 189 apenas prevê direitos iguais entre homens e mulheres na aquisição de títulos territoriais ou concessões de uso da terra para fins de reforma agrária (Brasil, 1988).

Quanto às leis de apoio aos trabalhadores rurais, as mulheres não foram contabilizadas, apesar de sua participação e até liderança nas lutas pela terra pelo Plano e Projetos de Reforma Agrária. Somente em 2003 que, através da Portaria n.º 981/2003 (Brasil, 2003), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no caso de casamento ou união estável, a titulação da terra passou a ser obrigatória, mediante a inclusão dos nomes do homem e da mulher nos documentos oficiais. As mulheres do campo deram um grande passo e a agricultura familiar foi reconhecida legalmente.

Quanto à organização política e ao movimento social de mulheres camponesas na região sul do Estado de Roraima desde a década de 1990, a luta por uma vida digna não tem sido fácil. Contudo, mesmo com a projeção de uma política nacional de gênero por parte do governo federal, somente em seu último triênio (2013–2015), o Plano Nacional de Política para as Mulheres (PNPM) concede às mulheres camponesas um capítulo específico, com objetivos, planos e metas de ação.

A título de exemplo, as agricultoras da região mostraram seu poder de mobilização ao buscar recursos junto aos poderes públicos municipais, estaduais e federais na construção de sede própria, padaria, treinamentos para lideranças do movimento, disponibilização de recursos por meio de projetos em parceria, demonstrando assim grande capacidade de organização. Tudo isso sem deixar de considerar a perspectiva étnico-racial dessas mulheres, pois sob a ótica da ciência étnica, as mulheres possuem um importante legado deixado por seus antepassados.

Para Torres (2012):

Todo o etnoconhecimento acumulado pode funcionar como mecanismo de empoderamento das mulheres numa atitude política. Poder-se-ia pensar, inclusive, na organização de uma publicação sobre esses etnosaberes na perspectiva de contribuir com a sistematização de etnociência pensada e vivenciada desde os paradigmas do sul (Torres, 2012).

No campo da agricultura, as camponesas têm feito parcerias com outras entidades, desenvolvendo artesanato com a fibra de bananeira e lutado por melhores condições de produção e preços de comercialização da banana nos mercados locais e em capitais, como Boa Vista-RR e Manaus-AM. Ainda assim, devido ao grande êxodo rural da região, as camponesas que estavam de alguma forma envolvidas em movimentos organizados sofreram, em diversos aspectos, com o processo de desmobilização.

### 2.3 DO FEMINISMO CAMPONÊS AO ECOFEMINISMO: A MULHER E SEU DESTAQUE NO ESPAÇO RURAL

A renúncia e mesmo a demora no reconhecimento dos direitos e políticas públicas para as mulheres camponesas podem ser analisadas à luz das conquistas do ordenamento jurídico nacional. Embora tenham se beneficiado, em geral, da contínua evolução dos “direitos das mulheres”, muitos dos direitos conquistados não foram implementados nas áreas rurais, resultando em uma situação em que as mulheres camponesas foram e ainda são apagadas e/ou abandonadas pela lei. Assim:

[...] as vulnerabilidades socioeconômicas que as mulheres camponesas geralmente enfrentam estão relacionadas aos enfrentamentos econômicos, sociais, territoriais, políticos e ideológicos que vivenciam. Camponeses e camponesas são na maioria pobres e explorados por proprietários rurais e proprietários de meios de produção. Elas ainda são visadas pelo patriarcado, que invisibiliza seu trabalho e as coloca em desvantagem em relação aos homens. No meio rural, a ofensiva patriarcal é associada ao domínio de arranjos familiares tradicionais, que negam às mulheres o acesso a espaços que não são seus para o exercício de suas funções de esposas e mães (Oliveira; Paula, 2017).

A Constituição Federal de 1988 proclamou a plena capacidade civil da mulher e do cidadão e também garantiu títulos territoriais e concessões fundiárias, igualdade de condições, acesso à saúde, educação e equilíbrio, independentemente do estado civil, seja em meio urbano ou rural. No entanto, a profecia constitucional dos direitos, por si só, não é suficiente para atender às inúmeras necessidades das mulheres camponesas, e por muitos anos esses direitos

foram apresentados como meras expectativas, escondidos como se não existissem para as mulheres camponesas.

As lutas em contextos sociais e econômicos urbanos há muito exemplificam o reconhecimento das mulheres como sujeitos de direitos. Nessa trajetória de luta, as camponesas estão sempre presentes. Buscando o reconhecimento como sujeito de direitos e a garantia de sua cidadania, as camponesas vêm construindo um processo de mobilização e resistência à dominação masculina e patriarcal enraizada no campo. A ideologia patriarcal rural está profundamente enraizada, e o modo de vida e as relações sociais definem os papéis das mulheres a partir de uma perspectiva tradicional e machista, portanto, essas camponesas encontraram muitas dificuldades no processo de organização, especialmente na construção da consciência feminista.

Desta forma, reconhecendo-se ou não como cidadã, ou mesmo reconhecendo seus direitos, a camponesa trava uma luta para além dos direitos, uma luta contra as estruturas exploradoras das relações sociais. Portanto, a construção da autonomia da mulher camponesa perpassa por sua cognição como sujeito de direitos. Boni (2005) argumenta que o grau de dominação e divisão sexual do trabalho no meio rural está relacionado à dominação das relações familiares tanto no âmbito interno quanto no externo, que vão desde as relações de herança e sítio, até os costumes e acordos conjugais.

Ademais, a invisibilidade do trabalho produtivo e reprodutivo, a exclusão das políticas públicas e até mesmo a falta de acesso à terra e ao financiamento facilitam o surgimento de organizações que atendem às necessidades específicas dessas mulheres do campo. Constituída pela interseção de mulheres agricultoras, incorporando proposições e políticas específicas relacionadas ao campo e às agricultoras, o objetivo do feminismo camponês é tomar as mulheres camponesas como sujeitos de direitos e destacar suas identidades de trabalho e vida camponesa. Na construção do “feminismo camponês e popular”, tomando a luta de classes como pilar e servindo como referencial teórico, destacam-se: Boni (2012; 2014; 2018); Saffioti (1976; 1987), entre outras autoras.

Portanto, o feminismo camponês, como forma de resistência camponesa e feminina, é apoiado por um dos mais importantes movimentos sociais autônomos de mulheres do campo no Brasil, o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Conforme Boni (2014), “é na revolta e nas lutas históricas das mulheres do campo que se encontram as origens do feminismo camponês de massa”. A partir do conceito de feminismo camponês, as mulheres camponesas se organizam para fazer valer direitos sociais e coletivos, especialmente a luta por documentos pessoais e reconhecimento como trabalhadoras rurais.

Na concepção de Cisne (2015), “à medida que as lutas feministas se desenvolvem, as mulheres reconhecem que lutar por autonomia e liberdade pessoal requer combater as estruturas de relações sociais de apropriação e exploração”. Do ponto de vista desta organização, os apelos das mulheres do campo também se baseiam na oposição à opressão e à discriminação, na organização sindical das mulheres e na incorporação das reivindicações das mulheres na agenda da classe trabalhadora. Assim, “as mulheres desenvolveram um feminismo camponês popular a partir da experiência prática e pessoal, por meio da auto-organização e da troca de conhecimentos transmitidos de geração em geração” (Santos; Zimmermann, 2019).

No mesmo sentido:

Percebe-se que o feminismo camponês e de massa das camponesas organizadas no MMC se baseia em três elementos: luta de classes (porque eles entendem que a superação da sociedade capitalista é a única maneira possível de estabelecer a verdadeira liberdade para todos, especialmente para as mulheres), lutas feministas pelos direitos das mulheres e autonomia política, e lutas por agricultores e projetos agroecológicos (Calaça; Seibert, 2017).

O feminismo camponês e sua luta pela igualdade são centrais para um desenvolvimento mais humano e, portanto, para o desenvolvimento das próprias mulheres como sujeitos de direitos, participando da resistência e enfrentamento do agronegócio, do patriarcado e da dominação reacionária antidemocrática. Mulheres agricultoras participam desse processo de organização para lutar por seus direitos. “Reconhecimento como direitos dos trabalhadores, direitos previdenciários e à saúde, direito à terra, políticas públicas para mulheres e agricultoras, direito a um preço justo pelos produtos, vida rural digna e participação política” (MMC, 2018).

Nas últimas décadas, o movimento feminista, especialmente o movimento camponês, tem se entrelaçado com o movimento ecológico, ambos buscando essencialmente desenvolver uma perspectiva global contra o sistema dominante, dando origem ao “ecofeminismo”. As mulheres camponesas se organizam e se estabelecem como sujeitos de direitos a partir de vínculos ecofeministas. Calaça, Conte e Cinelli (2018) descrevem que as mulheres camponesas constroem suas identidades e reformulam seu cotidiano, organizando-se por meio de práticas agroecológicas, que lhes proporcionam autonomia produtiva, social e econômica. Assim, o ecofeminismo contribui para a luta feminista e a luta por um projeto de agricultura camponesa e agroecológica.

O termo “ecofeminismo” originou-se com a escritora francesa Françoise D’Eaubonne, que cunhou o conceito em seu ensaio literário de 1974, “Feminismo ou La Motte”. Neste ensaio,

a autora argumenta que as mulheres, assim como a natureza, estão sujeitas ao patriarcado, que desempodera as mulheres, ou seja:

D'Eaubonne entende que a fonte da opressão do sexo feminino decorreu da descoberta, pelos homens, de sua participação no processo de procriação e do seu controle sobre a agricultura, o que teria ocorrido 3000 anos a. C. Até então, esses dois fatores eram considerados domínio quase exclusivo das mulheres, e desde que os homens descobriram sua verdadeira participação, a estrutura da sociedade patriarcal com todas as suas consequências e influências simbólicas, religiosas, filosóficas e psicológicas começou a tomar forma (Jodas; Figueiredo, 2021).

Embora o movimento ecofeminista tenha surgido na década de 1970, ganhou repercussão e popularidade pelo papel que as mulheres desempenharam diante de desastres ecológicos, como o movimento Chipko na Índia, e o avanço das usinas nucleares nos Estados Unidos (Boni, 2012).

O conceito de ecofeminismo é estabelecido neste trabalho a partir da soma da narrativa de Warren (1997; 2003); Siliprandi (2000); Puleo (2011); Boni (2012) e Angelin (2014), baseado em uma combinação de feminismo e ativismo ecológico, o ecofeminismo defende a relação de cuidado das mulheres com a saúde e a natureza como criadoras de vida e conecta ao domínio das mulheres ao domínio sobre a natureza. O conceito de ecofeminismo baseia-se na premissa de reconhecer a conexão entre as mulheres e a natureza, que se conecta por meio da opressão e da exploração. Por sua vez, a ecologia e o ambientalismo usam *insights* sobre a interação dos seres humanos e da natureza em sua teoria e prática. Como filosofia, usa análise conceitual e argumentos argumentativos (Rosendo, 2012).

Corroborando com o contexto citado, Shiva (1991; 2003) declara que, para entender a dominação das mulheres e sua relação com a dominação da natureza, é preciso partir da história. Defender a relação entre a dominação capitalista e sua destruição ambiental, como causa do aumento da opressão das mulheres. Para ele, não são os homens, mas o capitalismo, responsável pela dominação das mulheres e da natureza. No entanto, no próprio ecofeminismo, há uma diferença entre “filosofia ecofeminista” e “ecofeminismo”. A filosofia ecofeminista visa retratar a relação filosófica entre a mulher e a natureza. Já o ecofeminismo analisa a dominação das mulheres e sua relação com a dominação da natureza (Warren, 1997).

Em contrapartida, Warren (2003) defende uma conexão conceitual na qual a ideia de dominação feminina sobre a natureza é baseada na forma como ela foi conceituada historicamente. Argawal (1992) *apud* Boni (2012) afirma que o cotidiano das mulheres as

conecta com a natureza e sustenta a ligação através do uso dos recursos naturais para administrar sua sobrevivência e de sua família.

A divisão proposta por Puleo (2017) divide o estudo do ecofeminismo em três teorias ou tendências de pesquisa: “ecofeminismo clássico”, “ecofeminismo espiritual” e “ecofeminismo construtivista”. Ressalta-se que essa divisão não exclui ou invalida outras formas de entender o ecofeminismo. Consequentemente, a escassez de alimentos causada pelo uso e exploração de pesticidas afeta desproporcionalmente mulheres e crianças (Boni, 2012). Dada a variedade de teorias utilizadas para analisar e/ou compreender o ecofeminismo, o objetivo da discussão teórica é relacionar o ecofeminismo ao feminismo camponês.

As mulheres são vistas como filhas de Gaia, criadora da vida que, como a natureza, propôs uma sociedade de mulheres (Puleo, 1992). Nesse contexto, há uma tensão entre a ética feminina de proteção dos seres vivos e a natureza masculina agressiva baseada em traços igualitários, enquanto as atitudes maternas acabam por gravitar em direção ao pacifismo e à conservação das mulheres (Angelin, 2014).

Ressalte-se que há fragilidades na visão clássica e/ou essencialista, algumas delas inconsistentes com o posicionamento assumido, pois o fato de associar a mulher a ideais de perfeição em detrimento da destrutividade do homem, reafirma o que se diz sobre homens estereótipos de gênero temperamentais. E a feminilidade e a conexão da mulher com a natureza.

No ponto de vista de Boni (2012), o feminismo psicoecológico critica o ecofeminismo clássico, argumentando que se baseia no “desenvolvimento desigual, baseado nos princípios de lucro e dominação masculina, opressão das mulheres e da natureza”. Uma das principais características do ecofeminismo idealista é uma atitude crítica em relação à dominação, enfatizando as tendências protetoras das mulheres em relação à natureza, porque elas têm uma conexão espiritual, mantendo assim a relação entre a dominação patriarcal feminina e o domínio sobre a natureza (Siliprandi, 2000).

Mesmo superando as barreiras entre homens e mulheres, Puleo (1992) salienta que, como o ecofeminismo clássico e/ou essencialista, o ecofeminismo espiritual rotula as mulheres argumentando que elas têm características semelhantes à natureza. Neste ponto, a autora nos alerta que as duas primeiras teorias ecofeministas arriscam reafirmar os estereótipos femininos e até mesmo alienar homens e mulheres, confrontando-os com questões ambientais e sua relação com a natureza (Puleo, 2011).

Uma terceira teoria, “ecofeminismo construtivista”, baseia-se na profunda relação que a maioria das mulheres tem com a natureza, mas essa relação não tem nada a ver com a identidade de gênero das mulheres, mas decorre de suas responsabilidades de gênero na

economia familiar, por meio social criado pela divisão do trabalho, do poder e do sítio (Puleo, 2017b).

A conexão das mulheres com a natureza vem de sua coexistência, de suas responsabilidades cotidianas com a agricultura, da dependência das florestas, de ganhar a vida com o meio ambiente. Boni (2012) afirma ao expor o pensamento de Agarwal (1992) que “alguns dos laços mais fortes das mulheres com a natureza vêm de suas responsabilidades na economia doméstica e não das características emocionais ou cognitivas de seu gênero”.

Nessa perspectiva ecofeminista construtivista, é preciso apontar a importância da agroecologia como forma de agricultura sustentável, pois ainda que a reflexão sobre gênero não seja um papel específico da agroecologia, ela tem servido de modelo, de uma visão oposta da agricultura ecológica tão danosa para as mulheres do campo, o agronegócio. Federici (2013) afirma que as mulheres historicamente resistiram e sofreram processos violentos diante da privatização da natureza devido às necessidades da família e devido à sua ligação direta com o trabalho produtivo e reprodutivo. As mulheres são, portanto, as principais vítimas da injustiça ambiental.

Para Leite, Cavedon-Capdeville e Dutra, (2022):

Certamente, todas essas tendências andam de mãos dadas, revelando as várias formas de dominação nas quais as mulheres estão, ao mesmo tempo, em que chamam a atenção para os perigos ecológicos. Portanto, nem sempre as crises de mercado e ambientais lhes afetam para deixá-las afetadas.

Usar a agroecologia e as práticas agroecológicas das mulheres como veículo responsável por todas as mudanças estruturais necessárias para alcançar a igualdade de gênero, é no mínimo, temerário. A imposição de práticas agroecológicas ou qualquer outra prática a torna novamente cativa do meio social.

Assim, a imposição de práticas agroecológicas às camponesas como a única solução para o desenvolvimento sustentável, pode ser rastreada até a remoção da escolha das mulheres sobre o caminho de vida de um camponês e dando a ela poder de decisão sobre suas próprias ações.

#### 1.4 AS LEIS QUE AMPARAM AS MULHERES CAMPONESAS

As leis sobre o trabalho no campo foram dispersas até 1916, através do Código Civil, que regulamentava os arrendamentos, parcerias e contratos rurais. O primeiro órgão normativo a reconhecer os trabalhadores rurais foi a Constituição Federal de 1934, onde a Circular 121 foi dedicada aos trabalhadores urbanos e rurais, tendo como foco os interesses econômicos nacionais.

Conforme o Art. 1º da Constituição Federal de 1946, foi dada proteção aos trabalhadores rurais, incentivou-se a indústria rural e priorizou-se a colonização do campo. Continuando, no inciso XII do Art.157<sup>2</sup>, busca-se garantir a estabilidade da exploração rural e a indenização dos trabalhadores demitidos, quando legalmente garante os direitos sociais na exploração da terra (Brasil, 1946).

Em 25 de maio de 1971, por meio da Lei Complementar n.º 11<sup>3</sup>, foi instituído o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, a fim de proporcionar benefícios como: aposentadoria por velhice, invalidez, pensão, auxílio-funeral, assistência médica e assistência social. Além disso, os trabalhadores rurais, definidos no art. 3º, referem-se à “pessoa física que presta serviços de natureza rural ao empregador e recebe qualquer forma de remuneração” e não são obrigadas a efetuar contribuições (Brasil, 1971). Em 1973, através da Lei n.º 5.889, o estatuto citado acima foi revogado e os direitos dos agricultores foram contemplados pela CLT (Barros, 2013).

A Constituição de 1988 prevê a igualdade entre trabalhadores urbanos e rurais, exceto as questões trabalhistas regidas pela justiça do trabalho, enquanto os contratos de parceria rural são regidos pelo Código Civil, que ainda hoje vigora (Brasil, 1988). As mudanças na Constituição de 1988, ao longo do tempo, foram banalizadas diante da necessidade avassaladora de fiscalizações, acabando por não cumprir as funções para as quais foram criadas: dar direitos e garantias aos trabalhadores migrantes.

Diversas iniciativas, além do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), têm se esforçado para destacar e proteger as mulheres que vivem nas áreas rurais. Um exemplo é a Superintendência de Reforma Agrária (Acima), estabelecida por Jango em 1964. No entanto,

---

<sup>2</sup> Inciso XII do Art. nº 157, a legislação do trabalho e da previdência social obedecerão nos seguintes preceitos, além de outros que visem a condição do trabalhador. XII – estabilidade na empresa ou na exploração rural e indenização ao trabalhador despedido nos casos e nas condições que a lei estatuir.

<sup>3</sup> Lei complementar nº 11 de 25 de maio de 1971. Institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural e dá outras providências.

tanto a Acima quanto as Ligas Camponesas, que eram associações de trabalhadores rurais, enfrentaram oposição devido à conjuntura política e econômica que culminou na ditadura militar.

A influência da Revolução Verde, um movimento internacional, visando aumentar a produtividade agrícola, também deixou sua marca no cenário brasileiro. No entanto, ao concentrar-se em monocultivos, essa abordagem excluiu os pequenos agricultores, negligenciando seus sistemas tradicionais que se baseiam em alta produtividade e uso sustentável dos recursos naturais.

A obtenção do direito à terra é crucial para a autonomia econômica das mulheres que vivem no campo e na floresta. Essa conquista é resultado de uma luta contínua, e algumas legislações desempenharam um papel fundamental em garantir o acesso das mulheres camponesas à posse da terra: A Constituição Federal de 1988, já assegura o direito à posse de terra para mulheres assentadas pelo Programa Nacional de Colonização e Reforma Agrária. A Instrução Normativa 38/2007 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) consolidou o direito a um título de posse para as mulheres assentadas pelo programa de reforma agrária.

O MMC trabalha para assegurar a realização de direitos e tem como meta fornecer suporte abrangente às mulheres camponesas em várias esferas. Algumas realizações significativas incluem o Programa Quintais Produtivos para Mulheres Rurais, onde foi estabelecido por meio do Decreto n.º 11.642/2023 (Brasil, 2023c), que tem em vista respaldar as atividades produtivas das mulheres que vivem nas áreas rurais, promovendo o desenvolvimento e a dignidade na agricultura.

## 2 DIREITOS E DEVERES: AVANÇOS E CONQUISTAS

No presente capítulo, pretende-se realizar uma discussão sobre as leis de amparo à trabalhadora camponesa e o que mudou na vida delas com a aplicabilidade dessas leis e das políticas públicas.

As mulheres camponesas frequentemente enfrentam uma falta de visibilidade em suas atividades no campo, com seu trabalho muitas vezes passando despercebido pela sociedade. Para combater essa invisibilidade, é essencial promover a conscientização sobre os direitos das camponesas e as leis que as respaldam. A divulgação dessas informações possibilita que as mulheres rurais tenham conhecimento de seus direitos e deveres, capacitando-as a buscar a efetivação desses direitos. Além disso, a conscientização sobre as leis que protegem as camponesas permite que essas normativas sejam cobradas e aplicadas, garantindo que se tornem efetivas na prática, assegurando os direitos das mulheres no campo de maneira real e legítima.

Estudos realizados por Cordeiro e Scott (2007) demonstraram que, dentre as conquistas no âmbito dos direitos sociais que atingiram diretamente as mulheres camponesas, destacam-se aquelas que estão ligadas ao trabalho. A legislação trabalhista no Brasil iniciou-se com a Constituição de 1934, contudo, as mulheres rurais foram somente mencionadas em 1963, na Lei n.º 4214/1963, que instituiu o Estatuto do Trabalhador Rural, o qual vinha ao encontro de antigas reivindicações dos trabalhadores rurais, tais como regulamentação da jornada de trabalho no campo, o repouso semanal, a organização em sindicatos, entre outras questões (Brasil, 1963).

Tais reivindicações já eram asseguradas aos trabalhadores urbanos desde 1943, pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), contudo eram excluídos de tais direitos os que laboravam em âmbito rural, inclusive as trabalhadoras camponesas. A afirmação legal e jurídica das mulheres como sujeitas a direitos trabalhistas somente adveio com a Constituição de 1988, a qual conferiu às trabalhadoras camponesas os direitos já concedidos aos homens, trabalhadores rurais e trabalhadores urbanos.

Deve ficar claro, no entanto, que não se trata de igualar a mulher camponesa à mulher operária, ou estender os direitos das trabalhadoras urbanas para as camponesas. Desse modo, reconhecer o trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres como econômico não significa buscar características que o tornem comparável ao trabalho mercantil. É necessário, conforme destaca Faria (2009), reconhecer que o trabalho doméstico tem características próprias, não comparáveis com as de mercado. A luta pelos direitos trabalhistas não possui a finalidade de

integrar a mulher camponesa à lógica das relações capitalistas, até mesmo porque a camponesa nunca esteve totalmente fora delas. O que se busca é quebrar a invisibilidade do trabalho produtivo e reprodutivo que o capitalismo outorgou às mulheres do campo, garantindo o poder de escolha da mulher do campo e dar-lhe o direito a “ter direitos”, já reconhecidos aos homens trabalhadores rurais e aos trabalhadores urbanos, caso deseje exercê-los.

O trabalho da mulher camponesa envolve o reconhecimento de que existe uma ligação clara entre o trabalho produtivo (fora de casa) e o trabalho reprodutivo (doméstico), no qual não é remunerado, porém, é indispensável para o sustento e manutenção da família e do sítio. Silvia Federici (2013) conceitua o trabalho reprodutivo, também denominado como trabalho doméstico, como aquele que envolve o cuidado das pessoas, a manutenção da casa, preparação dos alimentos, cuidados com saúde, enfim, um conjunto de atividades sem as quais a reprodução humana não estaria assegurada. No campo, a divisão sexual do trabalho é estruturada, havendo uma “mistura” entre a produção de mercadorias e a produção para o próprio consumo, sendo muitas das atividades produtivas, realizadas pelas mulheres camponesas, uma extensão do trabalho reprodutivo (doméstico).

Por sua vez, autoras como Pimenta (2012) e Marcondes (2018) destacam em seus estudos, que a denominação do trabalho produtivo da mulher camponesa como “ajuda”, contribuiu fortemente para reforçar o processo de não identificação da mulher rural como “trabalhadora” e o não reconhecimento social, excluindo-a de qualquer direito trabalhista e previdenciário, pois:

A possibilidade de inserção da mulher camponesa em ocupações que não se constituam em uma simples continuação do seu trabalho no lar é muito importante. E isso, porque a atividade feminina remunerada, potencialmente favorável à abertura de novas oportunidades, representa um elemento organizador na economia doméstica rural, além de se constituir como fator de desenvolvimento de sua autoestima (Marcondes, 2018).

Desse modo, no contexto da não identificação da mulher camponesa como “trabalhadora”, para ocorrer sua constituição como sujeita de direitos, a reflexão no âmbito do direito do trabalho deve ir além dos direitos trabalhistas. A reflexão deve ser pautada também na autonomia financeira da mulher camponesa e no seu direito de manter relações econômicas sem estar subordinada às relações de trabalho, o que fez parte das reivindicações dirigidas ao Estado. Assim, uma das formas de constituição da mulher camponesa como sujeita de direitos, na esfera do direito social do trabalho, ocorre na concessão de oportunidades de produção e comercialização de seus produtos, fazendo com que seu trabalho seja concluído e reconhecido.

Essa visibilidade dos movimentos feministas e de mulheres de uma forma geral, vem surgir de fato após a realização dos congressos de mulheres na cidade de São Paulo. O que marcou esses acontecimentos foi o I Congresso de Mulheres em 1979, que de acordo com Esmeraldo e Said (2002), contou com a participação de 52 entidades, sendo 9 declaradas feministas, e com mais de 4 mil mulheres.

Com o advento da Lei n.º 7.353, assinada em 29 de agosto de 1985 (Brasil, 1985), o Congresso Nacional cria o Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM), sendo a sua primeira presidente Ruth Escobar. O CNDM é composto por vários segmentos organizados por mulheres, tanto em partidos políticos quanto em movimentos de mulheres vinculados ao Ministério da Justiça. Iniciou-se com três linhas: creches, violência e constituinte, além dos projetos de intervenção às áreas de saúde, do trabalho, da educação e da cultura. Teve uma participação efetiva na elaboração de propostas para que fossem incluídas na Constituição de 1988 as pautas de direitos das mulheres. Segundo Esmeraldo e Said (2002), esse conselho sobreviveu até o início do governo de Fernando Collor (1990, 1992), sendo extintas todas as prerrogativas de direitos.

No decorrer do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002), os movimentos de mulheres continuaram fazendo manifestações e se mantiveram por um período mesmo sem autonomia política, financeira e sem espaço estrutural para que o CNDM tivesse funcionamento, mas que se reestruturou com a constituição de uma nova diretoria e passou a ser uma assessoria do governo FHC, mas sem a participação dos movimentos de mulheres e feministas nas ações do governo.

Diante desses movimentos, compreende-se que as lutas das mulheres buscam a visibilidade e garantia de seus direitos, promovendo debates como questões de gênero, participação política, divisão sexual do trabalho, violência contra a mulher, erradicação da pobreza, autonomia alimentar e políticas de emprego. Os movimentos de mulheres e feministas na esfera das políticas públicas tiveram um papel fundamental no debate sobre os direitos das mulheres quando se refere às questões de gênero. Elas articularam várias políticas públicas nas áreas de trabalho, educação, saúde, assistência social, entre outras. De acordo com Farah (2004), “a inclusão da questão de gênero na agenda governamental significou a integração de novos atores no cenário político, isto é, ocorreu como parte do processo de democratização, e, ao mesmo tempo, a incorporação de novos temas pela agenda política”.

Vale destacar que nos governos Lula e Dilma Rousseff, que compreende os anos de 2003 a 2016 – sem considerar a gestão atual do Partido dos Trabalhadores no governo federal – foi criada a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), através da Lei n.º 10.683/2003.

Essa lei foi sancionada em 28 de maio de 2003 (Brasil, 2003), cujo objetivo era erradicar todas as formas de desigualdade que atingem as mulheres, e em especial as populações mais “vulneráveis”.

Entre as diretrizes norteadoras para políticas públicas voltadas às mulheres, destaca-se o Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres (PNPM). Com a criação desse plano, ele passa a ser adotado pelos governos federal, estadual e municipal, e como instrumento de trabalho pelos movimentos sociais. Com isso, as políticas públicas passam a ser orientadas pelo PNPM, com desdobramento através dos organismos governamentais de políticas públicas para as mulheres no âmbito estadual e municipal (Brasil, 2004). A Lei n.º 13.266 de 05 de abril de 2016, Art. 3º, cria o Ministério das Mulheres, Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos. O Art. 5º, que altera o Art. 27 da Lei n.º 10.683 de 28 de maio de 2003, no item XXV, trata da área de competência desse ministério (Brasil, 2016).

É relevante destacar que o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) desempenha uma significativa função, que inclui o apoio à Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) em suas interações com diversas instituições da administração pública federal e a sociedade civil. Este conselho desempenha um papel significativo ao buscar ativamente soluções de apoio às mulheres. Suas iniciativas estão direcionadas para promover os direitos das mulheres e exercer o controle social sobre políticas públicas de igualdade de gênero, com o objetivo principal de eliminar a discriminação contra as mulheres e garantir sua participação plena nas esferas políticas, econômicas e culturais do país (Brasil, 2023b).

Em uma significativa conquista histórica para as mulheres, a Lei da Igualdade Salarial e de Critérios Remuneratórios entre mulheres e homens, foi sancionada em 3 de julho, estabelecendo a obrigatoriedade da equiparação salarial para atividades equivalentes. Além de impor multas, essa legislação demanda transparência nos relatórios remuneratórios para empresas de médio e grande porte (Brasil, 2023b).

Outra legislação importante é a Lei 14.550, que proporciona proteção imediata para mulheres que denunciam violência doméstica. Essa nova lei introduz parágrafos ao Art. 19 da Lei 11.340, ou Lei Maria da Penha (Brasil, 2006), visando aprimorar a efetividade das medidas protetivas de urgência. Ela estabelece que a causa ou motivação dos atos de violência, bem como a condição do agressor ou da vítima, não excluem a aplicação célere da legislação. As principais alterações incluem a concessão da medida protetiva de urgência sem a necessidade de registro de boletim de ocorrência, a valorização da palavra da vítima, a indefinição de prazo para as medidas protetivas e a configuração de toda situação de violência doméstica e familiar contra a mulher como violência baseada no gênero (Brasil, 2023b).

Segundo Quijano (2005), essa questão relacionada ao gênero feminino foi encontrada quando a mulher passou a trabalhar também fora de casa, em fábricas e nas lavouras. Eram remuneradas com soldos inferiores aos dos homens. Elas passaram a lutar por melhores condições de trabalhos e remunerações justas. O que não foi diferente entre as mulheres do campo, que também começaram um movimento para terem direito à terra.

Os primeiros Movimentos de Mulheres Agricultoras no Brasil se deram no início dos anos de 1980, com forte atuação do setor progressista da igreja católica, sendo decisivos no meio rural para a participação feminina. Tendo sido atração para elas, o reconhecimento de serem conceituadas como mulheres camponesas e tendo direito à assistência em caso de acidente de trabalho no campo, salário maternidade, aposentadoria aos 55 anos e aposentadoria.

Depois, questões feministas tomaram a primazia das reivindicações, onde seus direitos trabalhistas se tornaram uma conquista real e aplicável, o que levou muitas a se sindicalizarem. Dessa forma, percebe-se que as mulheres têm conseguido conquistar seu espaço como mulheres camponesas, em que suas lutas por terras e por direitos trabalhistas têm obtido resultados, mesmo que em muitos casos suas terras não sejam de própria exclusividade, mas em “sociedade” com seus esposos. Haja vista que o matrimônio proporciona que as terras do marido também sejam da esposa (Siqueira; Bandeira, 1998).

Para fortalecer a permanência e resistência na zona rural, o governo federal estabeleceu o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1995. Esse programa foi desenvolvido para impulsionar o desenvolvimento rural e assegurar a segurança alimentar, abrangendo diversos segmentos da sociedade rural. Destaca-se o Pronaf Mulher, direcionado ao financiamento de mulheres agricultoras que integram unidades familiares de produção, independentemente do estado civil. Além disso, o programa proporcionará apoio financeiro a agricultores e produtores rurais camponesas para investimentos em tecnologias de energia renovável, práticas ambientais, armazenamento hídrico, pequenos aproveitamentos hidroenergéticos, silvicultura, bem como para a adoção de práticas conservacionistas e correção da acidez e fertilidade do solo (Brasil, 2023b).

Schneider, Cazella e Mattei (2020) apontam que “o surgimento deste programa representa o reconhecimento e a legitimação do Estado, em relação às especificidades de uma nova categoria social, os agricultores familiares”. A ideia central do programa, conforme expõe o manual operacional do PRONAF, é o fortalecimento da agricultura familiar, mediante apoio técnico e financeiro, para promover o desenvolvimento rural sustentável.

Todavia, a concessão do PRONAF era destinada basicamente aos homens, não abrangendo as mulheres, também proprietárias rurais, as quais eram detentoras de menos de

10% dos créditos destinados aos homens. Para mudar o cenário de ausência de incentivo financeiro à mulher camponesa, foi criado o Pronaf Mulher por meio da portaria n.º 121 de 22 de maio de 2001, destinando 30% recursos da agricultura familiar às mulheres, como medida de garantir às agricultoras, o direito de acesso ao crédito rural para o desenvolvimento dos seus diferentes projetos, possibilitando que estas se tornem independentes (FAO; SEAD, 2017).

O Pronaf Mulher cria essa autonomia, conferindo possibilidade a essas mulheres camponesas de gerir seus próprios negócios e, mais do que isso, serem economicamente ativas por meio da aquisição do financiamento obtido em seu nome (Hernández, 2009).

A inclusão das mulheres nos mercados, por meio da venda da produção vinculada aos quintais, promove geração de renda, e cria o sentimento de pertencimento, o PAA consegue, deste modo, integrar e valorizar o produto do saber local.

Cabe ressaltar que estas ações, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), têm contribuído para a valorização da produção local/regional, ecológica/orgânica e têm ressignificado os produtos da agricultura familiar, promovendo novos atributos de qualidade aos mesmos, associados, por exemplo, à justiça social, equidade, artesanidade, cultura, tradição, etc. (Grisa; Schneider, 2015).

Assim, a constituição da mulher camponesa como sujeita de direitos, no que se refere ao direito do trabalho, exige uma reflexão constante, pois para garantir tal direito, é preciso não só retomar como ampliar os benefícios, como o Pronaf Mulher, e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), entre outros, que proporcionam para as mulheres camponesas e suas famílias, a concessão de oportunidades de produção e comercialização de seus produtos, fazendo com que seu trabalho seja incluído e reconhecido.

### 3 MULHER CAMPONESA E MEIOS DE PRODUÇÃO

A agricultura familiar é vista como um espaço dinâmico e heterogêneo marcado pela diversidade social e produtiva, sendo conceitualizada como um modo de reprodução baseado no trabalho, no qual as famílias são responsáveis pelas atividades agrícolas em pequenas parcelas de terra. Numa análise histórica da divisão do trabalho por gênero na agricultura familiar, mostra que, ao longo do tempo, as mulheres muitas vezes tornaram o seu trabalho, caracterizado apenas como trabalho reprodutivo, invisível e subordinado, sem reconhecer devidamente a sua importância do trabalho produtivo. Este contexto é altamente caracterizado por diferenças entre homens e mulheres e centra-se apenas na percepção e valorização do trabalho dos homens (Brumer; Dos Anjos, 2008).

Herrera (2017) explica a definição de trabalho produtivo e reprodutivo por meio da contextualização. O trabalho produtivo está associado à esfera pública e o trabalho reprodutivo está associado à esfera privada, ou seja, à esfera familiar confinada ao núcleo familiar. Embora as figuras femininas estejam associadas ao trabalho reprodutivo, isso não significa que não realizem trabalho produtivo. Por outro lado, as comunidades rurais muitas vezes desconhecem o que realmente é o patriarcado. É importante separar os substantivos “mulher” e “agricultor”, e devem ser utilizados termos complementares para transmitir as identidades das mulheres e dos profissionais.

As assimetrias nas relações de gênero são um dos fatores fundamentais da desigualdade. As mulheres em geral, especialmente a mulher do campo, têm seu trabalho produtivo e reprodutivo invisibilizado.

Federici identifica a “derrota histórica” das mulheres na atual estrutura da divisão sexual do trabalho (Federici, 2004). Ela sustenta que as mulheres proletárias, em particular, tornaram-se um novo recurso comum, uma substituição para a terra, que fora expropriada e fechada. O trabalho feminino passou a ser considerado um “recurso natural”, disponível sem custos e sem a necessidade de consentimento ou remuneração. Essa transformação das mulheres em bens comuns é relacionada por Federici ao conceito de “patriarcado do salário”. A dependência específica das mulheres proletárias em relação aos maridos não apenas decorreu de sua exclusão do emprego assalariado, mas também do fato de que, mesmo quando empregadas, seus maridos tinham o direito sobre seus salários.

Para Safiotti (2004):

Apesar dos avanços conquistados por mulheres e outras minorias sociais nos últimos anos em termos de direitos sociais, é crucial compreender que tais conquistas não indicam a derrota do patriarcado e do sistema capitalista de produção. O acesso de algumas mulheres a posições econômicas, políticas e religiosas antes reservadas aos homens não assegura o fim do sistema de opressão. Além disso, é importante destacar que os ganhos legislativos alcançados são vulneráveis e podem retroceder dependendo da conjuntura política e social, especialmente diante do avanço do neoliberalismo e do conservadorismo atual, que ameaçam muitos desses direitos. No entanto, conforme Saffioti demonstra, juntamente com as análises previamente apresentadas por Engels e Federici, tanto o patriarcado quanto o capitalismo, resultam do desenvolvimento da organização da produção e reprodução da vida social em contextos econômicos e sociais específicos, não sendo processos absolutos e eternos. Nesse contexto, o feminismo marxista e as lutas sociais anticapitalistas buscam estabelecer um novo projeto societário (Saffioti, 2004).

Nessa perspectiva, Elizabeth de Souza Lobo (1992) destaca que, apesar dos progressos, as relações de trabalho continuam distantes de atingir a igualdade entre homens e mulheres.

Com o conceito pertinente para pensar as relações no trabalho, os quais são um aspecto de relações sociais entre homens e mulheres, a divisão sexual do trabalho não se esgota a problemática destas relações, enquanto elas comportam construções culturais e históricas interdependentes e complementares. As relações entre homens e mulheres são vividas e pensadas enquanto relações entre o que é definido com o masculino e o feminino, os gêneros. Nesse sentido, a divisão sexual do trabalho é um dos muitos *locus* das relações de gênero. Por que o uso do gênero como categoria analítica? Porque justamente constrói, ao mesmo tempo, uma relação social simbólica sem estabelecer uma mecânica de determinação. De fato, a problemática da divisão sexual do trabalho se articula com categorias de gênero e abre espaço para se pensar as novas questões que preocupa a sociologia do trabalho: as “metamorfoses” do trabalho e o seu questionamento, a subjetividade no trabalho, e as identidades no trabalho, o problema da igualdade e diferenças e as formas contemporâneas da gestão e de políticas sociais (Lobo, 1992).

A definição explica que o conceito de gênero não se define por uma categoria biológica atribuída a homens e mulheres, o conceito de gênero é construído socialmente, atribuindo papéis diferentes aos gêneros. Alves *et al.* (2018) concluem que, geralmente, as mulheres rurais não são consideradas agricultoras, mas são referidas como esposas ou filhas de agricultores específicos, e existe uma crença geral de que as suas contribuições financeiras passam despercebidas enquanto trabalham no campo.

Outro ponto importante levantado por Herrera (2019) é que, embora as mulheres trabalhem o tempo todo, as suas atividades na família nuclear raramente são consideradas trabalho, sendo muitas vezes percebidas e retratadas como simplesmente ajudar os pais e cônjuges. Neste contexto, o objetivo é criar uma identidade de gênero na qual as mulheres sejam igualmente reconhecidas pelo seu trabalho em vários setores sociais.

Silva (2016) descreve o papel central das mulheres camponesas na luta pela terra e traça o legado do patriarcado para as mulheres nas áreas rurais, onde o machismo ainda prevalece. As mulheres que se tornaram protagonistas começaram a desvendar a visão histórica que as confinava ao domínio exclusivamente masculino, ao ocuparem o espaço ocupado pelos homens na luta pela terra. Faccin (2016) desenvolveu o seu trabalho com mulheres agricultoras para compreender as relações de gênero a partir da perspectiva das próprias mulheres, inseridas em situações em que o seu trabalho é inferior e os homens estão em posições de liderança. Estas mulheres não percebem a importância das atividades fora de casa, porque acreditam que estão auxiliando os seus maridos como membros da família.

A naturalização da divisão do trabalho por gênero significa que as mulheres não participam nas tomadas de decisão, enfrentam uma esfera social que define os homens como protagonistas e, em última análise, não reconhecem que as mulheres também são sujeitas ao movimento operário. As mulheres que exercem ambos os padrões de trabalho percebem serem as que mais trabalham em determinadas atividades, que estão envolvidas em condições de trabalho mais difíceis e que têm dificuldade em coordenar as tarefas agrícolas e domésticas, por sua própria iniciativa (Faccin, 2016).

Segundo Faccin (2016), o gênero da mulher é entendido como uma construção social baseada na importância das relações de poder, expressa na desigualdade no trabalho agrícola, com a ideia de que os homens mandam e as mulheres são suas ajudantes. Esta é uma discussão sobre relações de gênero, e esta realidade só pode ser descoberta a partir da busca pela igualdade, do sonho das mulheres se reconhecerem como trabalhadoras e não como meras ajudantes.

Nessa perspectiva, diversas pesquisas examinam as relações de trabalho das mulheres na agricultura, considerando as atividades que as mulheres desempenham em ambientes, representados por estruturas patriarcais. Muitas obras falam da importância das mulheres nos assuntos territoriais, das suas perspectivas e sentido de pertencimento a um espaço específico, correspondendo às heroínas dos processos industriais, do trabalho agrícola e de outros trabalhos femininos.

Questões de reconhecimento, empoderamento e desvalorização do trabalho das mulheres são muito comuns em campos historicamente construídos e socialmente definidos pelos homens, e nessas funções torna-se anormal que as mulheres desempenhem atividades de homens. Existem desigualdades nas relações de gênero nas trajetórias de vida e de trabalho dessas mulheres que se destacam na produção de frutas, ao estabelecerem práticas culturais que transferiram para os homens o controle das atividades produtivas, da dependência financeira à

produção e comercialização. Sem verificação e reconhecimento de identidade, é difícil provar o seu estatuto de trabalhador.

A presença de mulheres trabalhadoras rurais é, como mostra Pereira (2015), uma “figura de desordem”, onde as mulheres são reconhecidas como profissionais e cidadãs no contexto da agricultura familiar e fazem parte de uma mudança pioneira, assim, os homens ganham hegemonia ao participarem de espaços específicos que antes lhes eram limitados.

Pereira (2015) discute as histórias e trajetórias das mulheres pescadoras, as lutas e desafios dessas mulheres para conquistarem o seu espaço numa área sempre identificada com um papel masculino, nomeadamente a pesca. A aparição dessas mulheres no cenário da pesca sugere fortemente a divisão do trabalho sexual. Isso porque, segundo a autora, as mulheres sofrem preconceito por serem mulheres e são sempre marginalizadas no processo de tomada de decisão política e percepção deste existente sobre este trabalho.

Bueno e Silva (2020) refletem sobre o patriarcado da agricultura familiar brasileira e as relações patriarcais, como a distribuição desigual do trabalho sexual e a inacessibilidade das filhas dos jovens agricultores à educação e ao trabalho remunerado. Ainda hoje, o patriarcado domina a vida das pessoas e, no contexto da agricultura familiar, compreende-se que os homens são vistos como os principais trabalhadores, agricultores e chefes de família, enquanto as mulheres ainda são responsáveis pelo espaço doméstico, pelos cuidados familiares e pelo trabalho não remunerado, ocupando cargos como auxiliares agrícolas e/ou esposas e até exercem as mesmas ou mais atividades que os homens (Bueno; Silva, 2020).

A desigualdade de gênero nas estruturas familiares brasileiras baseia-se no exercício de poder sobre as mulheres no lar e na cultura de discriminação de gênero existente. Além disso, é o conceito de biologia que mantém as mulheres reféns do sexismo. Para Bueno e Silva (2020), é cada vez mais necessário identificar o patriarcado que afeta a vida das mulheres, especialmente nas zonas rurais, onde ocorre a reprodução da divisão social baseada no machismo.

Na mesma discussão sobre o papel das mulheres na agricultura familiar, Fernandes (2018) escreve sobre a violência simbólica, verbal e física contra as mulheres, considerando a invisibilidade, a desigualdade e o preconceito contra o trabalho feminino neste campo. São frágeis e carecem de competências de campo, e os homens têm uma vantagem sobre as mulheres porque têm uma biologia mais forte. O aumento da violência física, psicológica, sexual, hereditária e moral contra as mulheres já não é apoiado por meios ideológicos, mas representa uma estrutura sexista e patriarcal que utiliza várias formas de violência para manter um legado de opressão e subjugação. Neste estudo, as autoras abordam a experiência de docência em

cursos técnicos agrícolas, para mostrar que a educação tem um papel importante a desempenhar na transformação da desigualdade de gênero e no debate sobre as diversas formas de violência contra as mulheres, que constituem uma crise sanitária. Em última análise, este fenômeno é confirmado num processo centrado na agricultura. Isto porque as mulheres, consideradas “fracas” e não têm capacidade física para desempenhar funções que exigem força, também são vítimas da soberania masculina que não aceita a participação das mulheres na força de trabalho.

Para Oliveira (2018), é possível reconhecer o empoderamento das mulheres nas atividades rurais a partir do momento em que elas reconhecem o seu papel. A situação das mulheres nas explorações agrícolas familiares é a razão do debate sobre as relações de gênero entre as mulheres rurais. Porque fazem parte de um ambiente, onde têm que continuar lutando e isso lhes dá força. “Isso é possível por meio de uma metodologia inspirada na teoria freiriana e celebra o diálogo, a troca de saberes e a autonomia dos sujeitos” (Oliveira, 2018).

Com isso, as mulheres que se reconhecem como trabalhadoras rurais podem, de forma coletiva e individual, ter oportunidades de se engajar na agroecologia como atividade da agricultura familiar. Isto aplica-se não apenas aos problemas econômicos que surgem do trabalho das mulheres, mas também às esferas política, social e psicológica. É possível compreender o cotidiano destas mulheres a partir do seu trabalho na exploração agrícola, nomeadamente a divisão do trabalho entre o trabalho agrícola (cultivo de plantas para venda) e o trabalho doméstico (cuidado com a casa, com os filhos e com os maridos), gado (porcos, galinhas, etc.). Esta análise é relevante porque gera os mesmos debates sobre relações de gênero rurais, trabalho das mulheres rurais, empoderamento, mulheres na agricultura familiar e agroecologia que são objetos de estudo neste trabalho.

No que diz respeito à gestão dos recursos naturais, as mulheres são as que se mobilizam à sua maneira para cozinhar e cuidar das suas famílias, pelo que se percebe que enfrentam a responsabilidade de manter as suas famílias e deteriorar a sua qualidade de vida, estão em contato direto com questões sociais, incluindo o ambiente e a saúde pública.

Oliveira (2018) mostra a participação das mulheres rurais em organizações coletivas e seu impacto na identidade de gênero. As organizações coletivas representadas por mulheres contribuem para a construção da identidade, porque podem ser alteradas e modeladas com os aspectos culturais herdados ou adquiridos. Mas ver as mulheres no processo de tomada de decisão desencadeia não só a “identidade consigo mesmas” de outras mulheres, mas também a sua “identidade com os outros”.

Em síntese, a discussão realizada até aqui evidencia a importância da representação de mulheres e protagonistas num contexto rural. Embora a realidade seja diferente, este estudo

permite conhecer a realidade social das mulheres rurais que desejam ser reconhecidas pelo seu importante papel na sociedade/trabalho e tornarem-se protagonistas da história.

## 4 METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa foi conduzida por entrevistas atreladas à perspectiva das trajetórias de vida, que tem em vista dar sentidos aos percursos de organização social e política das pessoas entrevistadas. Para Bertaux (2005), a narração de vida de uma sociedade estabelece fontes de dados com primazia, que coaduna com a perspectiva etnos sociológica. Para compreensão dos fatos, as entrevistas guiadas pelas trajetórias de vida ajudam a entender a história de luta e resistência destas mulheres pelo direito à terra, notadamente na região sul de Roraima.

Além disso, a entrevista aponta também para uma ideia de cientificidade, auxiliando a ciência em seu entendimento e na organização de atividade sistematizada e de construção do conhecimento. Segundo Marconi e Lakatos (2010), a pesquisa “é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou descobrir verdades parciais”.

No entanto, para se construir o conhecimento, a ciência apropria-se de padrões metodológicos que lhes servem de subsídios para o alcance de seus objetivos. Tais padrões metodológicos constituem-se em um conjunto de métodos e procedimentos, organizados em etapas, que facilitarão a elaboração de um trabalho científico bem fundamentado e capaz de esclarecer as ocorrências da realidade.

Os recursos para a aplicação da metodologia também são de fundamental importância para o progresso do trabalho, ao permitirem que a partir de suas escolhas, o pesquisador se aproprie de instrumentos capazes de investigar e coletar os dados necessários, facilitando a tarefa, a construção do conhecimento e o esclarecimento da realidade, pois “é no conhecimento científico que o homem descansa sua busca por verdades” (Kauark; Manhães; Medeiros, 2010).

No pensamento de Ludke e André:

Quanto à natureza das fontes, dar-se-á através de pesquisa bibliográfica, análise documental constituída de uma valiosa técnica na abordagem qualitativa, pois na busca de identificar informações por meio de registros que podem ser leis e regulamentos, normas, pareceres, cartas, memorandos diários pessoais, arquivos escolares, etc. (Ludke; André, 2014).

Assim, a pesquisa foi norteadada pela metodologia, que está inserida na pesquisa qualitativa, usada para tratar dos temas que permitem a compreensão do fenômeno em suas subjetividades e individualidades. Isto acontece baseado nas discussões teóricas dos autores

sobre o problema de pesquisa, para que o aprofundamento durante o desenvolvimento do estudo tivesse continuidade e desta forma, além de traçar um histórico sobre o tema em questão, também pode ajudar a identificar contradições e respostas anteriormente encontradas sobre as perguntas formuladas.

#### 4.1 OBJETO DE ESTUDO

Nosso objeto de estudo será a mobilização política das mulheres camponesas na Região Sul do Estado de Roraima na luta pela terra e políticas públicas.

O pesquisador, ao iniciar uma investigação científica, deve antes pensar em um objeto que mereça ser pesquisado de modo científico e tenha condições de ser formulado e delimitado em função da pesquisa. O assunto escolhido deve ser exequível e adequado em termos tanto dos fatores externos quanto dos internos ou pessoais (Lakatos; Marconi, 2003).

#### 4.2. JUSTIFICATIVA

Justifica-se essa pesquisa a partir da necessidade de identificar, por um lado, a atuação do Movimento de Mulheres Camponesas na Região Sul do Estado de Roraima, e por outro, a ação do Estado em relação à formulação e à implementação de políticas públicas para as mulheres do campo.

Adicionalmente, como já se vem pontuando ao longo dessa pesquisa, as transversalidades entre gênero, ruralidades e regionalidades em um contexto vulnerável socialmente, retroalimentam e potencializam os já marcantes desafios de grupos minorizados. Torna-se, portanto, importante as reflexões sobre essas associações e de como elas impõem uma fragilidade marcante a determinados grupos de população.

Acrescenta-se também à necessidade de pesquisar a escassez de estudos que busquem analisar e compreender o “modus operandi” dessas políticas na região. Somam-se as questões de política estadual e nacional, devido ao seu potencial em termos de recursos naturais e diversidades étnico-culturais.

Em suma, onde os desafios das relações econômicas, sociais, territoriais, de gênero, estão entremeados pelos desafios próprios de aplicabilidade e eficiência de políticas públicas;

e no âmbito sociológico, a pesquisa sensibilizará um olhar à questão de gênero e vida no campo em Roraima.

#### 4.3 OBJETIVOS DA PESQUISA

##### 4.3.1 Objetivo Geral

Identificar, na Região Sul do Estado de Roraima, a atuação do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e a sua consequente organização política na luta pela terra e políticas públicas.

##### 4.3.2 Objetivos Específicos

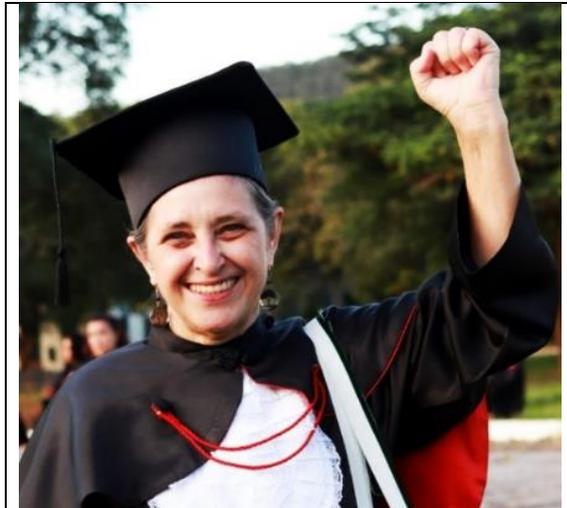
- a) Compreender a atuação do Movimento de Mulheres Camponesas na Região Sul do Estado de Roraima, identificando as mulheres camponesas responsáveis pela formulação de políticas públicas no contexto local;
- b) Identificar os determinantes da questão do acesso à terra e a aplicabilidade de políticas públicas para as mulheres do campo em Roraima;
- c) Analisar os efeitos políticos da atuação do Movimento de Mulheres Camponesas no Brasil, notadamente em Roraima.

#### 4.4 PARTICIPANTES DA PESQUISA

De acordo com Gil (2008), “universo ou população é um conjunto definido de elementos que possuem determinadas características”. A população estudada totaliza em cinco mulheres camponesas. O convite para participar da pesquisa foi extensivo a todas, de acordo com suas áreas de atuação.

Doravante, será feita uma apresentação das mulheres camponesas da região que participaram e mobilizaram esta pesquisa, seguido das principais falas das mulheres entrevistadas.

Figura 3 - Rosângela Piovisani Cordeiro



Fonte: Pesquisa de Campo (2023).

Conhecida por Ângela, que desde os anos 1980 participa da construção dos primeiros movimentos sociais do sul de Roraima. Atuou na criação do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, na Criação da Associação de Pequenos Produtores Rurais do Sul de Roraima (APROSUR), na Fundação do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores em São João da Baliza, sendo a primeira mulher trabalhadora rural candidata à Deputada Constituinte em 1988. Não foi eleita, mas serviu para mostrar para a sociedade, que as mulheres não têm medo de enfrentar uma campanha eleitoral, sendo que naquela época esse cargo era privilégio para homens. E em meio a todas essas lutas, surge a criação do núcleo do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) em São João da Baliza, localizada no sul de Roraima. Ela é uma das primeiras representantes da Direção Nacional do Movimento, ocupando o cargo de tesoureira.

Nas eleições seguintes, a Sr.<sup>a</sup> Rosângela chega ao cargo de Presidenta Nacional do MMC e, a partir daí, foi necessário mudar-se para Brasília, devido à demanda nacional que não daria para coordenar daqui de Roraima, em um período que tudo era difícil, principalmente a comunicação com o restante do país. Rosângela, através das políticas públicas voltadas para a educação do Governo Federal, por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma

Agrária (PRONERA), fez o Bacharelado em Direito em Goiás–GO. Há um filme que trata da trajetória de Lu Rosângela, Ângela, por nome de “Primavera Púrpura”<sup>4</sup>.

Depois que se formou em Direito pela Universidade Federal de Goiás, passou a trabalhar na assessoria de um projeto ligado a Caritas Brasileiras, atendendo aos atingidos por barragem em Brumadinho e região, em Minas Gerais.

Rosângela Piovizani Cordeiro, 60 anos, nasceu na cidade de Califórnia – Paraná, casada, com escolaridade ao nível superior em Direito, faz parte do Movimento de Mulheres Camponesas. Filha do senhor Antônio Piovizani e Edna Aparecida Piovizani, seu pai nasceu em Cornélio Procópio–PR e sua mãe nasceu em Jardinópolis–SP. Rosângela se casou no Paraguai com um brasileiro. A família dele decidiu voltar para o Brasil em busca de terra no Estado de Rondônia. Visto que ali eles tinham parentes que sempre os chamavam para voltar, em julho de 1980 chegaram a Jaru–RO. Compram uma área de terra que estava em litígio, sem documentos que comprovassem a transação, perderam essa posse, então, em dezembro do mesmo ano, seu marido e seu sogro chegaram a Roraima em busca de terra. Na época, havia muita propaganda de terra fácil repassada pelo INCRA. Voltaram para Rondônia já com um lote de terra demarcado para buscar a família e, em janeiro de 1981, chegaram a São João da Baliza–RR.

Figura 4 - Izaquiane Rodrigues Feitosa



Fonte: Pesquisa de Campo (2023).

---

<sup>4</sup> Encontra-se disponível no endereço eletrônico: <<https://youtu.be/pdjqT0LM2ac>>.

Izaquiane Rodrigues Feitosa, 37 anos, nasceu e reside no município de São João da Baliza – Roraima, solteira, não tem filhos. Graduada em Matemática e Especialização em Economia e Desenvolvimento Agrário, pertence ao Movimento de Mulheres Camponesas. É uma pessoa atuante e segura no que fala, mas com um jeito simples e cativante nas suas falas. Vem de uma luta incessante tanto no meio rural como no meio urbano. Buscou uma formação superior com muita dificuldade no interior do Estado de Roraima. Izaquiane representa as mulheres camponesas muito bem em todos os eventos em que lhe é convidada. Não se cansa da luta.

Hoje é professora concursada da rede estadual de ensino e, mesmo no serviço público, não deixou suas raízes. A luta pelos direitos das mulheres no campo e na cidade está sempre presente no seu dia a dia. Na entrevista com Izaquiane, a todo momento se percebe a preocupação pela continuidade do MMC e por questões da luta política. Que os partidos de esquerda devem se organizar para ocupar os espaços políticos nas instituições governamentais, que as trabalhadoras do campo devem estar nesses espaços.

Figura 5 - Alzira Santiago de Lima



Fonte: Pesquisa de Campo (2023).

Ao ouvir a trajetória de vida de Dona Alzira Santiago de Lima, sua história de luta demarca o início da construção dos movimentos sociais na região. Alzira, ex-freira, chega a Roraima no final da década de 1980 para contribuir com a catequese através da igreja católica na região. Depois de um certo tempo, trabalha como professora na comunidade em que lhe

acolheu. Constituiu família e hoje é divorciada, tem dois filhos e uma neta. Vive da agricultura e é uma defensora do meio ambiente.

Começou um curso superior em Engenharia Florestal na Universidade Estadual de Roraima, no Campus de São João da Baliza, mas devido às condições financeiras, foi obrigada a desistir, retornando para o seu sítio, na vicinal 26, que hoje pertence geograficamente ao município de São Luís. Essa vicinal percorre três municípios da região: São João da Baliza, São Luís e Rorainópolis. Alzira, conforme chamada por todos, foi a primeira professora dessa comunidade. Ela foi responsável por nomear a primeira escola dessa região: Escola Municipal Santilima Cruz, nome dado em homenagem aos primeiros moradores da comunidade.

Figura 6 - Roseli Azevedo do Bonfim



Fonte: Pesquisa de Campo (2023).

Roseli Azevedo do Bonfim nasceu na cidade de Cascavel, no Paraná, e hoje, com 47 anos, é solteira e tem o ensino superior completo. Tem três cursos superiores: Curso de Pedagogia pela Universidade Estadual de Roraima, Licenciada em Letras e Espanhol pelo Instituto Federal de Roraima (IFRR) e Licenciada em Educação Física também pelo IFRR. Participou do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), antes de chegar a Roraima. Rose, como é chamada pelos amigos, migrou de Rondônia para Roraima em 2002. Veio em busca de trabalho.

Figura 7 - Helena Milhomem de Souza



Fonte: Pesquisa de Campo (2023).

A agricultora Helena Milhomem de Souza reside na Vicinal 34 do município de Caroebe. Helena veio de Goiás no final dos anos 1980 para morar no município de São João da Baliza. A família conseguiu comprar um sítio na vicinal 32 e permaneceram por lá cerca de 20 anos. Depois, venderam o sítio e migraram para outra vicinal vizinha, pertencente ao município de Caroebe, também em Roraima. Ali compraram outro lote de terra, onde permanecem até os dias atuais. A decisão de mudar de sítio se deu por descobrirem que era uma terra mais fértil, propícia para o plantio de cacau.

Hoje são pequenos agricultores da agricultura familiar e produzem cacau, banana, além de criar pequenos animais para o sustento familiar. Helena foi a primeira mulher Presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de São João da Baliza. Sempre esteve à frente da luta junto ao MMC. Participou de vários eventos de formação, tanto em Roraima quanto em outros Estados da Federação.

Helena nasceu em 02 de janeiro de 1957 em Goiás. Vive em União Estável com seu companheiro Juarez Pereira de Souza há mais de 30 anos. Tem uma filha do primeiro casamento, por nome de Maria Divina Milhomem e duas netas. Concluiu o ensino fundamental. É filha de Lourenço Milhomem Maranhão e Maria Machado de Souza.

(Código: Entrevista 5).

## 5 ANÁLISES DO PROCESSO HISTÓRICO DA ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS EM RORAIMA

As categorias analíticas foram desenhadas a partir do tratamento dos dados colhidos nas entrevistas e a teoria trabalhada na seção II. Sendo detalhadas mediante a análise e reflexões, por meio das seguintes categorias analíticas: 1) Razões que impulsionam a participação no movimento social feminino; 2) O papel do movimento de mulheres camponesas como impulsionador de transformações na vida; 3) Relação entre políticas governamentais e mulheres camponesas; e 4) Abordagem sobre crédito rural e práticas de produção sustentáveis, sem impactos negativos ao meio ambiente.

Em relação as primeiras perguntas das entrevistas: O que motivou a fazer parte do movimento social? E há quanto tempo é militante do movimento?

Ao perguntar para a senhora Roseli sobre o que levou a participar do movimento, ela primeiro respondeu sobre a sua história desde a sua infância, em que relatou o seguinte:

Moro desde a infância no campo, venho de uma família rural, passei por um período muito difícil na convivência com os pais. Pai alcoólatra por um período. Hoje meu pai se curou da dependência do álcool. Atualmente estou morando na zona rural do município de Rorainópolis, onde trabalho como professora e diretora de uma escola na zona rural do município de Rorainópolis” (Bonfim, 2023).

E em seguida respondeu sobre os motivos pelos quais participou do movimento social.

O que mais me chamou a atenção foram as discussões de que se tratava das lutas por direitos das mulheres, buscar uma vida mais digna no campo, com uma alimentação mais saudável, com escolas de qualidade, saúde popular para todos e todas. Essas pautas sobre as políticas públicas fizeram com que fortalecesse a luta em busca de dias melhores. O Movimento de Mulheres do Campo (MMC) ajudou na minha formação profissional. Fez com que minha mente ficasse mais aberta ao diálogo, passei a conhecer os direitos que a lei nos permite como trabalhadora e, muitas das vezes, não chegam as informações onde devem chegar (Bonfim, 2023).

A mesma pergunta também foi direcionada à Sr.<sup>a</sup> Alzira Santiago. Ela compartilhou relatos bastante intrigantes desde sua chegada em Roraima e os desafios que enfrentou nos primeiros momentos ao pisar nas terras de Macunaíma.

Vim para Roraima para coordenar o grupo de mulheres cristãs (nome dado pela igreja católica), já existiam os grupos de máquinas, um deles lá na vicinal 24. Também para coordenar as pastorais sociais da igreja. Depois disso, trabalhando com as mulheres,

passamos a participar da CPT – Comissão Pastoral da Terra. Nos primeiros encontros, éramos somente duas mulheres em um universo de muitos homens. Depois é que vieram outras mulheres a somar na luta. Sempre contribuí, é um sonho sempre ajudar. Minha preocupação era fazer com que todos os agricultores e agricultoras garantissem uma vida melhor no campo (Lima, 2023).

Também foi enfática quando disse sobre seu envolvimento com a luta no campo.

Queríamos era ter conhecimentos das leis que amparavam as camponesas. Discutíamos as questões sobre o valor da produção. Criar meios para sairmos das mãos dos atravessadores. Buscávamos ver todos os assuntos relativos à vida no campo. Uma coisa que me deixou chateada foi uma vez que busquei um empréstimo bem pequeno no Banco do Brasil e o gerente disse que não fazia, porque mulher não paga e que não havia nenhuma garantia. Isto é, o documento dos lotes estava exclusivo em nome dos homens (maridos) quando a mulher era casada no civil. Os pequenos empréstimos eram coletivamente para os afazeres das mulheres no campo (Lima, 2023).

Ao integrarem-se ao movimento social, as mulheres do campo experimentam a sensação de pertencimento coletivo, proporcionando-lhes uma segurança de classe. Este é um sonho partilhado por todas, permitindo a troca de aspirações e despertando nelas o desejo individual de possuir sua própria parcela de terra. Dentro dessas dinâmicas de compartilhamento, coletividade e estrutura organizacional, a identidade se fortalece.

A construção da identidade e da consciência de classe estão intrinsecamente interligadas, uma vez que ambas demandam organização, articulação, compreensão coletiva da realidade e engajamento nas lutas políticas. É somente por meio da organização que se torna possível forjar identidades comprometidas com os interesses de classe.

Para Erice e Marques (2017), em artigo sobre o MMC, relatam que:

O Movimento de Mulheres do Campo é um elo valioso na rede feminista, proporcionando uma voz vital e singular às experiências das mulheres rurais. Este movimento vai além de desafios específicos enfrentados por mulheres em áreas urbanas, abordando questões cruciais relacionadas à agricultura, acesso à terra, desigualdade socioeconômica e direitos das trabalhadoras rurais. Ao entrelaçar suas lutas com os princípios do feminismo, o Movimento de Mulheres do Campo não apenas destaca as disparidades enfrentadas por essas mulheres, mas também fortalece o tecido global do ativismo feminista, unindo diferentes esferas em busca de equidade e justiça (Erice; Marques, 2017).

A importância dessa trajetória de vida fez com que essas mulheres camponesas fortalecessem sua luta em prol do bem comum. Rosângela conta que para construir o movimento (MMC) na região estudada, precisou passar por situações bem complicadas. Ela diz que:

Minha história de vida foi penosa, de muito trabalho e desafios. Meu pai faleceu aos 27 anos. Eu era a mais velha de 4 filhos, tinha 5 anos. Me coube cuidar dos irmãos e em especial do caçula, que nasceu 3 meses após o falecimento do pai. Tinha que cozinhar, limpar a casa. Estudei na época até a terceira série primária. Morávamos no município de Lidianópolis-PR. Minha mãe trabalhava em um cafezal e cultivava milho. Pagava renda para meu avô de tudo que conseguia. Depois, minha mãe se casou com um primo e a família decide ir buscar terras para comprar no Paraguai. Nesse período, eu tinha 11 anos. Ali cresci, casei e tivemos a primeira filha (Cordeiro, 2023).

Ela reafirma ainda que a luta tem que ser em conjunto e que seu esposo contribuiu muito para essa construção do movimento de mulheres. Reforça-se essa proposição na seguinte fala:

Atuamos juntos na construção de algumas organizações, pois temos em comum um projeto de sociedade e de país, então um dava força ao outro para avançar na luta, na organização das mulheres e dos camponeses em geral, no sul do Estado de Roraima (Cordeiro, 2023).

Rosângela fala da construção do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), desde sua fundação, do seu engajamento que fortaleceu sua formação na luta.

Particpei desde os anos de 1980 na criação do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais-STTR, na Associação de Pequenos Agricultores (APPROSUR), da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Movimento Existimos, do Movimento de Trabalhadoras Rurais, em 1997. Particpei em 1996 de um encontro de mulheres em Jundiá-SP. Voltando para o Estado de Roraima e começando a articular uma organização de mulheres do campo. Particpei de um grande debate e construção de um movimento nacional, “Grandes”, com debates sobre a criação do nome, a simbologia, a missão, da organização e as bandeiras de lutas do MMC. A partir do encontro de Jundiá, em São Paulo, criamos uma coordenação para dar estrutura ao desafio de construção de um movimento nacional de camponeses e feministas (Cordeiro, 2023).

Verifica-se que os relatos ilustram uma progressão significativa da participação no movimento. Inicialmente caracterizado por contribuições pontuais, até assumir um papel ativo na militância do movimento de mulheres camponesas. Notável é a persistência no comprometimento, mesmo após o afastamento de algumas atividades, agora redirecionado para o coletivo de formação. A exploração de temas abrangentes, que incluem violência contra as mulheres, desigualdade social, feminismo, sistemas de produção, geopolítica, educação popular, agroecologia, políticas públicas e democracia, destaca a diversidade e a amplitude do trabalho empreendido. A percepção da relevância desses temas no cotidiano, evidencia uma consciência crítica e um contínuo envolvimento com questões sociais de grande importância.

Uma das companheiras na luta destaca sua significativa contribuição nesse processo de construção. Izaquiane discute seu engajamento e desempenha um papel ativo como liderança no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) no Estado de Roraima. Ela fala o seguinte:

Minha infância foi toda no campo, meus pais conseguiram comprar um lote na Vicinal 29 de São João da Baliza e lá vivi até meus 15 anos. Tive uma infância com algumas limitações, mas muito feliz. Durante muito tempo não tivemos acesso à energia elétrica e a tudo que ela pode proporcionar. E como toda criança que vive no campo, desde cedo, acompanhávamos (eu e meus irmãos) meu pai nos trabalhos da roça (Feitosa, 2023).

Ela também relata seu engajamento na luta ao lado das mulheres do campo, compartilhando detalhes dessa experiência.

Conheci o movimento aos 22 anos, mediante uma oficina realizada pelo Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Em 2008, estava na Universidade (Campus da UERR – Rorainópolis) e morando no município de Rorainópolis, mas aos finais de semana ia para casa para São João da Baliza. E num desses finais de semana, minha mãe e minha irmã foram convidadas a participar de uma oficina e, na ocasião, minha mãe não pôde participar e pediu para eu acompanhar minha irmã, então aceitei o convite e conheci o MMC (Feitosa, 2023).

Com base nos depoimentos das entrevistadas, destaca-se uma notável coerência, na qual as mulheres camponesas, cada uma à sua maneira, empreenderam esforços para se organizar e engajar na luta por direitos e garantias visando uma qualidade de vida. Suas narrativas revelam uma sincronia de propósitos, evidenciando a diversidade de abordagens e estratégias adotadas para enfrentar desafios e buscar melhorias em suas condições de vida.

Relata Helena que:

Antes, no Estado de Goiás, não participava de nenhum movimento. Passei a ter consciência de movimentos sociais aqui em Roraima. Aqui conheci o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a APPROSUR – Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Sul de Roraima e o MMC (Souza, 2023).

Ao se engajar com organizações não governamentais, algumas lideranças se destacaram, especialmente no âmbito sindical. Ao longo do tempo, segundo relatos, a sindicalista Helena conquistou o posto de primeira mulher Presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) do sul de Roraima, em São João da Baliza.

Helena em sua fala diz que:

Por incentivo de meu esposo, sempre participava das reuniões dos movimentos sociais. Particpei das direções como membro efetivo de várias instituições sociais. Principalmente do STTR. Com muita dificuldade, consegui, por meio de um projeto chamado Movimento Vento Norte, coordenado pela CUT – Central Única dos Trabalhadores, participar como aluna e consegui concluir a 8ª série. Era uma escola alternativa para agricultoras e agricultores. Infelizmente, o projeto não deu continuidade com o ensino médio. Usavam a metodologia de Paulo Freire. Ensinando com a prática vivida no campo (Souza, 2023).

Em seu relato, ela também menciona que:

O movimento de mulheres camponesas e as outras organizações não governamentais me proporcionou ter conseguido aprender a ter conhecimentos sobre educação, aprender a se defender, buscando meus direitos, orientações de como produzir e melhorar a produção no campo e conhecer as principais violências sofridas pelas mulheres, tanto físicas, psicológicas e financeiras (Souza, 2023).

Ao examinar as experiências compartilhadas por essas mulheres, emerge um panorama de resiliência e determinação, sublinhando como a busca por direitos e condições dignas. É uma motivação intrínseca que transcende singularidades, unindo essas mulheres em um movimento coletivo em prol de mudanças significativas em suas realidades. As mulheres do campo passaram a reconhecer que a realização de seus objetivos só será alcançada através do engajamento ativo nas iniciativas dos movimentos sociais.

Essa percepção revela uma compreensão coletiva de que a luta engajada nessas iniciativas é essencial para efetivar as mudanças almeçadas em suas realidades, consolidando, assim, um compromisso coeso em busca de conquistas e direitos. Através das organizações de classes, as camponesas passam a ter mais clareza do que são direitos das mulheres no campo. Isso lhe fortalece e faz com que esses direitos venham a se concretizar de fato e de direito.

Em busca de garantia de seus direitos, as mulheres camponesas têm conquistado alguns, não somente constitucionais, como infraconstitucionais. No entanto, a concretização desses direitos, na realidade social camponesa, continua como pauta de luta e mobilização. A luta passa a ser por cidadania plena (Chauí, 2018). Conclui-se essa categoria com a seguinte indagação: mulheres que não conhecem seus direitos, que não vão à luta nas organizações de classe, têm uma vida sofrida e, na maioria das vezes, vivem na submissão patriarcal do pai, do esposo, de irmão, na dependência dos outros para viver.

Vale ressaltar que ao final de cada categoria, será apresentada uma foto da vivência e experiência vivida no campo, bem como sua produção.

Na segunda categoria, “o movimento de mulheres camponesas (MMC), como motor de mudanças de vida”, busca-se mostrar que através dos movimentos sociais é possível ter uma

transformação social, educacional e financeira. Quando perguntadas se o movimento social contribui com sua vida social, econômica e política, essa relação com o movimento faz com que as camponesas passem a ter uma tomada de consciência em relação ao que seja o feminismo rural. Isso fortalece sua relação com a terra, valorizando suas raízes. Rosângela, em sua entrevista, enfatiza que:

É preciso lutar pela seguridade social, reconhecimento da profissão, campanha de documentação, de enfrentamento a violência doméstica, de produção de alimentação saudável. Os benefícios alcançados ao participar do movimento de mulheres camponesas, está elencado na consciência política, direitos como aposentar, estudar, ter saúde pública, ter garantias de preço na produção e comercialização (Cordeiro, 2023).

O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) desempenhou um papel crucial, trazendo alterações significativas na vida das mulheres do campo. Izaquiane, uma camponesa dedicada, compartilha um relato impactante de transformação, destacando seu grande esforço na busca de seus objetivos. Veja suas palavras:

Aos 18 anos, terminei o ensino médio, ingressei na universidade e mais uma vez tive que me afastar da minha família para continuar estudando, pois o local mais próximo que ofertava educação superior gratuita era no município de Rorainópolis. Fui acolhida por um casal de amigos durante cerca de 3 meses e, após esse período, consegui voltar para casa, pois um colega havia conseguido um ônibus para levar os acadêmicos dos municípios de São João da Baliza e São Luiz para Rorainópolis. Após quase um ano nessa jornada, de São João da Baliza para Rorainópolis, passei numa seleção para bolsistas e me mudei para Rorainópolis, pois já tinha condições de pagar o aluguel. Após um ano e meio, acabou a bolsa e esse foi um dos momentos mais difíceis, pois a nossa situação financeira não era muito favorável. Mas consegui concluir o curso e, menos de um ano depois, ganhei uma bolsa, via Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), para cursar uma especialização na UFES – Universidade Federal do Espírito Santo, em Vitória-ES (Feitosa, 2023).

Mediante relatos (MMC, 2014), diante de um modelo de agricultura que prioriza a vida e a participação das mulheres camponesas (MMC, 2007; 2010; 2014), uma das dirigentes entrevistadas considera que o feminismo é camponês, porque valorizará aspectos desse modo de vida, como os conhecimentos tradicionais e a sua importância para a segurança alimentar e a preservação da biodiversidade, nas quais a maneira de produzir evoca outra relação com a natureza, de forma contrária à produção de *commodities* do agronegócio. Conforme outra entrevistada, a valorização do trabalho da mulher camponesa passa por sua relação com a terra, com as sementes, pela produção de alimentos e pelas diversas nuances da capacidade de “produção de vida” que elas carregam.

As narrativas das entrevistadas evidenciam uma transformação significativa impulsionada pelo envolvimento no movimento social. Elas destacam que, ao se integrarem a essa iniciativa, ganharam uma consciência mais robusta de seus direitos e compreendem a importância das políticas públicas. É notável que, antes desse engajamento, muitas delas admitiram desconhecer seus próprios direitos e, por vezes, não buscavam reivindicá-los. No entanto, com a conscientização adquirida, as mulheres do campo começaram a agir de maneira mais proativa, buscando crédito para financiar suas produções, organizando-se para obter documentos pessoais e dos filhos, e lutando por melhorias significativas, como acesso a postos de saúde com maior disponibilidade de medicamentos. Além disso, a participação nos programas governamentais, como o “Mais Alimentos”, demonstra não apenas a capacidade delas de alavancar suas produções, mas também a habilidade de contribuir para a alimentação escolar, promovendo uma integração valiosa entre a agricultura familiar e a educação.

Desempenhando uma função primordial na concretização dos objetivos delineados pelas mulheres camponesas, Izaquiane destaca, em seus comentários, sua contribuição significativa. Suas observações evidenciam a dedicação empenhada para atingir as metas estabelecidas, revelando uma participação ativa e comprometida na busca pelo fortalecimento da comunidade local. No entanto, ela relata que:

Em nossas reuniões de formação, abordávamos diversos temas: violência contra as mulheres, desigualdade social, feminismo, sistemas de produção, geopolítica, educação popular, agroecologia, políticas públicas, democracia, são alguns temas que lembro e todos me chamaram atenção porque são muito presentes no nosso cotidiano (Feitosa, 2023).

Observa-se que todas as camponesas entrevistadas através do movimento social, tiveram uma transformação, de forma direta ou indireta em suas vidas. O movimento social foi a força motriz para sua formação, tanto pessoal como profissional e até financeira, para as trabalhadoras do campo. Com isso, duas se formaram como professoras, uma como advogada, uma com formação sindical através da Central Única dos Trabalhadores fez o Ensino Fundamental e outra, através da igreja católica, concluiu o ensino médio e iniciou o curso em engenharia florestal. O MMC tem contribuído na formação acadêmica das mulheres que estão na luta por uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

Há um relato sobre os progressos alcançados pela profissional formada em direito, Rosângela:

A minha vida acadêmica foi traçada desta forma: da primeira a terceira série em uma escola rural no município de Lidianópolis (PR). Retomo os estudos em escolas públicas no município de São João da Baliza (RR) através de supletivo (estudo e provas), assim concluo o ensino fundamental até a oitava série. O ensino médio estudei normal no turno noturno. Me formei através de uma Política Nacional de Educação do Campo e PRONERA, na cidade de Goiás (GO). Sou bacharel em direito, cuja formação me ajuda a lutar pelas causas do MMC (Cordeiro, 2023).

Ao se unirem no Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), as mulheres rurais buscam um espaço para reflexão sobre suas próprias vidas. Gradualmente, percebem que, ao longo da história, desempenharam papéis familiares e comunitários centrados em servir e agradar aos outros, muitas vezes em diversos contextos. Com a aquisição de novos conhecimentos, essas mulheres passam a reconhecer as desigualdades existentes, sentindo-se motivadas a questionar e desafiar essa realidade. Nas entrevistas, destacam que, como mulheres, continuam a enfrentar exploração, embora, antes de se envolverem no MMC, essa condição fosse considerada como parte normal de suas vidas. Diante desses desafios a senhora Alzira relata que:

Quando cheguei aqui, o trabalho que fazia nas comunidades, em algumas regiões percorria tudo a pé. As estradas intrafegáveis. Tínhamos um levantamento de que nessa região que havia migrantes de 19 Estados do Brasil. Quando chegava nas casas para fazer as visitas da pastoral, tinha uma boa receptividade. Mineiros, Cearenses, Maranhenses, Rondonienses, Capixabas, Paranaenses entre outros. Todos me recebiam muito bem (Lima, 2023).

Conforme Freire (1987), a educação problematizadora inicia ao levar em conta a identidade histórica e a historicidade dos seres humanos, os quais se destacam dos animais pela consciência de sua própria incerteza. Isso impõe uma responsabilidade constante aos seres humanos. A avaliação da realidade desempenha uma função fundamental na busca pela construção de um futuro mais positivo, sendo um processo histórico ainda em andamento.

Para Oliveira (2018):

É possível reconhecer o empoderamento das mulheres nas atividades rurais a partir do momento em que elas reconhecem o seu papel. A situação das mulheres nas explorações agrícolas familiares é a razão do debate sobre as relações de gênero entre as mulheres rurais. Porque fazem parte de um ambiente onde têm que continuar lutando e isso lhes dá força. “Isso é possível por meio de uma metodologia inspirada na teoria freireana e celebra o diálogo, a troca de saberes e a autonomia dos sujeitos (Oliveira, 2018).

Gonzalez (2020) fala sobre a luta das mulheres organizadas em movimentos e faz uma crítica a sociedade sobre as classes sociais. “Estamos cansados de saber que nem na escola, nem

nos livros onde mandam a gente estudar, não se fala da efetiva contribuição das classes populares, da mulher, do negro, do índio, na nossa formação histórica e cultural. Na verdade, o que se faz é folclorizar todos eles".

Entende-se que as mulheres do campo buscam superar todas as barreiras para atingir seus objetivos. A educação, seja ela popular ou não, capacita as pessoas a conquistarem novos espaços na sociedade. Como ressaltado por Lélia Gonzalez, ser negra e feminista em uma sociedade patriarcal e conservadora, demanda habilidades significativas para superar os obstáculos impostos por uma classe que se considera superior às classes subalternas.

Na terceira categoria, trata-se sobre “políticas públicas governamentais e mulheres camponesas”. Esta categoria foi desenvolvida buscando compreender as respostas das entrevistadas com seu jeito próprio de ser e expressar suas emoções a qual destaca-se a seguir.

Ao serem indagadas acerca de sua subsistência no meio rural e da possibilidade de acessar os créditos disponibilizados pelas instituições financeiras, como os bancos de crédito, para financiar suas atividades durante o período de plantio, as entrevistadas compartilharam suas experiências e perspectivas.

A Sra. Alzira compartilhou um dos desafios enfrentados na época em que era necessário comprovar seu status de trabalhadora rural, por meio do bloco de notas, uma tarefa que não era fácil de realizar devido aos diversos obstáculos enfrentados pelos pequenos agricultores. Ela menciona que:

Lembro de uma dessas lutas que buscávamos o direito de termos o bloco de notas do agricultor e agricultora. Ficamos por muito tempo lutando por isso. Nesse momento não conseguimos. Somente um bom tempo depois é que viemos conseguir. Naquele momento estavam em busca da nota do produtor rural (Lima, 2023).

A senhora Alzira faz menção à criação do Movimento de Mulheres Camponesas no final dos anos 80. Contudo, ela afirma que:

Havia uma discussão para criação do MMC – Movimento de Mulheres Camponesas. E alguns nomes ou siglas eram discutidos nacionalmente e local. Pensaram em colocar Movimento das Mulheres do Campo, mas chegaram a um consenso em deixar MMC- Movimento de Mulheres Camponesas. Outras discussões se debatiam para tentar conseguir projetos para manutenção do movimento. Nesse primeiro momento, a secretaria de finanças a nível nacional ficou a cargo da companheira Rosângela Piovisani (Lima, 2023).

A persistência na busca por uma representação organizacional demonstra que essa luta não é recente, mas sim, fruto de um longo processo. As mulheres envolvidas dedicam-se

incansavelmente à busca por dias mais promissores, reiterando a formação de um novo protagonismo político.

Carneiro (2003) afirma que:

Com a politização, as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos. Essa condição faz com esses sujeitos assumam, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular. Ou seja, grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso. Essas óticas particulares vêm exigindo, paulatinamente, práticas igualmente diversas que ampliem a concepção e o protagonismo feminista na sociedade brasileira, salvaguardando as especificidades. Isso é o que determina o fato de o combate ao racismo ser uma prioridade política para as mulheres negras, assertiva, já enfatizada por Lélia Gonzalez, “a tomada de consciência da opressão ocorre, antes de tudo, pelo racial” (Carneiro, 2003).

A autora destaca a imperatividade da mulher assumir a responsabilidade pela conquista de sua autonomia, ressaltando que, se ela mesma não empreender essa luta, ninguém o fará em seu lugar. A obtenção dessa autonomia é vinculada à conscientização política acerca das diversas identidades, como ser negra, indígena, branca, trabalhadora do campo ou da cidade.

Reafirmando ainda Carneiro (2003):

Nas últimas décadas, o movimento de mulheres vem se firmando como sujeito político ativo no processo brasileiro de democratização política e de mudança de mentalidades. É nessa condição que convidamos toda a sociedade para debater os entraves que, ainda nesse início de milênio, dificultam em nosso país o estabelecimento da justiça social de gênero, de raça/etnia e de classe, para todos as pessoas em todos os aspectos de suas vidas (Carneiro, 2003).

O reconhecimento do trabalho na roça como uma atividade laboral formal trouxe consequências positivas e significativas para as mulheres camponesas, conforme descrito nas entrevistas. Essa mudança de perspectiva permitiu que elas obtivessem financiamentos destinados a quintais produtivos, agroindústrias e facilitou a comercialização de seus produtos.

Além disso, esse reconhecimento formal viabilizou avanços concretos na obtenção de documentos pessoais e profissionais, consolidando a identidade e a participação ativa dessas mulheres na sociedade.

Neste contexto, a professora Izaquiane compartilha suas percepções, destacando a importância de uma abordagem coletiva na busca por soluções. Suas palavras ressaltam a necessidade de colaboração e união para enfrentar os desafios enfrentados pelo grupo.

Existem os benefícios individuais e coletivos, muitas mulheres tiveram a oportunidade de ter uma formação, se libertar de situações de violência, acreditar mais em si, ter autonomia financeira graças ao MMC. Mas o que eu sempre aponto como uma grande conquista coletiva são os direitos previdenciários para as mulheres do campo, como aposentadoria e auxílio maternidade e as políticas públicas como escola, universidade, saúde, acesso à terra (Feitosa, 2023).

O orgulho expresso ao testemunhar as filhas das camponesas, alcançando níveis elevados de educação, como faculdade, mestrado e doutorado, reflete não apenas a transformação individual, mas também o impacto social mais amplo. Essas conquistas acadêmicas abriram portas para uma gama diversificada de profissões, como professoras, médicas, técnicas em saúde, advogadas, técnicas em agropecuárias, entre outras. Além de proporcionar independência financeira, essas realizações também garantem direitos fundamentais, como aposentadoria, pensão e salário maternidade, demonstrando a amplitude das mudanças positivas resultantes do reconhecimento e o valor laboral das mulheres no meio rural.

Com o reconhecimento dessa luta, muitos avanços foram materializados em políticas públicas. Segundo a fala de Rosângela, isso fica bem evidente:

O reconhecimento do trabalho na roça como trabalho, isso deu condições de conseguir financiamentos para os quintais produtivos, para as agroindústrias, comercialização, ter concretamente avançado na emissão de documentos pessoais e profissionais. Orgulho em ver filhas das camponesas fazendo faculdade, mestrado, doutorado, proporcionando o direito a se aposentar, ter pensão, salário maternidade, sendo elas, professoras, médicas, técnicas em saúde, advogadas, técnicas em agropecuárias entre outras profissões (Cordeiro, 2023).

Conforme as entrevistas, a importância da participação das mulheres dentro dos movimentos sociais faz uma diferença enorme em sua formação mobilidade social. Quando conversamos com uma mulher do campo, que passou por um processo de formação, percebe-se o grau de conhecimentos adquirido durante sua trajetória dentro do movimento.

Para compreender a maneira como as mulheres camponesas se mantinham informadas, é essencial observar o vínculo que cultivavam, reunindo-se regularmente para discutir questões relevantes ao grupo. Esse engajamento é evidenciado no pronunciamento da Sra. Alzira, no qual ela expressa:

Nessas reuniões era possível discutir temas pertinentes, como a Lei Maria da Penha, Crédito agrícola para as camponesas, direito de manter os filhos na escola, busca por melhoria na saúde da comunidade. Estudar sempre à luz da bíblia, relacionando a vida com a prática. A maioria dos grupos de mulheres eram composto por mulheres católicas, mas sempre algumas mulheres evangélicas participavam (Lima, 2023).

Nota-se que durante suas falas, poucas políticas governamentais têm chegado até o campo. Muitas mulheres nos movimentos têm se esforçado para fazer abaixo assinado, fazendo manifestações nas câmaras e prefeituras, para poder chegar até elas um pouco de direito ao acesso a algumas das políticas públicas.

No que diz respeito às políticas públicas direcionadas às mulheres camponesas, Izaquiane compartilha suas considerações. Suas observações oferecem uma perspectiva sobre a eficácia e impacto das políticas implementadas, destacando as experiências e desafios específicos enfrentados por esse grupo. Izaquiane fornece insights valiosos ao abordar a relevância das políticas públicas na melhoria das condições e na promoção do bem-estar das camponesas.

O PRONERA – Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária, que possibilitou que camponeses e camponesas tivessem possibilidade de estudar. De fazer um curso técnico ou superior; a Casa da Mulher Brasileira, com todo seu aparato que presta assistência às mulheres vítimas de violência; as condições para documentação da terra em nome do homem e da mulher são algumas das políticas públicas alcançadas pela luta das mulheres camponesas (Feitosa, 2023).

A tomada de consciência dessas nuances é essencial para o empoderamento feminino, indicando que a compreensão política de sua própria condição é o ponto de partida crucial para a busca efetiva de sua autonomia.

Rosângela salienta que: “O reconhecimento do trabalho na roça como trabalho, isso deu condições de conseguir financiamentos para os quintais produtivos, para as agroindústrias, comercialização, ter concretamente avançado na emissão de documentos pessoais e profissionais” (Cordeiro, 2023).

Conclui-se que essa categoria, considerando que a implementação de políticas públicas para as mulheres do campo é ainda, apesar dos avanços, incipiente. O MMC e demais movimentos que lutam por direitos das mulheres negras, brancas, indígenas, que atuam no campo e na cidade, têm um longo caminho para alcançar os principais objetivos, qual seja: é fazer com que venha a ter mais mulheres, ocupando os espaços de poder e decisão dentro da sociedade, espaços estes ocupados na maioria por homens, e assim fazer com que essas políticas públicas possam se tornarem efetivas na vida das mulheres do campo, da cidade, das águas e da floresta.

Na quarta categoria analítica, “crédito rural e produção sem agressão ao meio ambiente”,

ao serem indagadas acerca de sua subsistência no meio rural e da possibilidade de acessar os créditos disponibilizados pelas instituições financeiras, como os bancos de crédito, para financiar suas atividades durante o período de plantio, as entrevistadas compartilharam suas experiências e perspectivas.

Segundo a Sra. Alzira, “são as mulheres que garantem o alimento na panela, as roupas, as frutas, a criação de pequenos animais. Para mim, ‘estar’ no campo deve ser chamada de camponesas” (Lima, 2023).

Entende-se que o crédito rural representa uma das diversas estratégias de subsídio à agricultura brasileira, oferecendo suporte ao desenvolvimento de atividades rurais que enfrentam limitações financeiras na gestão de suas terras. Segundo Ogundeji *et al.* (2018), o financiamento destinado a custeio e investimentos, desempenha um papel fundamental nos programas de desenvolvimento agrícola e rural, constituindo-se como uma ferramenta de assistência aos pequenos agricultores para aprimorar a renda e o bem-estar de suas famílias. Acredita-se que o acesso ao crédito por parte das mulheres camponesas pode desempenhar um papel crucial no reforço da capacidade de suas famílias para adquirir tecnologias, melhorando assim, as práticas agrícolas e permitindo investimentos em culturas de alto rendimento (Oseni; Babalola; Adesoye, 2019).

Observa-se que diante de várias tentativas nos bancos em busca de créditos para melhorias em seus territórios, alguns grupos de mulheres alcançaram linhas de crédito, sejam elas individuais ou coletivas.

A importância desse conhecimento é fundamental para se viver na agricultura. Uma pessoa que viveu na cidade, ao chegar no campo, se não fazer um bom estudo e planejamento, não vai entender nada de agricultura. Não vai entender a permacultura que é fazer esses consórcios de plantas em um mesmo espaço e fazer com que todos possam produzir.

A senhora Alzira discorre que:

Há um projeto de plantio de castanheira aqui e pediram para meu filho que deve ser plantado todas dentro de um padrão. Questionei, mas meu filho quer seguir as determinações para não ter problemas no futuro com os financiadores do projeto. Sempre oriento meus filhos para preservar o meio ambiente. Hoje já tem um pouco de consciência ambiental (Lima, 2023).

De acordo com as respostas obtidas, é evidente a atenção dedicada pelas entrevistadas ao buscar financiamentos junto aos bancos ao longo das narrativas. A presença de armadilhas relacionadas às altas taxas de juros em instituições financeiras, levou muitas delas a desistirem dos financiamentos. Algumas persistiram na busca por esses recursos, no entanto, a maioria

enfrentou dificuldades, especialmente por não possuírem documentos da terra em seus nomes, resultando em insucessos nas tentativas de obtenção de suporte financeiro.

Elas relatam que suas vidas passaram por mudanças significativas ao adquirirem mais conhecimento por meio dos cursos de formação. A partir desse aprendizado, passaram a adotar uma alimentação mais saudável, utilizando técnicas de cultivo da terra que preservam o meio ambiente. Apesar das muitas barreiras a serem superadas, estão gradualmente alcançando seus objetivos.

A transformação promovida pelas camponesas através da participação em cursos e formações é notável, especialmente ao direcionarem seus esforços para evitar as queimadas. Essa preocupação em manter as lavouras protegidas do fogo é claramente evidenciada nas palavras de Helena, conforme expresso em sua fala: “Que a partir de uma formação com cursos realizados pelas camponesas, passamos a produzir evitando queimar. A cultura do fogo é muito presente na agricultura. O nosso ambiente tem que ser cuidado” (Souza, 2023).

A valorização da relevância de preservar o meio ambiente revela uma mudança significativa na mentalidade, afastando-se da cultura do fogo, que muitas vezes está enraizada na agricultura devido à falta de conhecimento. Esse comprometimento com práticas mais sustentáveis não apenas contribui para a proteção do ambiente, como também se reflete na qualidade da colheita, ressaltando a interconexão entre preservação ambiental e prosperidade agrícola.

Alzira declara ainda que:

Através dos movimentos sociais, posso dizer que aprendi as técnicas da produção no campo, ter os cuidados básicos com o cuidar dos filhos, obtive a conquista da terra para trabalhar. Havia muita troca de experiências para conhecer como plantar e colher na Amazônia. Viver aqui tem que conhecer a realidade local para produzir. Isso me levou a querer conhecer cada vez mais para entender a terra e preservar o meio ambiente. Uma vez que vim de uma região totalmente diferente [...] sou nordestina (Lima, 2023).

Adicionalmente, como pequenas agricultoras na agricultura familiar, as camponesas não apenas atendem às necessidades de subsistência da família, cultivando cacau, banana, criando pequenos animais, hortaliças, entre outros, mas também geram excedentes para comercialização. Essa diversificação na produção não apenas garante o sustento familiar, mas também viabiliza a participação em programas governamentais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que abastece a merenda escolar e outros, e a comercialização em feiras livres regionais, contribuindo para a economia local. A integração de práticas agrícolas

conscientes, preservação ambiental e envolvimento econômico destaca a abordagem holística e sustentável adotada pelas camponesas em sua jornada na agricultura familiar.

Observa-se que, diante das adversidades, as mulheres camponesas têm recorrido, em certas ocasiões, ao crédito rural oferecido por agências bancárias. Muitas delas enfrentam o desafio de não possuir documentos da terra em seus nomes, o que serviria como garantia para o banco. Essa ausência de um bem tangível, pode dificultar a obtenção do crédito, pois as instituições financeiras costumam exigir uma garantia para aprovar o financiamento, a qual poderia ser confiscada em caso de inadimplência.

Além disso, destaca-se que o cuidado com o ambiente em que vivem, tem apresentado melhorias devido às formações que as mulheres camponesas receberam ao longo de sua trajetória dentro do movimento.

A análise e as reflexões presentes neste estudo foram abordadas por meio das seguintes categorias analíticas: 1) Razões que impulsionam a participação no movimento social feminino; 2) O papel do movimento de mulheres camponesas como impulsionador de transformações na vida; 3) Relação entre políticas governamentais e mulheres camponesas; e 4) Abordagem sobre crédito rural e práticas de produção sustentáveis, sem impactos negativos ao meio ambiente.

Na primeira categoria, “razões que impulsionam a participação no movimento social feminino”, a partir dos relatos das entrevistadas, ressalta-se uma marcante consistência, na qual as mulheres camponesas, cada uma a seu modo, mobilizaram-se para se organizar e participar ativamente na busca por direitos e garantias, visando aprimorar sua qualidade de vida. Suas histórias revelam uma sincronia de propósitos, destacando a diversidade de abordagens e estratégias empregadas por essas mulheres, para enfrentar desafios e buscar aprimoramentos em suas condições de vida.

Na segunda categoria, "o papel do movimento de mulheres camponesas como impulsionador de transformações na vida", as narrativas das entrevistadas revelam uma mudança significativa resultante do envolvimento no movimento social. Elas enfatizam que, ao participarem dessa iniciativa, adquiriram uma consciência mais abrangente de seus direitos e passaram a compreender a importância das políticas públicas. É notável que, antes desse engajamento, muitas admitiram desconhecer seus próprios direitos e, por vezes, não buscavam reivindicá-los. No entanto, com a conscientização adquirida, as mulheres do campo tornaram-se mais proativas, buscando crédito para financiar suas produções, organizando-se para obter documentos pessoais e dos filhos, e lutando por melhorias significativas, como acesso a postos de saúde com maior disponibilidade de medicamentos.

Além disso, a participação nos programas governamentais, como o "Mais Alimentos", não apenas demonstra a capacidade delas de impulsionar suas produções, mas também evidencia a habilidade de contribuir para a alimentação escolar, promovendo uma integração valiosa entre a agricultura familiar e a educação.

Na terceira categoria analítica, “relação entre políticas governamentais e mulheres camponesas”, conclui-se que esta categoria, afirmando que a busca pela efetivação das políticas públicas ainda demanda um longo percurso para ser plenamente realizada. Tanto o MMC quanto outros movimentos que advogam pelos direitos das mulheres, independentemente de sua origem étnica, que atuam tanto no meio rural quanto urbano, enfrentam desafios consideráveis. Ainda há um extenso caminho a percorrer para atingir os objetivos primordiais, que consistem em proporcionar maior representatividade feminina nos diversos setores da sociedade, predominantemente ocupados por homens, e assim, aproximar tais políticas públicas da realidade da classe feminina.

Na quarta categoria analítica intitulada "abordagem sobre crédito rural e práticas de produção sustentáveis, sem impactos negativos ao meio ambiente", as respostas revelam a atenção dedicada pelas entrevistadas ao buscar financiamentos junto aos bancos ao longo das narrativas. As armadilhas relacionadas às taxas de juros elevadas em instituições financeiras são claramente destacadas, levando muitas mulheres a desistirem dos financiamentos. Algumas persistiram na busca por esses recursos, no entanto, a maioria enfrentou dificuldades, principalmente devido à ausência de documentos da terra em seus nomes, o que resultou em insucessos nas tentativas de obtenção de suporte financeiro.

O reconhecimento da importância de preservar o meio ambiente reflete uma mudança significativa na mentalidade, afastando-se da cultura do fogo, que muitas vezes está enraizada na agricultura devido à falta de conhecimento. Esse comprometimento com práticas mais sustentáveis não apenas contribui para a proteção do ambiente, mas também se reflete na qualidade da colheita, ressaltando a interconexão entre preservação ambiental e prosperidade agrícola.

## CONCLUSÃO

A rotina diária da mulher no campo, dedicada às atividades produtivas e reprodutivas, ainda está um pouco invisível tanto para a sociedade quanto para as próprias famílias rurais. Isso ocorre devido a histórica hierarquização do trabalho no seio das famílias, resultante da divisão sexual do trabalho. Recentemente, têm sido feitos diversos esforços com o objetivo de trazer à tona o trabalho da mulher no meio rural.

Destacam-se algumas correntes que ressaltam a importância da mulher na lógica produtiva da agricultura. Além disso, abordagens quantitativas baseadas em métodos estatísticos têm sido utilizadas para evidenciar o papel desempenhado pela mulher em determinadas áreas socioeconômicas, incluindo a agricultura. No entanto, em geral, esses indicadores estatísticos revelam a participação das mulheres a partir de uma perspectiva predominantemente masculina, uma vez que são construídos dentro da lógica da economia neoliberal dominante.

Assim, quando se aborda o conceito de multifuncionalidade agrícola, pode ser utilizado como uma ferramenta de análise do papel da mulher no meio rural, pois possibilita uma nova perspectiva ampliada da agricultura familiar, desvinculando-se do caráter predominantemente econômico. Através dessa abordagem teórica da multifuncionalidade agrícola, é possível reconhecer o trabalho da mulher rural a partir de uma visão integradora que considera não apenas o aspecto produtivo, mas também as dimensões social, ambiental e cultural, que o trabalho feminino representa no contexto rural.

Desta forma, a categoria “nova” que está sendo formada pelas mulheres do campo tem desempenhado um papel fundamental na auto-organização dos movimentos sociais rurais, constantemente lembrando que não é possível lutar por um projeto popular para o país sem considerar a emancipação das mulheres, como uma ferramenta política. Acredita-se que essa categoria, que surgiu dentro da organização dos movimentos sociais rurais da América Latina, ainda está em processo de formação teórico-prática, sendo essencial analisar cuidadosamente como as mulheres do campo estão moldando esse feminismo e, ao mesmo tempo, contribuindo para uma maior proximidade com a academia.

Outro elemento importante, ressaltado pelas entrevistas, é a ideia de libertação, um termo bastante presente nos processos de formação devido ao peso de seu significado e ao valor atribuído à libertação das mulheres da opressão, violência e vulnerabilidades causadas por uma

estrutura social que as fazem sofrer por serem consideradas parte da população socialmente excluída.

Conclui-se que a constante afirmação dos movimentos de base social na região sul de Roraima envolve o processo de aproximação dos movimentos de mulheres rurais, o que fica evidente quando se tenta articular regionalmente ou mesmo nacionalmente. Isso mostra a necessidade de analisar como as formas de ocupação da região, como o colonato, contribuíram para uma determinada cultura política que valorizava o "trabalhar para si" em oposição ao trabalho assalariado. É importante salientar que em todas as manifestações a bandeira<sup>5</sup> de luta está presente (Figura 8).

Figura 8 – Bandeira do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)



Fonte: MMC (2014).

Observou-se que o movimento das mulheres camponesas é tão ambíguo como qualquer outro movimento. Se a escolha teórico-metodológica levasse em conta o grau de institucionalização da autonomia, então a autonomia de procriar parte do discurso político e não necessariamente a expressão das suas ações concretas, que conectam diferentes processos e dimensões, salvam e reconstróem o lugar de conhecimento. E a experiência das mulheres sobre as formas tradicionais de estrutura familiar e as inflexões que a participação na formação ou mesmo a assunção de posições de liderança no movimento pode criar; A exploração de aspectos complexos que permitem certa “autonomia” na obtenção de receitas, com a venda de pequenos

<sup>5</sup> A bandeira que simboliza o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) é uma presença constante em todas as manifestações, sendo facilmente identificada nas mãos das mulheres que fazem parte do movimento.

produtos em feiras, voltados à comercialização de produtos orgânicos e agroecológicos, mas que coexistem com o restante da produção relacionada ao sistema integrado entre cooperativas e alimentos agrícolas; Assumindo a busca pela manutenção da unidade familiar como resistência.

A partir das vivências e discursos das mulheres camponesas apresentadas ao longo desta pesquisa, percebe-se que essas mulheres estão construindo de maneira criativa sua própria narrativa e um novo modelo de feminismo camponês e popular, concebido como um movimento em busca de autonomia e esperança. Ao examinar a trajetória das mulheres camponesas nos movimentos sociais rurais, fica claro que, desde o início, elas enfrentam obstáculos conservadores. As alternativas que propõem para a vida das mulheres camponesas, não apenas trazem benefícios para a sociedade como um todo, mas também estabelecem novos padrões discursivos e promovem transformações estruturais.

Além disso, observa-se indícios de mudanças na vida cotidiana das famílias rurais, uma especulação que sugere a necessidade de futuras pesquisas. Como afirmam as mulheres camponesas em seus espaços, "é preciso manter a esperança", uma ferramenta histórica vital para aquelas que encaram o conservadorismo não como uma novidade pura e simples.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M.; SILVA, R. da. As relações de gênero na Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais (CONTAG). **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**, v. 34, p. 347-366, 2000.

ALVES, G. S.; SELL, L. B.; CASTRO, A. M. O trabalho da mulher no campo e suas invisibilidades. **Revista SURES**, n. 11, 2018.

ALVES, N. F. **Ressignificação dos papéis sociais de mulheres na agricultura familiar de base agroecológica**. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, 2016.

ANGELIN, R. Mulheres, ecofeminismo e desenvolvimento sustentável diante das perspectivas de redistribuição e reconhecimento de gênero. **Revista Eletrônica Direito e Política**, v. 9, p. 1569-1597, 2014.

ARAÚJO, C. Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero. **Crítica Marxista**, v.1, n. 11, 2000, p. 65-70.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BAUMAN, Z. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2005.

BERTAUX, D. **Los relatos de vida: Perspectiva etnosociológica**. Edicions Bellaterra, Barcelona Espanha, 2005.

BOGO, A. **Identidade e luta de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

BONI, V. MMC um movimento camponês e feminista. **Revista Grifos**, v. 22, p. 67, 2014.

BONI, V. Movimento de mulheres camponesas, feminismo e segurança alimentar. *In*: TEDESCO, J. C.; SEMINOTTI, J. J.; ROCHA, H. J. da. (Orgs.). **Movimentos e lutas sociais pela terra no sul do Brasil: questões contemporâneas**. Chapecó: Editora da UFFS, 2018, v., p. 124-144.

BONI, Valdete. **De agricultoras a camponesas: o Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina e as suas práticas**. Tese (Doutorado em Sociologia Política). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, 2012.

BONI, Valdete. **Produtivo ou reprodutivo: o trabalho das mulheres nas agroindústrias familiares.** Dissertação (Mestrado em Sociologia). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, 2005.

BRASIL. **Conheça as 9 leis sancionadas em 2023 voltadas para benefício das mulheres.** Brasília: Ministério da Mulher, 2023b. Disponível em: <<https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/noticias/2023/julho/conheca-as-9-leis-sancionadas-em-2023-voltadas-para-beneficio-das-mulheres>>. Acesso em: 14 fev. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: Planalto, 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/constituicao/constituicao.htm>>. Acesso em: 23 jul. 2023.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946.** Rio de Janeiro: Planalto, 1946. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm)>. Acesso em: 21 fev. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 11.642, de 16 de agosto de 2023.** Institui o Programa Quintais Produtivos para Mulheres Rurais. Brasília: Planalto, 2023c. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/decreto/D11642.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2011.642%2C%20DE%2016,Quintais%20Produtivos%20para%20Mulheres%20Rurais.](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11642.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2011.642%2C%20DE%2016,Quintais%20Produtivos%20para%20Mulheres%20Rurais.)>. Acesso em: 14 fev. 2024.

BRASIL. **Lei 11.340/2006, de 07 de agosto de 2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher [...]. Brasília: Planalto, 2006b. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2011.340%2C%20DE%207%20DE%20AGOSTO%20DE%202006&text=Cria%20mecanismos%20para%20coibir%20a,do%20%C2%A7%208%C2%BA%20do%20art.](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2011.340%2C%20DE%207%20DE%20AGOSTO%20DE%202006&text=Cria%20mecanismos%20para%20coibir%20a,do%20%C2%A7%208%C2%BA%20do%20art.)>. Acesso em: 14 fev. 2024.

BRASIL. **Lei complementar nº 11 de 25 de maio de 1971.** Institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural e dá outras providências. Rio de Janeiro: Planalto, 1971. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp11.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp11.htm)>. Acesso em: 30 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.266, de 5 de abril de 2016.** Extingue e transforma cargos públicos; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e a Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007; e revoga dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. Brasília: Planalto, 2016. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/113266.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113266.htm)>. Acesso em: 21 fev. 2024.

BRASIL. **Lei no 4.214, de 2 de março de 1963**. Dispõe sobre o “Estatuto do Trabalhador Rural”. Rio de Janeiro: Planalto, 2016. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/14214.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/14214.htm)>. Acesso em: 23 jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº 6.260, de 6 de novembro de 1975**. Institui benefícios de previdência e assistência social em favor dos empregadores rurais e seus dependentes, e dá outras providências. Rio de Janeiro: Planalto, 1975. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/16260.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/16260.htm)>. Acesso em: 30 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº 7.353, de 29 de agosto de 1985**. Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher- CNDM e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 1985. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7353-29-agosto-1985-356957-norma-atualizada-pl.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2024.

BRASIL. **Portaria INCRA nº 981 de 02 de outubro de 2003**. Altera a norma de execução SDA nº 29 de 2002. Diário Oficial da União, Brasília - DF, 3 out. 2003a. Disponível: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=185200>>. Acesso em: 23 jul. 2023.

BRASIL. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Brasília: Conselho Nacional de Saúde, 2012. Disponível em: <<https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2023.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (SNPM) - 2013-2015**. Brasília: SPM, 2013. Disponível em: <<http://spm.gov.br/pnpm/publicacoes/pnpm-2013-2015-em-22ago13.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 022.

BRASIL. Senado Federal. **Mapa Nacional da Violência de Gênero**. Registros de violência doméstica e sexual. Brasília: Senado Federal, 2023. Disponível em: <<https://www9qs.senado.leg.br/extensions/violencia-genero-mashup/index.html#/registros-sus/dados-gerais>>. Acesso em: 28 jan. 2024.

BRUMER, A.; DOS ANJOS, G. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Revista Nera**, v.11, n. 12, p. 6-17, 2008.

BRUSCHINI, M. C. A.; UNBAHAUM, S. G. Os programas de pesquisa da Fundação Carlos Chagas e sua contribuição para os estudos de gênero no Brasil. *In*: BRUSCHINI, M. C. A.; UNBAHAUM, S. G. **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Ed. 34, 2002. p. 17-58.

BUENO, C. T.; SILVA, S. M. V. da. O patriarcado na agricultura familiar brasileira: reflexões a partir do município de São Lourenço do Sul – RS. **Revista Nera**, v. 23, n. 51, pp. 279-299, 2020.

BUTTO, A.; HORA, K. Mulheres e reforma agrária no Brasil. *In*: LOPES, A.; BUUTO, A. **Mulheres e reforma agrária: a experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2010, p.19-38.

CALAÇA, M.; CONTE, I.; CINELLI, C. Feminismo camponês e popular: uma história de construções coletivas. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 3, n. 4, p. 11156-1183, 2018.

CALAÇA, M.; SEIBERT, I. G. **Aproximações teórico/político entre a Agroecologia e o feminismo camponês popular do MMC**. 2017. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

CALAÇA, M.; SEIBERT, I. G. Aproximações teórico/político entre a agroecologia e o feminismo camponês e popular do MMC. **Cadernos de agroecologia**, Associação Brasileira de Agroecologia – ABA, Anais do VI CLAA, X CBA e V SEMDF, v. 13, n. 1, Brasília, 2018. Disponível em: <<http://cadernos.abaagroecologia.org.br/index.php/cadernos/article/view/501/903>>. Acesso em: 19 dez. 2023.

CAMPOY, A. T. J. **Metodología de la Investigación Científica**. Manual para elaboración de Tesis y trabajos de Investigación. Asunción, Paraguay: Marben, 2018.

CARNEIRO, S. **Mulheres em Movimento**. São Paulo, 2003.

CASTRO, M. G. Estranhamentos e identidades: Direitos humanos, Cidadania e Sujeito Migrante Representações em Textos Diversos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 22, n. 1, p. 5-28, jan./jun. 2005.

CHAUI, M. **Conformismo e Resistência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018.

CISNE, M. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2015.

COLLET, Z. **A luta da seguridade social contada pelas camponesas**. Chapeco – Santa Catarina, 2018.

CONTE, I. I.; DARON, V. P.; MARTINS, M. D. Movimento de Mulheres Camponesas: na luta a constituição de uma identidade feminista, popular e camponês. *In*: PALUDO, C. (Org). **Mulheres, resistência e luta: em defesa da vida**. São Leopoldo: CEBI, 2009.

CORDEIRO, R. de L. M.; SCOTT, R. P. Mulheres em áreas rurais nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 15, n. 2, 2007.

DANIGNO, E. *et al.* **Os movimentos sociais e a construção democrática:** sociedade civil, esfera pública e gestão participativa. Campinas: IFICH/UNICAMP, 1999.

DARON, V. L. P. **Educação, cultura popular e saúde:** experiências de mulheres trabalhadoras rurais. Dissertação (Mestrado em Educação). Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2003.

DE MESQUITA, L. A. P.; MENDES, E. de P. P. **Mulheres na agricultura familiar:** a comunidade Rancharia. Campo Alegre de Goiás, 2012.

DEERE, C. D. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Estudos feministas**, 2004.

DEERE, C. D.; LEÓN, M. **O empoderamento da mulher:** direitos à terra e direitos à propriedade na América Latina. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

DOIMO, A. M. **A vez e a voz do popular:** movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

DOS ANJOS, G. Liderança de mulheres em pastorais e comunidades católicas e suas retribuições. **Cadernos Pagu**, n. 31, p. 509-534, jul./dez. 2008.

DUSSEL, E. “Europa, modernidade e eurocentrismo”. *In:* LANDER, E. (Coord.). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005, p. 24-33.

DUSSEL, E. **História da Sexualidade:** a Vontade de Saber - Vol. I. São Paulo: Editora Graal, 1988.

ERICE, A. S.; MARQUES, F.C. Mulheres camponesas, discursos e práticas para outro desenvolvimento. **Revista Estudos Feministas**, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n2p683>

ESMERALDO, G. G. S. L.; SAID, M. A. Conselho Cearense de Direitos da Mulher: espaço de interlocução entre as demandas dos movimentos de mulheres e do Estado. *In:* DAGNINO, E. (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FACCIN, Rodrigo Duarte. **O trabalho de mulheres assentadas:** descortinando desigualdades. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2016.

FAO/SEAD. **Governança de terras: da teoria à realidade brasileira**, Brasília: SEAD, 2017. 378 pp.

FARAH, M. F. S. Gênero e Políticas Públicas. Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. **Revista Estudos Feministas**, 2004.

FARAH, M. F. S. Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo. *In*: SARAIVA, E.; FERRAREZI, E. (Orgs.). **Políticas Públicas**. Brasília: ENAP, 2006.

FARIA, N. Economia feminista e agenda de lutas das mulheres no meio rural. *In*: BUTTO, A. (ORG.). **Estatísticas Rurais e a Economia Feminista: Um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília: MDA, 2009.

FEDERICI, S. **Calibán y la bruja. Mujeres, cuerpo y acumulación originaria**. Traducción: Verónica Hendel; Leopoldo Sebastián Touza. Madrid: Traficantes de sueños, 2004.

FEDERICI, S. **O patriarcado do salário** - notas sobre Marx, gênero e feminismo. São Paulo. Boitempo, 2021.

FEDERICI, S. **Revolución en punto cero**. Trabajo doméstico, reproducción y luchas feministas. Traducción: Scriptorium (Carlos Fernández Guervós y Paula Martín Ponz). Madrid: Traficantes de sueños, 2013.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOUCAULT, M. **Em defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GALIZA, M.; VALADARES, A. A. Previdência rural: Contextualizando o debate em torno do financiamento e das regras de acesso. **Nota Técnica**, n. 25, IPEA, Brasília, 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2014.

GONZALEZ, L. A juventude negra brasileira e a questão do desemprego. *In*: GONZALEZ, L. (aut.); RIOS, F.; LIMA, M. (Orgs.). **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos** Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

HALL, S. **Identidades Culturais na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HERNÁNDEZ, C. O. **Política de crédito rural com perspectiva de gênero: um meio de “empoderamento” para as mulheres rurais?** Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

HERRERA, K. M. **A jornada interminável: a experiência no trabalho reprodutivo no cotidiano das mulheres rurais**. Tese (Doutorado em Sociologia Política). Florianópolis: Universidade de Santa Catarina, 2019.

HERRERA, K. M. Repensando o valor social do trabalho das mulheres rurais. *In: Anais Seminário Internacional Fazendo Gênero*, v. 13, Florianópolis, 2017.

HOFLING, E. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos cedes**, ano XXI, nº55, 2001.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

JODAS, N.; FIGUEIREDO, G. J. P. de. **Ecofeminismo & Jurisgaia**. São Paulo: Aprodab: IBAP, 2021.

KAUARK, F.; MANHÃES, F. C.; MEDEIROS, C. H. **Metodologia da pesquisa: um guia prático**. Itabuna: Via Litterarum Editora, 2010.

KROTH, Sirlei Antoninha. **Atalhos da Luta: Trajetórias e Experiências das Mulheres Agricultoras e do Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina - 1983-1993**. Dissertação, (Mestrado em História). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP, 1999.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

LEITE, J. R. M.; CAVEDON-CAPDEVILLE, F. de S.; DUTRA, T. A. H. (Orgs.). **Geodireito, Justiça Climática e Ecológica: perspectivas para a América Latina**. São Paulo: Instituto por um Planeta Verde, 2022. p. 503-520.

LOBO, E. S. O trabalho como linguagem: o gênero do trabalho. *In: COSTA, A. de O.; BRUSCHINI, C. Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1992.

LORENZONI, C. Violência nas relações de gênero e classe: Uma interpretação a partir das mulheres camponesas do Rio Grande do Sul. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, 2007.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. Rio de Janeiro: E.P.U., 2014.

MARANGONI, G. Anos 1980, década perdida ou ganha? **Revista Desafios do Desenvolvimento** – IPEA, ano 9. Edição 72, Brasília, 2012. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&id=2759:catid=28&temid=23](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2759:catid=28&temid=23)>. Acesso em: 19 de abr. 2018.

MARCONDES, N Aparecida Vieira. Direitos de Cidadania e Lutas Sociais da Mulher Campesina Brasileira. **Ciências Jurídicas**, v. 19, n. 1, p. 2-7, 2018.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

MASCARENHAS, S. A. **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

MATOS, M. A evolução da condição das mulheres na sociedade. *In: Guia de formação política para mulheres de partidos políticos*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. 2010.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento, execução e análise**. São Paulo: Atlas, 1994.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2010. 407 p.

MIOR, L. C. Agricultura familiar, agroindústria e desenvolvimento territorial. *In: Anais Colóquio Internacional de Desenvolvimento Rural Sustentável*, Florianópolis, 2007.

MMC. Movimento das Mulheres Camponesas do Brasil. **Camponesa promovendo soberania alimentar com a diversidade brasileira**, 2011. Disponível em: <[http://www.mmcbrazil.com.br/site/materiais/download/folder\\_projeto\\_MDS\\_2011\\_web.pdf](http://www.mmcbrazil.com.br/site/materiais/download/folder_projeto_MDS_2011_web.pdf)>. Acesso em: 04 ago. 2023.

MMC. Movimento das Mulheres Camponesas do Brasil. **Cartilha do evento**. 1º Encontro Nacional do Movimento das Mulheres Camponesas do Brasil, 2013.

MMC. Movimento das Mulheres Camponesas do Brasil. **Economia (in)visível das mulheres camponesas**. Passo Fundo: Passografic, 2012.

MMC. Movimento das Mulheres Camponesas do Brasil. **Feminismo Camponês e Popular**. ANMC, 2018. Disponível em: <[http://www.mmcbrazil.com.br/site/materiais/download/Cartilha\\_feminismo\\_campones\\_popular-2018.pdf](http://www.mmcbrazil.com.br/site/materiais/download/Cartilha_feminismo_campones_popular-2018.pdf)>. Acesso em: 15 jul. 2023.

MMC. Movimento das Mulheres Camponesas do Brasil. **Mulheres camponesas em defesa da saúde e da vida**. Manuscrito. Chapecó, abr. 2008a.

MMC. Movimento das Mulheres Camponesas do Brasil. Mulheres construindo autonomia. **Jornal 8 de Março**, Brasil, 2014a.

MMC. Movimento das Mulheres Camponesas do Brasil. **Plantando saúde pelos caminhos do RS**. Passo Fundo: Passografic, maio de 2004.

MMC. Movimento das Mulheres Camponesas do Brasil. **Potencializando sonhos**. Preservando a vida. Manuscrito. Três Cachoeiras, out. 2008b.

MMC. Movimento das Mulheres Camponesas do Brasil. **Quem somos?** 2014b. Disponível em: <<http://www.mmcbrazil.com.br/www.mmcbrazil.com.br>>. Acesso em: 04 ago. 2023.

MMC. Movimento das Mulheres Camponesas do Brasil. **Sementes da vida nas mãos das mulheres camponesas**. 2007. Disponível em: <[http://www.mmcbrazil.com.br/site/materiais/download/cartilha\\_sementes.pdf](http://www.mmcbrazil.com.br/site/materiais/download/cartilha_sementes.pdf)>. Acesso em: 04 ago. 2023.

NASCIMENTO, A. C.; ROCHA, R. G.; MENDONÇA, M. R. Movimentos contra-hegemônicos: o papel da mulher na agricultura camponesa. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 3, n. 10, p. 214-233, 2018.

NIEDERLE, P. A.; FIALHO, M. A. V.; CONTERATO, M. A. A pesquisa sobre agricultura familiar no Brasil - aprendizagens, esquecimentos e novidades. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 52, p. 9-24, 2014.

NOVION, J. de. Hegemonía, integración y seguridad en las américas en principios del siglo XXI. **Anais 38º Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu/MG, 2014. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/papers-38-encontro/gt-1/gt26-1/9075-hegemonia-integracion-y-seguridad-en-las-americas-a-principios-del-siglo-xxi/file>>. Acesso em: 02 de jan. 2018.

OGUNDEJI, A. A.; DONKOR, E.; MOTSOARI, C.; ONAKUSE, E. Impact of access to credit on farm income: policy implications for rural agricultural development in Lesotho. **Agrekon, Taylor & Francis Journals**, v. 57, n. 2, 152-166, 2018.

OLIVEIRA, L. C. de.; PAULA, H. M. M. de. Mulheres Camponesas e Teoria Marxista da Dependência: Aproximações da Análise Sobre o Patriarcado no Campo no Contexto Dependente Latino-Americano. **Fazendo Gênero 11**. Transformações, conexões, Deslocamentos. Florianópolis/SC: Anais. p. 1–12, 2017. Disponível em: <[http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498794756\\_ARQUIVO\\_ARTIGOFAZENDOGENEROFINAL.pdf](http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498794756_ARQUIVO_ARTIGOFAZENDOGENEROFINAL.pdf)>. Acesso em: 05 set. 2021.

OSANI, I. O.; BABALOLA, A. D.; ADESOYE, B. A. Agricultural credit policy as a panacea for sustainable food Production in Nigeria: evidence from Ogun State. **Journal of Economics and Business**, v. 69, n. 1-2, p. 18- 29, 2019.

PEREIRA, R. S. Abordagem teórica sobre a questão de gênero e desenvolvimento rural: dos projetos assistenciais ao planejamento de gênero. In: STADUTO, J. A. R.; SOUZA, M.; NASCIMENTO, C. A. **Desenvolvimento Rural e Gênero: abordagens analíticas, estratégias e políticas públicas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015, p. 17-41.

PIMENTA, Sara Deolinda. **Participação, poder e democracia: mulheres trabalhadoras no sindicalismo rural**. Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais. UFMG, 2012.

PINHEIRO, M. B. As Comunidades Eclesiais de Base e a conscientização política de mulheres: notas iniciais de pesquisa. In: **Anais Seminário Nacional de Movimentos Sociais, Participação e Democracia**, 2, Florianópolis, 2007.

PINTO, C. R. J. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, A. O.; BRUSCHINI, C. (Orgs.). **Uma questão de gênero**. São Paulo: Rosa dos Tempos, 1992.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnica da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PULEO, A. H. **Ecofeminismo para otro mundo posible**. Madrid: Cátedra, 2011. 439 p.

PULEO, A. H. De Marcuse a la Sociobiología: la deriva de una teoría feminista no ilustrada. **Isegoría: Revista de filosofía moral y política**, n. 6, p. 113-128, 1992.

PULEO, A. H. Perspectivas ecofeministas de la ciencia y el conocimiento La crítica al sesgo andro-antropocéntrico. **Daimon: revista internacional de filosofía**, n. Extra 6, 2017b, p. 41-54.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, E. (Org.). **A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Colección Sur Sur. CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005, p.107-130.

REGALADO, R. La izquierda latinoamericana a 20 años del derrumbe de la Unión Soviética. **Cuba debate.** Ed. Ocean Press, 2012. Disponível em: <<http://www.cubadebate.cu/noticias/2012/07/21/el-derrumbe-de-la-urss-tuvo-unarepercusion-enorme-en-america-latina/#.WVGVIevyuUk>>. Acesso em: 26 de jun. 2017.

ROSENDO, D. Mulheres e justiça: Reflexões ecofeministas sobre os sistemas de opressão. **Direito e Democracia**, p. 135-144, 2012.

SAFFIOTI, H. I. B, **Gênero Patriarcado Violência.** São Paulo: Expressão Popular, Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAFFIOTI, H. I. B. Feminismo e seus frutos no Brasil. *In*: SADER, E. (Org.). **Movimentos Sociais na transição democrática.** São Paulo: Cortez, 1987.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.

SALES, C. de M. V. **Conflito no feminino: trajetórias políticas de mulheres no campo.** Dissertação (Mestrado em Sociologia). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1995.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. del P. B. **Metodologia da Pesquisa.** Porto Alegre: Penso. 2013.

SANTOS, B. V. de S.; MENEZES, M. P. (Orgs.). **Epistemologías del Sur – Perspectivas.** Madrid – Espanha: Akal, 2014.

SANTOS, D. F.; ZIMMERMANN, S. A. O movimento de mulheres camponesas na construção do feminismo camponês popular. **Norus**, v. 7, n. 11, p. 269-299, 2019.

SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A. A.; MATTEI, L. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional De Fortalecimento da Agricultura Familiar. **Revista grifos**, v. 30, n. 51, 2020.

SHIVA, V. **Monoculturas da Mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia.** São Paulo: Gaia, 2003.

SILIPRANDI, E. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. **Agroecologia e desenvolvimento sustentável**, v.1, n. 1, p. 61-70, jan./mar. 2000.

SILVA, Ivanilson Batista da Silva. **O protagonismo das mulheres camponesas na luta pela terra**. Dissertação (Mestrado em Educação). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2016.

SILVA, T. T. **Identidade e diferença: perspectivas dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SIMÕES, S.; MATOS, M. **Ideias modernas e comportamentos tradicionais: a persistência das desigualdades de gênero no Brasil**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

SIQUEIRA, D.; BANDEIRA, L. **Mulheres e relações de gênero no sindicalismo rural brasileiro**. Brasília: Editora da UNB, 1998. (Série sociológica nº 153).

SIQUEIRA, D.; BANDEIRA, L. **Mulheres e relações de gênero no sindicalismo rural brasileiro**. Brasília: Editora da UNB, 1998. (Série sociológica nº 153).

SUAREZ, M.; BANDEIRA, L. A politização da violência contra a mulher e o fortalecimento da cidadania. *In*: BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM, C. (Orgs.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Editora 34, 2002.

TAIT, M. M. L.; DAGNINO, R. P. Movimentos de mulheres camponesas e agrobiotecnologias: Buscando significados a partir da relação entre cultura, política e tecnologias. *In*: COELHO NETO, A. (Org.). **Participación ciudadana y movimientos sociales: perspectivas analíticas y estudios de caso en América Latina**. Rio Cuarto- Córdoba, Argentina: Editora Universidad Nacional de Río Cuarto, 2011.

TAIT, M. M. L.; DAGNINO, R. P. Tecnologia Social e Economia Solidária: Utopias concretas e convergentes. **Revista Otra Economía**, v. 7, p. 3-13, 2013.

TELLES, V. S. Sociedade Civil, Direitos e Espaços Públicos. **Revista Pólis**, n. 14, 1994.

TORRES, I. C. (Org.). **O Ethos das mulheres da floresta**. Manaus: Editora Valer. Fapeam, 2012.

VAN DER SCHAAF, A. Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. **Sociologias**, v. 5, n. 10, p. 412-442, 2003.

VAROTTO, D. P. Agroecologia e gênero: perspectivas para a emancipação das mulheres e a agricultura familiar. **RELAcult-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 3, n. 3, 2017.

VÁZQUEZ, A. S. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

WANDERLEY, M. de N. **Uma saber necessário: Os Estudos Rurais no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

WARREN, K. **Ecofeminism: Women, Culture, Nature**. Indiana: Editorial, Indiana University Press, 1997.

WARREN, K. **Filosofías ecofeministas**. Barcelona (Espanña): Icara, 2003.

### **Entrevistadas**

BONFIM, Roseli Azevedo do. Entrevista 1. 2023.

CORDEIRO, Rosângela Piovisani. Entrevista 3. 2023.

FEITOSA, Izaquiane Rodrigues. Entrevista 4. 2023.

LIMA, Alzira Santiago de. Entrevista 2. 2023.

SOUZA, Helena Milhomem de. Entrevista 5. 2023.

## ANEXO A – ROTEIRO DA ENTREVISTA

Cabe salientar que as entrevistas não ficarão restritas ao roteiro. Outras questões poderão ir surgindo à medida que identificar pontos importantes para o esclarecimento das questões investigadas. Ou, se a questão for respondida com uma única pergunta, não será necessário seguir tal roteiro.

É importante destacar que o modelo de entrevista seguirá a metodologia pela etnossociologia, para buscar compreender as trajetórias de vida das mulheres camponesas no sul de Roraima.

Projeto de dissertação: Protagonismo das mulheres camponesas da região sul do Estado de Roraima na luta pela terra e por políticas públicas.

Identificação do/a participante		
Idade	Naturalidade	Estado onde nasceu
Participação no movimento social: ( ) sim ( ) não		
Entidade em que participa: ( ) Sindicato de trabalhadoras/es rurais ( ) Associação ( ) Cooperativa ( ) Igreja ( ) Outros		
1 – Quanto tempo faz parte do movimento social?		
2 – O que o motivou a fazer parte do movimento social? Comente.		
3- O movimento social tem contribuído com sua vida social, econômica? Pode descrever?		
4 - Quais as principais políticas públicas têm chegado até você por parte das instituições governamentais?		
5 – Para sua sobrevivência no campo, você tem acesso aos créditos ofertados pelas instituições financeiras (bancos de crédito) para financiar na época do plantio de sua produção?		
6 – Como é comercializada sua produção?		

7 – Quais são os centros comerciais que comercializam com maior frequência seus produtos?
8 – O seu trabalho no campo é assalariado ou produção própria? 8.1 = Você possui uma renda exclusiva do campo para sua sobrevivência? 8.2 = Você mora no campo e trabalha na cidade? 8.3 – Você mora na cidade e trabalha no campo?
9 – Você e sua família tem o cuidado com o meio ambiente evitando poluir o meio onde vive?
10 – Gostaria de descrever como é o seu dia a dia no campo? Participando das atividades na roça, na igreja, no sindicato, na associação, na cooperativa, na escola entre outros.
11- Em questões de gênero. Quais as suas experiências como mulher no contexto em que está inserida? O tratamento é igualitário? Comente.

**ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIMENTO - TCLE****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIMENTO - TCLE**

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa sobre **“O Protagonismo das mulheres camponesas da região sul do Estado de Roraima”** sob a responsabilidade dos pesquisadores: Leon Denis Pires de Lima (estudante de Mestrado do PPGSOF/UFRR) e o Professor Doutor Evânio Mascarenhas Paulo (Orientador de Dissertação) e da Professora Doutora Luziene Parnaíba. Sua participação não é obrigatória e a qualquer momento você pode desistir de participar e poderá sair da pesquisa sem nenhum prejuízo para você ou para os pesquisadores.

O objetivo dessa pesquisa é aprofundar o tema da efetivação das políticas públicas na região sul de Roraima. A pesquisa será realizada por meio de uma entrevista com 11 questões com respostas abertas sobre o cotidiano das entrevistadas. A sua participação consiste em responder um questionário eletrônico, por *e-mail*, *whatsapp* ou presencial (conforme sua escolha).

Esta pesquisa é interessante, porém, apresenta riscos. As perguntas implicam respostas que fazem você se recordar de fatos relacionados à convivência com suas companheiras de luta nos movimentos sociais. Caso você se sinta invadido(a) na sua privacidade, constrangido(a) mediante determinadas perguntas ou impelido(a) a não responder, está assegurado o seu direito de interromper a sua participação em qualquer etapa do processo sem acarretar prejuízos nem para você, nem para os pesquisadores.

Os benefícios desta pesquisa se pautam na produção do conhecimento sobre a realidade da luta das camponesas. Os resultados desta pesquisa constarão na elaboração de uma dissertação de mestrado que poderá contribuir com a produção do conhecimento interdisciplinar na área das ciências humanas e poderá ampliar os estudos regionais de uma região específica, que ainda há poucos estudos referente às mulheres camponesas da região sul de Roraima.

Serão incluídos nesta pesquisa mulheres camponesas com vínculo à terra. A sua participação é inteiramente gratuita e livre, lhe asseguramos total sigilo das suas respostas que serão utilizadas tão somente para os fins da pesquisa em questão.

Você receberá uma via deste termo com o telefone e o endereço institucional do pesquisador principal e do CEP e poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação,

agora ou a qualquer momento. Você poderá entrar em contato conosco, sempre que achar necessário, através do telefone dos pesquisadores responsáveis: Leon Denis Pires de Lima (95 98409-5313) e o professor doutor Evânio Mascarenhas Paulo (88) 8154-8004.

Boa Vista, RR, 06 de fevereiro de 2023.

---

Pesquisador: Leon Denis Pires de Lima  
(Estudante de Mestrado - PPGSOF/UFRR)

---

Pesquisador: Professor Dr. Evânio Mascarenhas Paulo  
(Orientador da pesquisa)

Eu, \_\_\_\_\_ (nome por extenso do participante da pesquisa), declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

---

Assinatura do Participante da Pesquisa

**Endereço do (a) pesquisador (a):** Universidade Federal de Roraima (Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras – PPGSOF/UFRR).

Av. Cap. Ene Garcez, 2413, Centro de Ciências Humanas, sala 53 – Aeroporto (Campus Paricarana) CEP: 69.310-000 - Boa Vista – RR E-mail: ppgsof@ufr.br

**Endereço do Comitê de Ética em Pesquisa:** Av. Cap. Ene Garcez, 2413 – Aeroporto (Campus Paricarana) CEP: 69.310-000 - Boa Vista – RR E-mail: coep@ufr.br - Bloco 7, Sala 737 Segundo andar. (entrada principal, sobe para o segundo andar, vira à direita, é a última sala do corredor à direita).

## ANEXO C – ENTREVISTAS



**Movimento de Mulheres Camponesas-MMC**

---

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A coordenação do Movimento de Mulheres Camponesas de Roraima– **MMC/RR** na responsabilidade de Rainielly Barbosa Soares, RG 2047237-7, residente em Campos Novos, Iracema – RR, autoriza Leon Denis Pires de Lima, CPF 191.011.042-68, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteira a fazer pesquisa científica com as mulheres camponesas envolvidas com o MMC na Região Sul do Estado de Roraima, para fins exclusivamente acadêmicos.

Campos Novos, 17 de fevereiro de 2023.

*Rainielly Barbosa Soares*

**RAINIELLY BARBOSA SOARES**

Coordenadora Estadual do MMC/RR.

Email: [mmcamponesasrr@gmail.com](mailto:mmcamponesasrr@gmail.com)

Fone: 95 99146 4536



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E FRONTEIRA



**TERMO DE COMPROMISSO ENTRE O DISCENTE, O ORIENTADOR, A COORIENTADORA E O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E FRONTEIRAS – NÍVEL MESTRADO**

**Orientação e Coorientação Acadêmica**

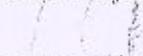
Pelo o presente, Leon Denis Pires de Lima (mestrando PPGSOP/UFRR), regularmente matriculado (a) no Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras – PPGSOP, do Centro de Ciências Humanas, da Universidade Federal de Roraima – UFRR, o Prof. Dr. Evânio Mascarenhas Paulo – PPGSOP/UFRR (orientador) e a Profa. Dra. Luziene Correia Parnaíba – PPGSOP/UFRR (Coorientadora), na qualidade de professor(es) orientador/coorientadora, celebramos acordo de compromisso mútuo no que tange às atividades das disciplinas de orientação, que incluem, por parte do mestrando: cumprimento da agenda definida para as sessões de orientação; cumprimento das tarefas assumidas de acordo com o desenvolvimento das diferentes etapas do trabalho; atendimento criterioso dos prazos estabelecidos pela Coordenação do Programa e outros assumidos, bem como os referidos nos Artigos nº 41, 43 e 44 do Regimento do PPGSOP.

As atividades por parte do Orientador e da Coorientadora incluem: acompanhar o desenvolvimento do trabalho teórico e de pesquisa, reunindo-se regularmente com o aluno; informar a Comissão de Pós-Graduação sobre o andamento do trabalho do aluno, no mínimo, a cada semestre, por meio de relatório; requerer à Comissão de Pós-Graduação, juntamente com o candidato, a constituição da Banca de Qualificação e Banca Examinadora de Dissertação, bem como a fixação das datas das mesmas.

Nos casos de impossibilidade de cumprimento dos calendários fixados, ou em situações inadequadas para quaisquer das partes, caberá a estas, comunicação formal e escrita com exposição de motivos para as devidas providências pelo Colegiado do Programa.

Bom Vista-RR, 31 de Janeiro de 2023.

  
Leon Denis Pires de Lima  
Mestrando

  
Prof. Dr. Evânio Mascarenhas Paulo  
Orientador

  
Luziene Correia Parnaíba  
Coorientadora

  
Assinatura do(a) Orientador(a)  
Coordenador(a) do PPGSOP/UFRR  
Rua: 1000, S/N, Boa Vista - RR

UFRR - Centro de Ciências Humanas - Av. dos Guaranis, Bairro Aeroporto, Bloco CCH - Sala 41 - Boa Vista - RR  
Fone: (93) 3233-4480 - E-mail: ppgsop@ufrr.br

Aprovado em reunião da Comissão de Pós-Graduação  
realizada em 05/07/2023.

#### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE**

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa sobre **“MULHERES CAMPONESAS, POLÍTICA PÚBLICA NA LUTA PELA TERRA NO SUL DO ESTADO DE RORAIMA, BRASIL”** sob a responsabilidade dos pesquisadores: Leon Denis Pires de Lima (estudante de Mestrado do PPGSOF/UFRR) e o Professor Doutor Evânio Mascarenhas Paulo (Orientador de Dissertação) e da Professora Doutora Luziene Paraiha. Sua participação não é obrigatória e a qualquer momento você pode desistir de participar e poderá sair da pesquisa sem nenhum prejuízo para você ou para os/a pesquisadores/a.

O objetivo dessa pesquisa é aprofundar o tema da efetivação das políticas públicas na região sul de Roraima. A pesquisa será realizada por meio de uma entrevista com 10 questões com respostas abertas sobre o cotidiano das entrevistadas. A sua participação consiste em responder um questionário eletrônico por e-mail, WhatsApp, ou presencial (conforme sua escolha).

Esta pesquisa é muito maneira, porém, apresenta riscos. As perguntas implicam respostas que fazem você se recordar de fatos relacionados à convivência com suas companheiras de luta nos movimentos sociais. Caso você se sinta invadido(a) na sua privacidade, constrangido(a) mediante determinadas perguntas ou impelido(a) a não responder, está assegurado o seu direito de interromper a sua participação em qualquer etapa do processo sem acarretar prejuízos nem para você, nem para os/a pesquisadores/a. Os benefícios desta pesquisa se pautam na produção do conhecimento sobre a realidade da luta das camponesas. Os resultados desta pesquisa constarão na elaboração de uma Dissertação de Mestrado que poderá contribuir com a produção do conhecimento interdisciplinar na área das ciências humanas e poderá ampliar os estudos regionais de uma região específica que ainda há poucos estudos referente às mulheres camponesas da região sul de Roraima.

Serão incluídos nesta pesquisa mulheres camponesas com vínculo à terra. A sua participação é inteiramente gratuita e livre, lhe asseguramos total sigilo das suas respostas que serão utilizadas tão somente para os fins da pesquisa em questão.

Você receberá uma via deste termo com o telefone e o endereço institucional do pesquisador principal e do CEP e poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento. Você poderá entrar em contato conosco, sempre que achar necessário, através do telefone dos/a pesquisadores/a responsáveis: Leon Denis Pires de Lima (95 98409-5313) e o Professor Doutor Evânio Mascarenhas Paulo (88)

8154-8004 caso tenha alguma dúvida.

RORAIMÓPOLIS..... RR. 09 de julho..... de 2023.

Eu, ROSELI AZEVEDO BONFIM (nome por extenso do participante da pesquisa), declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Roseli A Bonfim  
Assinatura do Participante da Pesquisa

Endereço dos pesquisadores: Universidade Federal de Roraima (Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras – PPGSOF/UFRR).

#### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE**

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa sobre **“MULHERES CAMPONESAS, POLÍTICA PÚBLICA NA LUTA PELA TERRA NO SUL DO ESTADO DE RORAIMA, BRASIL”** sob a responsabilidade dos pesquisadores: Leon Denis Pires de Lima (estudante de Mestrado do PPGSOF/UFRR) e o Professor Doutor Evânio Mascarenhas Paulo (Orientador de Dissertação) e da Professora Doutora Luziene Paraiha. Sua participação não é obrigatória e a qualquer momento você pode desistir de participar e poderá sair da pesquisa sem nenhum prejuízo para você ou para os/a pesquisadores/a.

O objetivo dessa pesquisa é aprofundar o tema da efetivação das políticas públicas na região sul de Roraima. A pesquisa será realizada por meio de uma entrevista com 10 questões com respostas abertas sobre o cotidiano das entrevistadas. A sua participação consiste em responder um questionário eletrônico por e-mail, WhatsApp, ou presencial (conforme sua escolha).

Esta pesquisa é muito maneira, porém, apresenta riscos. As perguntas implicam respostas que fazem você se recordar de fatos relacionados à convivência com suas companheiras de luta nos movimentos sociais. Caso você se sinta invadido(a) na sua privacidade, constrangido(a) mediante determinadas perguntas ou impelido(a) a não responder, está assegurado o seu direito de interromper a sua participação em qualquer etapa do processo sem acarretar prejuízos nem para você, nem para os/a pesquisadores/a. Os benefícios desta pesquisa se pautam na produção do conhecimento sobre a realidade da luta das camponesas. Os resultados desta pesquisa constarão na elaboração de uma Dissertação de Mestrado que poderá contribuir com a produção do conhecimento interdisciplinar na área das ciências humanas e poderá ampliar os estudos regionais de uma região específica que ainda há poucos estudos referente às mulheres camponesas da região sul de Roraima.

Serão incluídos nesta pesquisa mulheres camponesas com vínculo à terra. A sua participação é inteiramente gratuita e livre, lhe asseguramos total sigilo das suas respostas que serão utilizadas tão somente para os fins da pesquisa em questão.

Você receberá uma via deste termo com o telefone e o endereço institucional do pesquisador principal e do CEP e poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento. Você poderá entrar em contato conosco, sempre que achar necessário, através do telefone dos/a pesquisadores/a responsáveis: Leon Denis Pires de Lima (95 98409-5313) e o Professor Doutor Evânio Mascarenhas Paulo (88)

8154-8004 caso tenha alguma dúvida.

SRO LUIZ ..... RR, 30 de junho ..... de 2023.

Eu, ALZIRA SANTIAGO DE LIMA (nome por extenso do participante da pesquisa), declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Alzira Santiago de Lima  
Assinatura do Participante da Pesquisa

**Endereço dos pesquisadores:** Universidade Federal de Roraima (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Fronteiras - PPGSOE/UFRR).  
Av. Cap. Ene Garcez, 2413, Centro de Ciências Humanas, sala 53 - Aeroporto (Campus Paricarana) CEP: 69.310-000 - Boa Vista - RR E-mail: ppgsof@ufrr.br

**Endereço do Comitê de Ética em Pesquisa:** Bloco da PRPPG-UTRR, última sala do corredor em forma de T a esquerda (o prédio da PRPPG fica localizado atrás da Reitoria e ao lado da Diretoria de Administração e Recursos Humanos - DARI) Av. Cap. Ene Garcez, 2413 - Aeroporto (Campus Paricarana) CEP: 69.310-000 - Boa Vista - RR E-mail: coep@ufrr.br (95) 3621-3112 Ramal 26.

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIMENTO - TCLE**

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa sobre **"MULHERES CAMPONESAS, POLÍTICA PÚBLICA NA LUTA PELA TERRA NO SUL DO ESTADO DE RORAIMA, BRASIL"**, sob a responsabilidade dos pesquisadores: Leon Denis Pires de Lima (estudante de Mestrado do PPGISOE/UFRR) e o Professor Doutor Evânio Mascarenhas Paulo (Orientador de Dissertação) e da Professora Doutora Luziene Parnaíba. Sua participação não é obrigatória e a qualquer momento você pode desistir de participar e poderá sair da pesquisa sem nenhum prejuízo para você ou para os/as pesquisadores/a.

O objetivo dessa pesquisa é aprofundar o tema da efetivação das políticas públicas na região sul de Roraima. A pesquisa será realizada por meio de uma entrevista com várias questões e com respostas abertas sobre o cotidiano das entrevistadas. A sua participação consiste em responder um questionário eletrônico por e-mail, WhatsApp ou presencial (conforme sua escolha).

Esta pesquisa é muito maneira, porém, apresenta riscos. As perguntas implicam respostas que fazem você se recordar de fatos relacionados à convivência com suas companheiras de luta nos movimentos sociais. Caso você se sinta invadido(a) na sua privacidade, constrangido(a) mediante determinadas perguntas ou impedido(a) a não responder, está assegurado o seu direito de interromper a sua participação em qualquer etapa do processo sem acarretar prejuízos nem para você, nem para os/a pesquisadores/a.

Os benefícios desta pesquisa se pautam na produção do conhecimento sobre a realidade da luta das camponesas. Os resultados desta pesquisa constarão na elaboração de uma Dissertação de Mestrado que poderá contribuir com a produção do conhecimento interdisciplinar na área das ciências humanas e poderá ampliar os estudos regionais de uma região específica que ainda há poucos estudos referente às mulheres camponesas da região sul de Roraima.

Serão incluídos nesta pesquisa mulheres camponesas com vínculo a terra. A sua participação é inteiramente gratuita e livre. lhe asseguramos total sigilo das suas respostas que serão utilizadas tão somente para os fins da pesquisa em questão.

Você receberá uma via deste termo com o telefone e o endereço institucional do pesquisador principal e do CEI e poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento. Você poderá entrar em contato conosco, sempre que achar necessário, através do telefone dos/a pesquisadores/a responsáveis:

Leon Denis Pires de Lima (95) 98409-5313) e o professor doutor Evânio Mascarenhas Paulo (88) 8154-8004.

Boa Vista, RR, 10 de agosto de 2023.

*lpa*  
 Pesquisador: Leon Denis Pires de Lima (estudante de Mestrado - PPGSOF/UFRR)

Pesquisador: Professor Dr. Evânio Mascarenhas Paulo (Orientador da pesquisa)

Eu, Rosângela Piazini Cordeiro (nome por extenso do participante da pesquisa), declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

• Rosângela Piazini Cordeiro  
 Assinatura do Participante da Pesquisa

**Endereço do (a) pesquisador (a):** Universidade Federal de Roraima (Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras - PPGSOF/UFRR),  
 Av. Cap. Ene Garcez, 2413, Centro de Ciências Humanas, sala 53 - Aeroporto (Campus Paricarana) CEP: 69.310-000 - Boa Vista - RR E-mail: ppgsolf@ufr.br

**Endereço do Comitê de Ética em Pesquisa:** Av. Cap. Ene Garcez, 2413 - Aeroporto (Campus Paricarana) CEP: 69.310-000 - Boa Vista - RR E-mail: cocep@ufr.br - Bloco 7, Sala 737 Segundo andar, (entrada principal, sobe para o segundo andar, vira a direita. Última sala do corredor à direita).

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIMENTO - TCLE**

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa sobre **"MULHERES CAMPONESAS, POLÍTICA PÚBLICA NA LUTA PELA TERRA NO SUL DO ESTADO DE RORAIMA, BRASIL"**, sob a responsabilidade dos pesquisadores: Leon Denis Pires de Lima (estudante de Mestrado do PPGSOF/UFRR) e o Professor Doutor Evânio Mascarenhas Paulo (Orientador de Dissertação) e da Professora Doutora Luziene Parnaíba. Sua participação não é obrigatória e a qualquer momento você pode desistir de participar e poderá sair da pesquisa sem nenhum prejuízo para você ou para os/a pesquisadores/a.

O objetivo dessa pesquisa é aprofundar o tema da efetivação das políticas públicas na região sul de Roraima. A pesquisa será realizada por meio de uma entrevista com várias questões e com respostas abertas sobre o cotidiano das entrevistadas. A sua participação consiste em responder um questionário eletrônico por e-mail, WhatsApp ou presencial (conforme sua escolha).

Esta pesquisa é muito maneira, porém, apresenta riscos. As perguntas implicam respostas que fazem você se recordar de fatos relacionados à convivência com suas companheiras de luta nos movimentos sociais. Caso você se sinta invadido(a) na sua privacidade, constrangido(a) mediante determinadas perguntas ou impellido(a) a não responder, está assegurado o seu direito de interromper a sua participação em qualquer etapa do processo sem acarretar prejuízos nem para você, nem para os/a pesquisadores/a.

Os benefícios desta pesquisa se pautam na produção do conhecimento sobre a realidade da luta das camponesas. Os resultados desta pesquisa constarão na elaboração de uma Dissertação de Mestrado que poderá contribuir com a produção do conhecimento interdisciplinar na área das ciências humanas e poderá ampliar os estudos regionais de uma região específica que ainda há poucos estudos referente às mulheres camponesas da região sul de Roraima.

Serão incluídos nesta pesquisa mulheres camponesas com vínculo à terra. A sua participação é inteiramente gratuita e livre, lhe asseguramos total sigilo das suas respostas que serão utilizadas tão somente para os fins da pesquisa em questão.

Você receberá uma via deste termo com o telefone e o endereço institucional do pesquisador principal e do CEP e poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento. Você poderá entrar em contato conosco, sempre que achar necessário, através do telefone dos/a pesquisadores/a responsáveis:

*Izaquani Rodrigues Feitosa*

Leon Denis Pires de Lima (95 98409-5313) e o professor doutor Evânio Mascarenhas Paulo (88) 8154-8004

Boa Vista, RR, 10 de agosto de 2023

-27-  
Pesquisador: Leon Denis Pires de Lima  
(estudante de Mestrado - PPGSOF/UFRR)

Pesquisador: Professor Dr. Evânio Mascarenhas Paulo  
(Orientador da pesquisa)

Eu, *Izaquani Rodrigues Feitosa*, declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

*Izaquani Rodrigues Feitosa*  
Assinatura do Participante da Pesquisa

**Endereço do (a) pesquisador (a)** Universidade Federal de Roraima - Instituto de Tecnologia da Sociedade e Fronteiras - PPGSOF/UFRR

Av. Cap. Ene Garcez, 2413, Centro, 69.224-911 Boa Vista, RR - CEP: 69.224-911 - RR - Brasil

**Endereço do Comitê de Ética em Pesquisa** Av. Cap. Ene Garcez, 2413, Centro, 69.224-911 Boa Vista, RR - CEP: 69.224-911 - RR - Brasil

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa sobre **“MULHERES CAMPONESAS, POLÍTICA PÚBLICA NA LUTA PELA TERRA NO SUL DO ESTADO DE RORAIMA, BRASIL”** sob a responsabilidade dos pesquisadores: Leon Denis Pires de Lima (estudante de Mestrado do PPGSOF/UFRR) e o Professor Doutor Evânio Mascarenhas Paulo (Orientador de Dissertação) e da Professora Doutora Luziene Paraiha. Sua participação não é obrigatória e a qualquer momento você pode desistir de participar e poderá sair da pesquisa sem nenhum prejuízo para você ou para os/a pesquisadores/a.

O objetivo dessa pesquisa é aprofundar o tema da efetivação das políticas públicas na região sul de Roraima. A pesquisa será realizada por meio de uma entrevista com 10 questões com respostas abertas sobre o cotidiano das entrevistadas. A sua participação consiste em responder um questionário eletrônico por e-mail, WhatsApp, ou presencial (conforme sua escolha).

Esta pesquisa é muito maneira, porém, apresenta riscos. As perguntas implicam respostas que fazem você se recordar de fatos relacionados à convivência com suas companheiras de luta nos movimentos sociais. Caso você se sinta invadido(u) na sua privacidade, constrangido(a) mediante determinadas perguntas ou impelido(a) a não responder, está assegurado o seu direito de interromper a sua participação em qualquer etapa do processo sem acarretar prejuízos nem para você, nem para os/a pesquisadores/a. Os benefícios desta pesquisa se pautam na produção do conhecimento sobre a realidade da luta das camponesas. Os resultados desta pesquisa constarão na elaboração de uma Dissertação de Mestrado que poderá contribuir com a produção do conhecimento interdisciplinar na área das ciências humanas e poderá ampliar os estudos regionais de uma região específica que ainda há poucos estudos referente às mulheres camponesas da região sul de Roraima.

Serão incluídos nesta pesquisa mulheres camponesas com vínculo à terra. A sua participação é inteiramente gratuita e livre, lhe asseguramos total sigilo das suas respostas que serão utilizadas tão somente para os fins da pesquisa em questão.

Você receberá uma via deste termo com o telefone e o endereço institucional do pesquisador principal e do CEP e poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento. Você poderá entrar em contato conosco, sempre que achar necessário, através do telefone dos/a pesquisadores/a responsáveis: Leon Denis Pires de Lima (95 98409-5313) e o Professor Doutor Evânio Mascarenhas Paulo (88)

8154-8004 caso tenha alguma dúvida.

CAKORRE ..... RR, 15 de SETEMBRO de 2023.

Tu, HELENA MILHOMEN DE SOUZA (nome por extenso do participante da pesquisa), declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Helena milhomen de souza

Assinatura do Participante da Pesquisa

**Endereço dos pesquisadores:** Universidade Federal de Roraima (Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras – PPGSOF/UFRR).

Av. Cap. Ene Garcez, 2413, Centro de Ciências Humanas, sala 53 – Aeroporto (Campus Paricarana) CEP: 69.310-000 - Boa Vista - RR E-mail: ppgsof@ufr.br

**Endereço do Comitê de Ética em Pesquisa:** Bloco da PRPPG-UFRR, última sala do corredor em forma de T à esquerda (o prédio da PRPPG fica localizado atrás da Reitoria e ao lado da Diretoria de Administração e Recursos Humanos - DARR) Av. Cap. Ene Garcez, 2413 – Aeroporto (Campus Paricarana) CEP: 69.310-000 - Boa Vista – RR E-mail: coep@ufr.br (95) 3621-3112 Ramal 26.

## APÊNDICE A - FOTOS REGISTRADAS DURANTE AS ENTREVISTAS



Fonte: Pesquisa de Campo (2023).

1) Nos relatos de Izaquiane, foi interessante ver a forma que ela juntamente com outras lideranças, organizam as dinâmicas para a formação das mulheres camponesas. São dinâmicas criativas voltadas para o cotidiano dessas mulheres.

2) Nesse momento ao chegar no sítio da professora Roseli, ela se encontrava cuidando de suas plantas no jardim.



Fonte: Pesquisa de Campo (2023).

3) Nesse momento, a senhora Alzira antes da entrevista, oferece um delicioso café produzido em seu sítio. O lugar é simples, mas muito acolhedor. É uma pessoa extremamente cuidadosa com a alimentação natural. Não usa nenhum produto químico na sua produção.



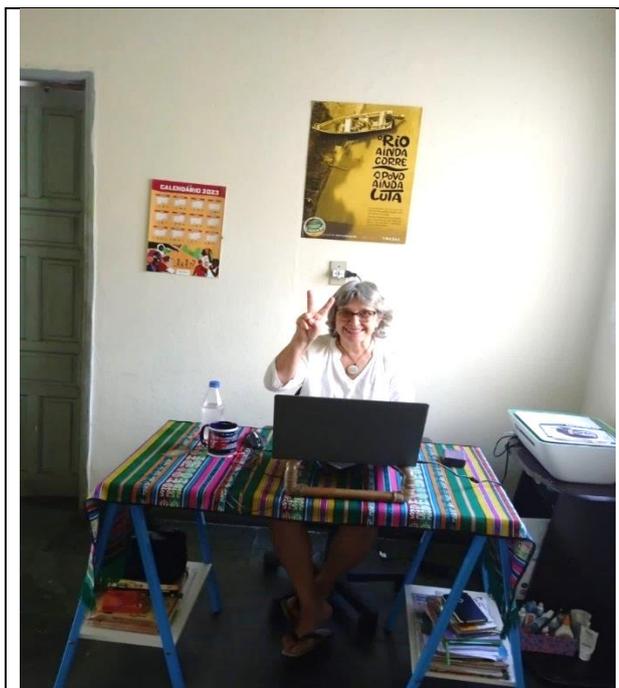
Fonte: Pesquisa de Campo (2023).

4) Ao visitar o sítio da senhora Helena, ela fez questão de mostrar uma nova experiência que a família está adotando. Passaram a fazer investimento nas plantações de cacau. Antes a família vivia de outros produtos da agricultura familiar. Hoje, o cacau já complementa o orçamento da família.



Fonte: Pesquisa de Campo (2023).

5) Rosangela trabalhando na assessoria de projetos das Cáritas brasileira.



Fonte: Pesquisa de Campo (2023).

6) Nessa foto, Helena está em sua cozinha preparando o café e uma merenda saborosa de macaxeira cozida.



Fonte: Pesquisa de Campo (2023).

7) A foto abaixo retrata momentos das reivindicações em que Rosângela Piovisani usa a tribuna da câmara federal para expor as reivindicações do movimento de mulheres camponesas.



Fonte: Pesquisa de Campo (2023).

8) Realização de uma das centenas das manifestações realizadas pelas mulheres camponesas. Manifestações estas que acontecem nos municípios, estados e no distrito federal.



Fonte: Pesquisa de Campo (2023).